

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
CENTRO DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

FABÍOLA BEATRIZ FRANCO DE SOUSA

**A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE
ÉTNICO-RACIAL: UM DESAFIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

CURITIBA

2009

FABÍOLA BEATRIZ FRANCO DE SOUSA

**A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE
ÉTNICO-RACIAL: UM DESAFIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós –
Graduação em Educação – Mestrado, da
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, para
fins de obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria de Lourdes Gisi

CURITIBA

2009

Aos professores que acreditam e lutam
pela igualdade racial e constroem e
alimentam diariamente, meio a tanta
tribulações, o sonho de uma sociedade
mais justa e igualitária.

AGRADECIMENTOS

Todos os que já escreveram uma dissertação sabem o quanto é grande o número de pessoas que colaboram para que uma dissertação chegue ao seu término. Com o risco de cometer omissões agradeço a seguir as seguintes pessoas:

Em especial a minha família. A minha mãe, razão da minha vida, Janete de Sousa, pelo incentivo, apoio ajuda nunca negadas e meu pai que me proporcionou o primeiro contato com os livros. Aos meus irmãos Sheila Cristina Franco de Sousa e Celso Roberto Franco de Sousa, que mesmo em silêncio se faziam presentes quando necessários. Ao Aluisio, meu noivo, que me apoiou desde o início com compreensão e paciência.

À Professora Doutora Maria de Lourdes Gisi, pela orientação precisa e, ao mesmo tempo, generosa e por ser ela o que é: pesquisadora competente e excelente professora.

À Professora Doutora Romilda Teodora Ens, pelas sábias orientações no meu estágio de docência, por ter me mostrado a relevância de considerar os múltiplos sujeitos envolvidos no processo de pesquisa. Aos professores Doutores Lindomar Wessler Boneti e Vera Maria Candau, pela suavidade e profundidade de suas observações no exame de qualificação e pelas várias publicações, uma luz e um orgulho para todos nós.

Aos demais professores do mestrado, pela contribuição direta e indiretamente no meu projeto e por propiciarem momentos de discussão e reflexões que contribuíram para o delineamento dessa pesquisa.

Aos professores participantes do NEERE (Núcleo de Estudos de Educação e Relações Étnicas – PUC PR), que contribuíram de forma significativa para minha chegada até aqui, por meio de indagações e comentários referentes ao trabalho com as relações étnicos - raciais na interior da sala de aula.

Aos professores da escola investigada, que tornaram amigos e parceiros, auxiliando-me no andamento da pesquisa.

À Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, por investir na minha formação possibilitando a licença para estudos.

À Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro durante o último ano.

Aos novos colegas e amigos do SISMMAC (Sindicato dos Servidores Municipal do Magistério de Curitiba), que me trouxeram novas perspectivas de vida, me mostrando que sonhar é possível quando sonhado no coletivo.

Aos amigos especiais que estiveram comigo neste processo, principalmente aos mestrandos da PUC –PR, que foram companheiros e compartilharam meus momentos de dúvidas, minhas indagações, minha alegrias.

À Solange e à Francineide, da secretaria do Mestrado, sempre solícitas em atender e resolver problemas e esclarecer dúvidas.

A acima de tudo a Deus que me concebeu o privilégio de estar aqui hoje.

Muito obrigada!!!

RESUMO

O presente trabalho de dissertação tem como tema de estudo a educação para a diversidade étnico racial. Investiga a percepção que os professores, de uma escola da rede Metropolitana de Curitiba, possuem a respeito das questões raciais na instituição escolar tendo como finalidade o desenvolvimento de uma ação pedagógica sobre tais questões. O problema que orienta a pesquisa é: Como um processo de formação continuada de professores do ensino fundamental, séries iniciais, pode contribuir para a elaboração de uma proposta pedagógica que contemple a diversidade étnico – racial neste nível de ensino? O objetivo geral se define em analisar o desenvolvimento de um processo de formação continuada de professores, das séries iniciais do ensino fundamental, para a construção de proposta pedagógica que contemple a educação para a diversidade étnico – racial. A pesquisa se desenvolve numa abordagem qualitativa, tendo como inspiração de encaminhamento metodológico a pesquisa-ação. A pesquisa de campo foi realizada em uma instituição de educação básica, envolvendo os professores. A reflexão sobre os aspectos teóricos apresentam-se em três capítulos. O primeiro capítulo traz a definição do termo racismo e seus derivados, com base em: Gomes (1995), Bento (1998), Munanga (2004), Candau (2003), Munanga e Gomes (2006),. O segundo capítulo aborda questões referentes às políticas públicas e as relações étnico – raciais, tendo como referência Bonetti (1986 e 2007), Munanga (2002), Candau (2003), Gentili (2003), e Maggie(2006). O terceiro capítulo apresenta reflexões acerca da formação de professores e relações étnico – raciais referendado por Nóvoa (1992 e 1995), Gomes (1998), Bourdieu (1998), Imbernón (2002), Candau (1997, 2003 e 2008) e Garcia (2005). O último capítulo apresenta a análise do processo de investigação – ação e baseia-se nos seguintes autores Bogdan & Biklen (1994), Thiollent (1996 e 1997), Gomes (1995 e 2003), Munanga (2002 e 2004), Moreira e Candau (2003), Munanga e Gomes (2006). Essa pesquisa permitiu, aos sujeito envolvidos, lançar um novo olhar sobre a sua prática pedagógica e direcioná-la para o movimento de ação-reflexão-ação gerando deste modo transformações, na abordagem das relações étnico-raciais em sala de aula .

Palavras – Chaves: Relações étnico – raciais; Diversidade; Formação Continuada de Professores e Políticas Públicas

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to study education for racial and ethnic diversity. Thus, it investigates the way that teachers who work at a school belonging to the public metropolitan educational system of Curitiba, the capital city of Paraná, Brazil, perceive racial issues at the school environment, in order to develop a pedagogical action related to them. The problem that guides this research is: How could a process of continuing education of elementary school teachers, initial grades, contribute to the elaboration of a pedagogical proposal that is concerned with racial and ethnic diversity? So, the general objective of this research is to analyze the development of a process of continuing education for elementary school teachers working with the initial grades, in order to create a pedagogical proposal that contemplates education for racial and ethnic diversity. The research has been performed following a qualitative approach, and research-action has been the inspiration for the methodological procedure. The field study took place at an elementary school and it involved its teachers. The reflection about the theoretical aspects of this study is presented in three chapters. The first one brings the definition of the term 'racism' and the words derived from it, based on the works of Gomes (1995), Bento (1998), Munanga (2004), Candau (2003) and Munanga and Gomes (2006). The second chapter deals with issues pertaining the public policy and racial ethnic relations, based on Bonetti (1986 and 2007), Munanga (2002), Candau (2003), Gentili (2003), and Maggie (2006). The third chapter presents thoughts about the teachers' education and racial and ethnic relations, based on Nóvoa (1992 and 1995), Gomes (1998), Bourdieu (1998), Imbernón (2002), Candau (1997, 2003 and 2008) and Garcia (2005). The last chapter presents the analysis of the action-investigation process and it finds support in the works of Bogdan & Biklen (1994), Thiollent (1996 and 1997), Gomes (1995 and 2003), Munanga (2002 and 2004), Moreira and Candau (2003) and Munanga and Gomes (2006). This research has allowed those involved to develop a new look upon their pedagogical practice and to direct it towards an action-reflection-action movement. In this way, changes will take place concerning the approach to racial and ethnic relations in the classroom.

Key words: Racial and Ethnic Relations; Diversity; Teachers' Continuing Education; Public Policy

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 01 – Como se dá a abordagem das Relações Étnicas na na sua escola?

Gráfico 02 – Como é estudada a trajetória do negro na sociedade?

Gráfico 03 – De que forma as relações étnicas - raciais são abordadas no P.P.P.?

Gráfico 04 – - Quanto a formação/capacitação, realizada pela SME, sobre as relações étnico-raciais.

Gráfico 05 – Os professores da sua escola abordam essa temática?

Gráfico 06 – E a sua biblioteca...

Gráfico 07 – O racismo é assunto para ser tratado...

Quadro 01 – Avaliação dirigida aos professores

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O RACISMO EM QUESTÃO	21
3. POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	32
4. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS RELAÇÕES ÉTNICO – RACIAIS ...	45
5. EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL ENQUANTO TEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO	58
5.1 – O TRABALHO COM AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA	58
5.2 – DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA	63
5.2.1 – A escola investigada	65
5.3 – PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO	65
5.4 – O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO	67
5. 4.1 – Fase de diagnóstico	67
5.4.2 – Seminários	78
5.4.3 – Seminário final: tomada de decisão	91
5.4.4 – Fase de avaliação: um despertar	97
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERENCIAS	108
APENDICES	115
ANEXOS	120

1.INTRODUÇÃO

A nossa receita pode ser simplesmente resumida assim: Vença o medo. Quebre o silêncio. E enfrente o preconceito (DÓRIA, 2008).

O interesse em estudar a temática, educação para a diversidade étnico – racial, está relacionado com minha experiência de 12 anos de magistério na educação básica, sendo que atualmente leciono na Rede Municipal de Curitiba e na Rede Estadual do Paraná. Mesmo com a experiência de mais de uma década, em sala de aula, posso contar nos dedos às vezes que essa temática foi colocada em pauta nos conselhos escolares, nas reuniões e semanas pedagógicas, nos seminários, nas semanas culturais, nos cursos, enfim em todo o âmbito escolar, algumas vezes foi colocado, mas de maneira insatisfatória e poucas vezes ela foi colocada em discussão no âmbito da sala de aula.

No entanto, verifica-se no cotidiano escolar a presença constante de racismo, preconceito e discriminação, o que também foi comprovado a partir de uma pesquisa que realizei no “Projeto Escola & Universidade” no ano de 2007, que é uma das propostas de formação continuada da Prefeitura Municipal de Curitiba. São priorizados projetos que inovem a prática pedagógica, sendo criativos envolvendo a comunidade e conseqüentemente cabe ao professor organizar um projeto de intervenção em sua escola, seguindo os caminhos de uma pesquisa (SME, 2007 importante destacar que no ano de 2007, foram classificados e orientados apenas 46 projetos relacionados as questões étnico-raciais e em 2008 o número quase que dobrou, pois, foram 85 projetos que abordaram este tema. Embora os números não sejam significativos considerando o total de 1081 projetos em 2007 e 1112 projetos em 2008, é importante destacar que os projetos, sobre essa temática, aumentaram. No ano de 2009 foram inscritos 1120 projetos, todos ainda se encontram em avaliação pela Comissão, assim não há informação sobre o número de projetos que abordam as questões étnico-raciais.

A proposta do meu projeto desenvolvido em 2007 foi: “Um olhar infantil sobre as relações étnico – raciais – Lei 10.639/03”, o qual desenvolvi na escola Municipal CEI Ritta Anna de Cássia com o objetivo levar os alunos a compreender a contribuição da história e da cultura dos negros na formação de nossa sociedade valorizando, assim, a importância de reconhecer a riqueza das diferenças e o

combate ao preconceito racial. Para alcançar esse objetivo foram desenvolvidas diferentes atividades, dentre elas uma pesquisa juntos aos professores, pais, auxiliares de serviços gerais, inspetoras, equipe administrativa e pedagógica sobre a percepção que eles possuíam a respeito do racismo, preconceito e legislações.

Na época os dados revelaram que a escola ainda se mantém na defensiva com relação aos problemas raciais que ocorrem tanto nesta instituição como na sociedade de modo geral. Tal constatação levou ao questionamento sobre qual seria o caminho para a superação do modelo atual de organização social que tem na sua base as desigualdades raciais? Como proceder para quebrar o silêncio, que muitas vezes agride mais do que mil palavras? Como acabar com as atitudes preconceituosas?.

A presença do preconceito, no ambiente escolar, também pode ser comprovada através de pesquisas como no trabalho sobre “Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar”, realizada pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), a pesquisa, realizada em 501 escolas públicas em todo país, baseada em entrevista com mais de 18,5 mil alunos, professores, pais, mães, diretores e funcionários, conclui que as escolas são ambientes onde o preconceito é bastante disseminado entre todos os atores. Outro dado importante é que 99,3% das pessoas entrevistadas demonstram algum tipo de preconceito étnico – racial, socioeconômico, com relação a portadores de necessidades especiais, gênero, geração, orientação sexual ou territorial. Esse estudo tem como objetivo oferecer subsídios para a criação de ações que transformem a escola em um ambiente que respeite e aceite as diferenças.¹

Para que esse ambiente de aceitação das diferenças seja construído, talvez um dos primeiros passos a se seguir seria a efetivação da Lei 10.639/2003² no âmbito da sala de aula, o Jornal Folha de São Paulo, de 13 de setembro de 2009, traz o seguinte Editorial: Superação de um mito via educação de Vincent Depourny, o qual diz em poucas e bem escritas linhas que aplicação, da mencionada Lei, não é uma realidade na rede de ensino pública e particular do país, por dois motivos

¹ Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar, realizada para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

² Lei que altera a Lei de Diretrizes e Base da Educação nacional e tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas de ensino fundamental e médio.

básicos, primeiro o despreparo dos professores em trabalhar com esse tema em sala de aula e o segundo seria a falta de material didático adequado que aborde a temática proposta pela Lei. “A lei contribui para a construção de um novo pacto social por meio do qual a valorização formal da cultura negra é reconhecida como uma das matrizes da sociedade brasileira” (DEFOURNY, 2009. A3).

Parte-se do pressuposto de que a educação deve proporcionar à formação de cidadãos que respeitem os valores positivos que emergem das diferenças, possibilitando desta maneira a eliminação de preconceitos, os quais se baseiam nas diferenças étnicas, crenças religiosas ou até mesmo nas práticas culturais, no entanto, não é esta a concepção que vem sendo assumida pelas escolas.

Infelizmente a discriminação, o preconceito e acima de tudo o racismo ainda se apresentam como ações, conceitos e atitudes no ambiente escolar de maneira implícita e camuflada, para tanto é necessário que a escola avance no sentido da inclusão de conteúdos voltados ao trato das relações étnico-raciais no cotidiano escolar.

No entanto, constata-se o enorme despreparo das instituições de ensino para lidar com a sua realidade multirracial, na medida em que, por exemplo, os docentes silenciam-se diante de manifestações de preconceito e discriminação racial, mantendo-se indiferentes o que nos leva aos seguintes questionamentos: Quais seriam os primeiros passos a serem implementados, direcionados a uma política anti-racista, no sentido da transformação do coletivo escolar? A mudança dos conteúdos curriculares relacionados ao legado da história e cultura afro-brasileira e africana e principalmente ao reconhecimento que o Brasil é um país racista é uma alternativa viável?

Considera-se que a escola tem uma enorme responsabilidade no combate à discriminação racial e embora a Legislação Federal tenha assegurado que essa temática seja trabalhada na escola, verifica-se que muitos professores não estão assumindo esta responsabilidade. Assim surgiu o interesse de investigar a percepção que os professores possuem a respeito das questões raciais no cotidiano da escola e como desenvolver uma formação pedagógica sobre tais questões.

A partir de tais considerações o problema de pesquisa que norteou o presente trabalho foi: **Como um processo de formação continuada de professores do ensino fundamental, séries iniciais, pode contribuir para a elaboração de uma**

proposta pedagógica que contemple a diversidade étnico – racial neste nível de ensino?

Considerando que o presente trabalho tem o intuito de buscar soluções, viáveis, para este problema propõe-se o seguinte objetivo geral: **Analisar o desenvolvimento de um processo de formação continuada de professores, das séries iniciais do ensino fundamental, para a construção de proposta pedagógica que contemple a educação para a diversidade étnico – racial.**

Específicos

Como objetivos específicos tem-se:

- Identificar a percepção dos professores sobre as relações étnico – raciais na escola.
- Desenvolver uma proposta de formação continuada para os professores do ensino fundamental, séries iniciais, sobre educação para a diversidade étnico – racial.
- Construir com os professores uma proposta pedagógica que contemple a diversidade étnico-racial para os alunos de séries iniciais do ensino fundamental.

Neste estudo optou-se pela abordagem qualitativa visto que neste tipo de pesquisa, segundo Moreira (2002, p. 238) “[...] o pesquisador interage com o pesquisado e a sua sensibilidade e percepção desempenham um papel crucial na coleta e na análise das informações”. Enquanto nas pesquisas quantitativas o pesquisador, via de regra, fica fora do processo de coleta de dados, na pesquisa qualitativa o pesquisador participa da coleta e da análise dos dados, interagindo com o universo pesquisado.

Quanto ao encaminhamento metodológico optou-se por uma metodologia inspirada na pesquisa – ação, junto aos professores de uma Escola Municipal da região metropolitana de Curitiba. A fim de preservar a identidade das professoras elas receberam nomes fictícios. Como trabalhei nesta escola na década de 1990, pesquisar sobre a formação de professores voltada para as relações étnico – raciais, implicou olhar para minha própria trajetória enquanto professora com formação preliminar apenas no magistério em nível de Ensino Médio e agora em nível de Ensino Superior como mestranda da PUC –PR que, nesta trajetória sempre que possível propunha um trabalho com as relações étnico-raciais no interior da sala de aula embora, geralmente, de maneira isolada.

No entanto uma grande lição eu ainda estava por aprender, ou seja, o trabalho com essa temática visa uma cultura baseada no respeito aos direitos humanos, daí a necessidade da realização de um trabalho articulado, o qual envolve todas as instâncias da educação escolar, a fim de superar todo e qualquer tipo de preconceito e discriminação.

A construção de práticas multiculturais e não-discriminatórias só é possível na ação conjunta. A cultura escolar e a cultura da escola naturalizam com tanta força esses aspectos, que é somente no diálogo, no questionamento, no debate, que é possível desenvolver um novo olhar sobre o cotidiano escolar. (MOREIRA e CANDAU, 2003, p. 165)

O professor não pode resumir a sua função a um mero executor das atividades que são propostas por um sistema que é, em sua essência discriminatório, pois esse novo século exige desse profissional uma visão reflexiva, transformadora voltada para as mudanças das metodologias de ensino através de uma prática inovadora. Essa prática inovadora visa uma radicalidade democrática, mais especificamente que seja capaz de preparar o docente para atuar na prática de transformação da nossa sociedade.

Nesta perspectiva e considerando a temática da pesquisa a opção por uma metodologia que oportunizasse a participação dos professores no processo de investigação pareceu a metodologia mais adequada. Conforme indica Tardif:

Pouco importa o nome que lhe demos (pesquisa – ação, pesquisa colaborativa, pesquisa em parceria, etc.) essas novas formas de pesquisa exigem dos pesquisadores um esforço importante para ultrapassar as lógicas científicas , disciplinares e monodisciplinares que regem atualmente os sistemas de pesquisas institucionalizados nas universidades. (TARDIF, 2007, p. 238)

É possível num processo de pesquisa que contempla a participação dos investigados, com a ressignificação de seus saberes teóricos, o professor caminhar na direção da melhoria da qualidade da educação, por meio da reflexão crítica sobre a prática pedagógica, fazendo o movimento ação-reflexão - ação, desse modo:

[...] o processo formativo fundado sobre a reflexão na ação e sobre a ação, ao mesmo tempo que valoriza a prática docente como fonte de pesquisa e de autonomia do professor, dá a ele a responsabilidade por seu desenvolvimento profissional e pela construção do saber (GHEDIN, 2004, p. 408)

Apesar dos vários embates históricos girando ao redor da fragmentação do saber e do fazer pedagógico há um consenso, ou seja, que a escola é o local possível de conduzir a uma educação consciente, crítica e participativa, desde que seus membros sejam capazes de promover mudanças efetivas na produção de conhecimentos, incluindo nessa dinâmica as discussões sobre a prática docente na medida em que questionam ações desenvolvidas muitas vezes de forma mecânica distante de um processo reflexivo e contextualizado.

Essa mudança de olhar para a sua própria prática pedagógica tira o professor de um lugar onde ele se considera seguro e o direciona para a necessidade de rever sua prática docente, pois segundo Behrens (1996, p. 104) “A produção de um saber inovador e criativo implica reverter o processo de formação do professor abrir novas possibilidades de qualificação profissional e acreditar no desafio da construção de um novo profissional.”

A metodologia da pesquisa que tem uma estreita relação com a ação torna-se constantemente debatida quando nos remetemos a um dos maiores impasses enfrentados pelos professores, isto é, a relação entre teoria e prática, porque ao fazer opção de se trabalhar com esse encaminhamento metodológico tem-se a convicção de que, pesquisa e ação podem e devem caminhar juntas quando se pretende a transformação da prática, em contrapartida:

Para superar a dicotomia entre teoria e prática presente na Educação [...] o grande desafio é desenvolver uma prática na formação do professor, que ultrapasse as relações sociais usualmente estabelecidas, expressas na transmissão – assimilação de conhecimentos. Isto porque essas práticas têm favorecido um avanço no discurso dos professores, sem, contudo apresentar mudanças substantivas nas suas práticas pedagógicas (MARTINS, 2003, p. 135)

Uma pesquisa que parte de uma situação social concreta de sala de aula inspira constantemente transformações, por isso é relevante ressaltar a importância da reflexão sobre sua prática pedagógica como parte integrante e fundamental do trabalho do professor é caso, por exemplo, da pesquisa ação:

Em geral, a idéia de pesquisa-ação encontra um contexto favorável quando os investigadores não querem limitar suas investigações aos aspectos acadêmicos e burocráticos da maioria das pesquisas convencionais. Querem pesquisas nas quais as pessoas implicadas têm algo a ‘dizer’ e a ‘fazer’. Não se trata de simples levantamento de dados ou relatórios a serem arquivados. Com a pesquisa – ação os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados. (THIOLLENT, 2002, p.16)

A formação de profissionais reflexivos parece buscar um andar compartilhado com a pesquisa que viabiliza uma reflexão sobre a prática. É imprescindível que o professor se volte para sua própria prática como fonte de investigação, estudo e conhecimento, associando os agentes diretos da prática escolar ao conhecimento teórico sobre sua realidade. Lewin Kurt, o criador da Action-Research (Pesquisa-ação) dizia que a pesquisa - ação é uma ação em nível realista, sempre acompanhada de uma reflexão autocrítica objetiva e de uma avaliação de resultados.

Em contrapartida o professor reflexivo busca em sua prática pedagógica identificar problemas e registrar a partir daí alternativas e propostas de solução com base na literatura e na sua própria experiência, conforme Santos (2001, p. 23) destaca,

O que está sendo enfatizado é a necessidade de se formar um docente inquiridor, questionador, investigador, reflexivo e crítico. Problematizar criticamente a realidade com a qual se defronta, adotando uma atitude ativa no enfrentamento do cotidiano escolar [...] (SANTOS, 2001, p. 23).

Os aspectos apontados por Santos (2001) nos colocam, enquanto professores, num “fogo cruzado”, pois, cabe a nós assumirmos uma postura de atores na cena pedagógica, visto que, os papéis de meros coadjuvantes já têm muitos personagens.

A escola precisa deixar de ser meramente uma agencia transmissora de informação e transforma-se num lugar de análises críticas e produção de informações, onde o conhecimento possibilita atribuição de significado a informação [...] trata-se, assim de capacitar os alunos a selecionar informações, mas, principalmente a internalizar instrumentos cognitivos (saber pensar de modo reflexivo) para acender ao conhecimento (LIBÂNEO. 1998 p. 26, 27).

Um dos grandes obstáculos que se estabelece nas pesquisas, que ocorrem através de uma estreita relação com a prática, refere-se ao fato de que esse tipo de metodologia pode ficar somente no âmbito da prática, sustentando ainda mais a separação entre teoria e prática, em contrapartida tem que ter em mente que na pesquisa desenvolvida buscou-se, a produção do conhecimento por meio de necessidades que surgem da prática social, por isso esta deve ser o ponto de partida, capaz de gerar o movimento ação-reflexão-ação, o qual gera a

transformação. Isto é, voltando-se para a mesma prática inicial, pois obviamente ocorreram elaborações teóricas neste trajeto. É o caso da pesquisa – ação em que “[...]. O papel da teoria consiste em gerar idéias, hipóteses para orientar a pesquisa e as interpretações” (THIOLLENT, 2002, p. 55).

É de extrema importância destacar que a pesquisa-ação, encaminhamento metodológico escolhido como inspiração para realização desta pesquisa, torna o pesquisador e pesquisado agentes de transformações na medida em que, na realidade investigada, podem interferir e modificar.

A realização deste estudo será encaminhado por meio das seguintes fases:

- 1ª** – Busca de suporte teórico metodológico para consolidar a pesquisa. (referencial bibliográfico)
- 2ª A** – Solicitação de autorização da direção da escola.
- 2ª B** – Análise do Projeto Político Pedagógico da instituição.
- 3ª** – Aplicação de um questionário para todas professoras.
- 4ª** – Reunião com os professores da escola para discutir a problemática identificada.
- 5ª** – Elaborar junto com professores, equipe pedagógica e equipe administrativa uma proposta de formação continuada.
- 6ª** - Desenvolvimento da proposta de formação continuada.
- 7ª** – Avaliação da proposta de formação continuada a fim de, levantar as contribuições e a impressões dos professores envolvidos, fazendo isso de maneira crítica e reflexiva.
- 8ª** – Elaboração de uma proposta para o ensino na séries iniciais do ensino fundamental.
- 9ª** – Organização e análise dos dados.
- 10ª** - Avaliação do processo de implementação.

Com o intuito de consolidar a pesquisa utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a qual proporcionou um aprofundamento teórico referente ao histórico das legislações que visavam/visam construir uma nação democrática, ações afirmativas, escravidão e finalmente a especificação de conceitos tais como; raça, racismo, discriminação e preconceito.

Como foi mencionado, no desenvolvimento da pesquisa utilizou-se aplicação de um questionário com o intuito de investigar a percepção do professores sobre as relações étnicos raciais no âmbito escolar e logo em seguida a obtenção dos dados

do questionário realizou-se uma reunião com as professoras para discutir a problemática identificada, foi proposta a realização de seminários para a elaboração de uma proposta de formação continuada e por fim a avaliação desta proposta.

Além de todo esse processo que envolveu as professoras também foram analisados alguns documentos da escola, isto é, o Projeto Político Pedagógico e a Proposta curricular, uma vez que na própria Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico – Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana estabelece a inclusão, nesses documentos: “[...] de objetivos explícitos, assim como de procedimentos para a sua consecução, visando o combate do racismo, das discriminações, e ao reconhecimento, valorização e respeito das histórias e culturas afro-brasileira e africana” (BRASIL, 2004, p. 24).

Conceber a escola como um espaço de produção e socialização do conhecimento, traz no seu bojo a responsabilidade que esta instituição tem no que se refere o respeito ao outro a seus direitos, concebendo igualdade de oportunidade, de tratamento e direito, por isso parte-se da afirmação que a sociedade produz as desigualdades ao longo da sua constituição, quer conscientemente ou inconscientemente, sendo nossa função, enquanto professoras mudar essa mentalidade.

Optou-se, nesta pesquisa por uma investigação em que, o pesquisador torna-se agente de transformação da própria pesquisa, na medida em que, cria as condições para a transformação do contexto investigado. Esse encaminhamento metodológico torna o pesquisador parte integrante do contexto, fato este que amplia o desenvolvimento da pesquisa, focada nas relações étnico-raciais voltadas á formação de professores, propiciando a participação de todo o corpo docente no andamento do processo.

Seguindo essa linha de raciocínio temos o primeiro capítulo de fundamentação teórica deste estudo apresenta uma breve reflexão do significado dos termos: racismo, preconceito e discriminação, para tanto inicia-se pela ressignificação do termo raça pelos Movimentos Sociais Negros, sendo atualmente considerado como uma construção social, histórica e política passando definição do que é o etnocentrismo e sua intrínseca relação com o racismo à brasileira chegando por fim ao tão fadado mito da democracia racial que é uma ideologia que ainda impera de maneira internalizada e naturalizada no nosso cotidiano, deste modo o referencia teórico que orientou a escrita deste capítulo foi: Chagas (1987), Gomes

(1995), Bento (1998), Munanga (2004), Candau (2003), Paixão (2003), Brasil (2004), Santos (2005), Pena e Birchal (2005 – 2006), Adesky (2006), Munanga e Gomes (2006), Rocha (2007) e Silva (2007).

O segundo capítulo de fundamentação teórica, deste estudo, aborda questões referentes às políticas públicas e as relações étnico-raciais, para tanto teve início com uma trajetória teórica voltada para a escravidão no contexto brasileiro e a luta dos Movimentos Sociais Negros pela igualdade de direitos entre brancos e negros, por isso optou-se neste capítulo relatar todo o passado histórico de legislações que tinham como objetivo a construção de uma sociedade democrática, porém sempre com segundas intenções, isto é, não favorecendo assim o afrodescendente, chegando à implantação da Lei 10.639/2003 que tem como objetivo central rever a contribuição da raça negra com relação a história e a cultura afro-brasileira e africana, sendo uma conquista dos vários Movimentos Sociais Negros.

Considerando que atualmente estamos vivendo uma abolição inacabada e que desigualdade racial é sempre posta em destaque quando o tema são as desigualdades sociais, a última parte do capítulo em questão tratará das ações afirmativas, as quais pretendem proporcionar melhores oportunidades para as pessoas que sempre ficaram à margem da sociedade com desvantagens históricas. A fundamentação teórica do segundo capítulo baseia-se nos seguintes autores: Nascimento (1983), Bonetti (1986 e 2007), Walters (1995), Freire (1996), Bento (1998), Munanga (2002), Candau (2003), Gentili (2003), Costa (2004) e Maggie(2006).

O terceiro Capítulo que teve como referencial teórico: Nóvoa (1992 e 1995), Freire (1996), Behrens (1996), Gomes (1998), Bourdieu (1998), Moreira (2001), Imbernón (2002), Candau (1997, 2003 e 2008), Garcia (2005), Amâncio (2008) e por fim as Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena. Trará reflexões sobre a formação de professores e as relações étnico – raciais atreladas aos temas: profissionalização docente, formação inicial e formação continuada.

O último capítulo apresenta a análise do processo de investigação-ação realizado na escola de educação básica da Região Metropolitana de Curitiba, descrevendo de maneira minuciosa todo o percurso metodológico, tendo como pano de fundo e funcionando como fundamentação teórica norteadora as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas – Raciais e para o

Ensino de História e Cultura Afro – Brasileiro e Africano e também os Cadernos Temáticos II - História e cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnico-raciais (Secretaria Estadual de Educação) os demais referências teóricas, que orientaram a pesquisa ação e a inclusão do tema das relações étnico-raciais na instituição investigada, foram: Bogdan & Biklen (1994), Bernd (1994), Thiollent (1996 e 1997), Gomes (1995 e 2003), Munanga (2002 e 2004), Moreira e Candau (2003), Domingues (2003), Adesky (2006), Munanga e Gomes (2006), Rocha (2007), Brandão (2007), Amâncio (2008) e Souza (2008)

A realização da pesquisa direcionada à educação para diversidade étnico – racial e à formação de professores, além de reflexões proporcionou uma experiência pessoal e profissional para cada professor envolvido na pesquisa, principalmente a mim, não somente enquanto investigadora, mas também, como profissional da educação.

2 – O RACISMO EM QUESTÃO

Pesquisadores como Gomes (1995, 2003), Munanga (2002), Adesky (2006), Brandão (2007) e Souza (2007) mostram, cada qual a sua maneira, as conseqüências da desvalorização do legado cultural africano, chegando ao ponto de sermos protagonistas de atitudes preconceituosas com relação as demais culturas. Demonstram que quando eu elimino uma determina cultura vista como subordinada - inferior, para valorizar outra considerada dominante – superior, estou também agindo de maneira racista, no entanto essa atitude não possui base biológica ou histórica alguma, por isso deve ser combatida com veemência.

Ao caminharmos na direção de uma sociedade democrática, a qual carrega no seu cerne a eliminação do racismo faz-se necessário uma reflexão de toda a sociedade sobre seus preconceitos raciais, seus hábitos e atitudes, pois eles acabam, segundo Inayá Bittencourt e Silva no seu livro: O racismo silencioso na escola pública, produzindo malefícios no setor educacional, já que a escola brasileira tem abraçado a bandeira etnocêntrica, que nega a identidade pluriétnica do povo brasileiro. “É uma escola racista (...) sua prática pedagógica reforça uma sociedade de classes, em que há dominantes e dominados e onde o padrão da classe que detém o poder é universalizado” (SILVA, 2009 p. 69).

Na medida em que, essa instituição escolar, durante muito tempo, evitou discutir essa questão no seu interior, na tentativa de encobri-la, ela estava caminhando na direção da manutenção da estrutura de uma sociedade desigual, desta maneira vê-se a necessidade da inclusão de práticas pedagógicas, que visam o trato da cultura afro-brasileira e africana pelo caminho da sua valorização discutindo sobre os valores de outras culturas que estão presentes no universo escolar, como a africana e indígena, as quais tiveram suas vozes silenciadas.

Seguindo essa lógica e para ampliarmos a compreensão dos problemas relacionados às questões étnico-raciais, considera-se necessário uma breve reflexão sobre o racismo, preconceito, discriminação e a origem do pensamento racista, porém antes disso é conveniente ter-se claro como foi construída a utilização do termo raça tanto no sentido político quanto no sentido biológico e como foi agregado a ele o conceito de etnia e junto a isso a compreensão do significado de um termo que está associado a raiz do racismo, ou seja, etnocentrismo.

Todo ser humano possui na pele um pigmento chamado melanina, no entanto a presença dele é diferente para grupos humanos; as pessoas de pele muito clara fabricam um tipo de melanina branca rosada, que protege muito pouco a pele dos raios ultravioletas ao contrário das pessoas negra, que possuem esse pigmento e grande quantidade, por isso a sua pele adquire uma tonalidade marrom ou preta. Inúmeros estudos mostram que há uma significativa correspondência geográfica entre níveis de UV e os graus de pigmentação da pele das várias populações humanas (PENA E BIRCHAL, 2005 – 2006, p.14).

Todavia isso não significa que uma pessoa que mora na Alemanha, por exemplo, não terá pele escura, mas sim ela possui heranças genéticas de um grupo, o qual desenvolveu a capacidade de desenvolver a melanina em grande quantidade, não importando a se há ou não exposição direta do sol. (BENTO, 1998)

No que se referem às diferenças na aparência física, segundo os cientistas, são resultantes de condições ambientais, exemplificando isso podemos citar dois elementos da aparência física, não esquecendo que um já foi esclarecido, ou seja, a cor da pele que tem sua aparência determinada pela melanina. Então vamos aos outros dois! O primeiro seria o cabelo crespo, que tende a proteger mais a cabeça dos raios ultravioletas, lembrando que em certas regiões do continente africano quando o dia amanhece a temperatura chega 30°, já o cabelo liso ocorre o processo contrário.

O segundo elemento faz referência ao formato do nariz mais largo é característico de povos que habitam em regiões quentes e de ar úmido, a fim de facilitar a respiração, do outro lado em regiões de baixa temperatura, facilita o aquecimento do ar antes de chegar aos pulmões, se o nariz for mais alongado e estreito. Pode-se constatar, desta maneira, que as diferenças na aparência física não estão atreladas com as características intelectuais e morais e sim com as condições ambientais. Mas então existem diferentes raças? “A identificação de raças é na realidade, uma construção social, política e cultural produzida no interior das relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. (MUNANGA e GOMES, 2006 p.176) A fim de comprovar que não existe a classificação da espécie humana em diferentes raças

Em 1950 a UNESCO convidou renomados cientistas para examinarem se de fato havia alguma comprovação científica de que a espécie humana poderia ser dividida em diferentes raças. Depois de muito estudo, os cientistas afirmaram categoricamente: os diferentes grupos humanos, em razão das contínuas migrações, não podem ser divididos em diferentes raças. (BENTO, 1998, p. 19)

Neste ínterim é correto afirmar que raças humanas não existem, já que independentes da cor de pele todos pertencemos a uma única espécie a espécie humana, em contrapartida este termo só contribui para justificar a discriminação e a dominação de um povo sobre o outro (BENTO, 2003 e PENA & RIRCHAL 2005 – 2006).

O conceito de raça tal qual se concebe na atualidade é, na verdade, uma construção histórica. O termo, assim como aponta Munanga (2004), tem origem na palavra latina *ratio*, designando sorte, categoria, espécie. A procura da pureza das raças, o termo raça foi utilizado inicialmente, nas ciências sociais, na Zoologia e na Botânica.

Podemos observa que o conceito de raça tal como o empregamos hoje , nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. (MUNANGA, 2004 p. 6)

Ainda seguindo esta linha de raciocínio, Munanga e Gomes (2006) afirmam que a utilização do termo raça remete a pensamentos como, por exemplo: diferenciação entre seres humanos, ao regime escravocrata, ao racismo, preconceito e discriminação racial e a luta política pela afirmação da identidade negra, este último item faz referencia a utilização deste termo pelo movimento negro, os quais rejeitam a idéia de que existem raças superiores e inferiores, pois pregam que o “[...] reconhecimento da diferença entre os grupos humanos, sem atribuir qualidades positivas ou negativas, ao reconhecimento da condição das origens ancestrais e identidades próprias de cada um deles” (MUNANGA e GOMES, 2006 p.175)

Pena e Birchall afirmam que o fato da inexistência de raças deve ser incorporado na mente e nas atitudes dos membros da sociedade, com o intuito de estabelecer a oposição com relação às formas de hierarquia entre grupos humanos, deste modo o Movimento negro, utiliza o termo raça “[...] num sentido político de valorização do legado deixado pelos africanos” (BRASIL, 2004, p. 10)

A utilização do termo etnia ao invés de raça para se referir ao segmento negro da população brasileira faz referência ao fato de que “[...] o conceito etnia é mais adequado porque não emprega o sentido biológico, atribuído à raça, o que colabora para superação da idéia de que a humanidade se divide em raças superiores e raças inferiores” (MUNANGA e GOMES, 2006, p.176 e 177).

Quando se fala de raça e etnia muitas pessoas demonstram total falta de embasamento teórico e até mesmo idéias distorcidas sobre a questão, por isso faz-se urgente o entendimento deste termo, principalmente pelos professores, porque é sabido de que do ponto de vista biológico todas as idéias de racialização humana caíram por terra pelo fato de não existirem raças humanas e sim uma única espécie (raça humana), porém a construção social feita a partir dessas idéias ainda vigora no imaginário popular. Para mudar esse imaginário hoje nos remetemos as questões étnicas (povos), porque a discussão de raça não faz mais sentido a não ser do ponto de vista dos seus efeitos na construção social.

O racismo e idéia de raça, no sentido biológico, também foram considerados inaceitáveis e, nesse momento, o uso do termo ‘etnia’, ganhou força para se identificar a diversidade dos povos judeus, índios, negros, entre outros. A intenção era enfatizar que os grupos humanos não eram marcados por características biológicas herdadas dos seus pais, mães e ancestrais, mas, sim, por processos históricos e culturais. (MUNANGA e GOMES, 2006, p. 177).

Não se pretende definir qual é o termo mais adequado, para se referir a população afro-brasileira e sim de compreender que os conceitos referente as questão racial são construídos socialmente e historicamente sem nenhuma ingenuidade na sua construção, desta maneira para compreender melhor a relação entre raça e etnia as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas – Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana , adotam o termo ‘étnico-racial’, idéia da qual também comungo, porque ao usar esse denominação faz-se referencia a dimensão cultural e racial do afro-brasileiro.

Segundo Gomes (1995) a abordagem étnica sobre a questão racial brasileira na sua dimensão cultural e histórica nos permite estudar a diversidade e o resgate da ancestralidade, remetendo a ascendência africana do negro brasileiro e suas dimensões culturais presentes nos seus descendentes que constituem o povo brasileiro incluindo uma análise histórica dos diversos povos que formam a

sociedade brasileira. Deste modo ao enfatizar o uso da noção de grupo étnico questiona-se a utilização do termo raça, desconstruindo a idéia da existência de raças inferiores e superiores, dando espaço também para ampliar as discussões sobre o racismo.

O racismo é, por um lado um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes do ódio, com respeito a pessoas que possuem um pertencimento racial observável através de sinais diacríticos tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc, e por outro lado, é uma ideologia, uma doutrina referente às raças humanas na qual postula-se a existência de raças superiores e inferiores. (GOMES, 1995. p.54)

Em contrapartida é importante não confundir racismo e etnocentrismo, visto que são dois termos que seguem caminhos extremamente opostos, esse último pode ser definido da seguinte maneira: “Uma pessoa considera os valores do grupo ao qual pertence não somente como sendo superiores aos demais grupos, mas também como os únicos possíveis” (BERND, 1994 p.14). Quando uma pessoa assume uma postura etnocêntrica ela não aceita a diferença cultural, chegando a rejeitar e considerar como inferior aquilo que difere das suas práticas culturais. Percebe-se que tanto o racista quanto o etnocêntrico baseiam-se no sentimento de superioridade e inferioridade para segregar, sendo que um encabeça o campo biológico o outro o cultural.

Os sentimentos etnocêntricos estão enraizados na humanidade e por isso mesmo são difíceis de ser controlados. Porém, quando esse tipo de sentimento se exacerba, produzindo uma idéia de que o outro, visto como diferente, apresenta, além das diferenças culturais, uma inferioridade biológica, ele pode se transformar em racismo. (MUNANGA e GOMES, 2006 p.181)

Segundo Bento (1998) a utilização do termo racismo subentende claramente que existem raças puras, que estas são superiores às demais e que tal superioridade quando estabelecida determina privilégio de uma raça sobre a outra.

Parto da premissa de que nossa sociedade reproduz as desigualdades ao longo dos séculos com ampla participação da população, quer intencional, quer inconscientemente, seja através de ações discriminatórias ou da omissão frente às práticas discriminatórias. Dessa forma, uma reflexão sobre nossos próprios valores, crenças condutas é fundamental para entendermos as desigualdades raciais na sociedade brasileira (BENTO. 1998.p.7).

O racista amplia seus privilégios, baseando-se nas 'diferenças' de determinado indivíduo que ele considera inferior, com isso pode-se tomar partido da definição de racismo de Nilma Lino Gomes:

[...] um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes do ódio, com respeito a pessoas que possuem um pertencimento racial observável através de sinais diacríticos tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc, e, por outro lado, é uma ideologia, uma doutrina referente às raças superiores e inferiores (1995, p. 54).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio proposta por esta autora concebe-se o preconceito como uma indisposição, um julgamento prévio negativo que se faz das pessoas estigmatizadas por estereótipos. “[...] manifestações de preconceito e discriminação em geral se apresentam de forma velada ou “implícita”. Raramente se apresentam de forma aberta [...]” (SILVA, 2007, p. 168, aspas do autor).

Se o racismo e o preconceito estão no campo das idéias, discriminação é uma atitude, isto é, implica sempre na ação de uma pessoa contra outra. É a atitude de discriminar, de negar oportunidades, de negar acesso enfim é negado ao negro o direito de ser humano.

É fundamental compreender que, como muito bem coloca Candau (2003, p.15):

Na sociedade brasileira, exclusão, preconceito e discriminação caminham juntos. A diferença se transforma em desigualdade através de processos sutis e complexos, presentes em nosso cotidiano, nos âmbitos privado e público, assim como nos diferentes espaços sociais.

Para o Senador Paulo Paim tratar as pessoas, que sempre foram tratadas como desiguais, como iguais amplia ainda mais a distancia inicial entre elas, mascarando e justificando a perpetuação de iniquidades, neste sentido o reconhecimento da diferença não esta atrelado a utilização de uma lógica igualitária, sendo que não existe problema em comparar as pessoas, mas temos que encabeçar nesta comparação o princípio de igual oportunidade e dignidade. Em contrapartida quando se fala em alteridade o enfoque da diferença é levado ao caráter que distingue os indivíduos, já que a simples comparação conduz à prática de hierarquização, que caminha na direção da exclusão (ADESKY, 2006).

Segunda Nilma Lino Gomes³ a diversidade não é a soma das diferenças ele é muito mais do que isso é a construção política, cultural e social da diferença sendo marcada por contextos sociais e históricos específicos, no Brasil, por exemplo, pela colonização.

Neste ponto entre em cena o racismo, ou seja, quando eu apenas faço uma simples comparação entre indivíduos a fim de hierarquizá-los, esse fenômeno surgiu no século XVII e tinha na sua base a propagação que existiam raças inferiores – atrasadas e superiores – adiantadas em que “ [...] as diferenças intelectuais ou morais entre os seres humanos são conseqüências diretas de suas características físicas e biológicas” ADESKY, 2006, p. 33).

A superioridade do branco é algo muito em voga no pensamento racista, seguindo esta lógica ele advém de uma raça superior. Raimundo Nina Rodrigues (1862 – 1906) é um dos principais defensores dessa teoria, baseando-se em trabalhos de Charles Darwin com a teoria racista evolucionista, afirma que a presença do negro no Brasil sempre ira constituir-se como um dos fatores da nossa inferioridade como povo.

Rodrigues foi o primeiro a colocar o problema do negro brasileiro como uma questão de suma importância para a compreensão da formação racial do povo brasileiro, embora tenha feito isso através de uma perspectiva racista. “A influência do negro, disse, há de construir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo; nada poderá deter a eliminação do sangue branco” (RODRIGUES, 1935, p. 28). Todavia esse estudioso completa seu raciocínio dizendo que não era a Lei Eusébio de Queiroz, a qual proclamava extinto o tráfico de escravos e muito menos a abolição da escravatura que iriam solucionar o problema do Brasil “o negro”, porque a influência do caldeamento étnico já estava enraizado no Brasil.

Devido ao fato do Brasil ser um país multirracial a não mais ocorrer aplicabilidade do racismo científico, levaram aos intelectuais deste país a buscar soluções, quanto a influência da raça negra e a mestiçagem que a cada dia era colocada em evidencia. Desta maneira, o discurso sobre a questão racial ganha um novo fôlego com Oliveira Viana.

Surge no cenário brasileiro o projeto nacional do branqueamento, por meio da imigração européia e conseqüentemente da miscigenação, com isso a raça negra

³ II Fórum Municipal de Educação e Diversidade Étnico – Racial de Curitiba 26/06/08

desapareceria aos poucos. Essa ideologia negava a herança africana, desconsiderando a contribuição da raça negra na formação da nossa sociedade, podemos então considerar que essa ideologia trouxe a tona o tão falado racismo à brasileira.

Um dos principais defensores da ideologia do branqueamento é Francisco José de oliveira Viana, que apontava como solução para o futuro étnico do país o ideal de branqueamento, para tanto a migração européia era o fator de aceleração desse ideal.

É importante destacar que este pensamento ainda pesa sobre os ombros do negro brasileiro, visto que muitos negros, segundo os próprios dados do IBGE, tem dificuldades de se auto declararem negros, preferindo certos eufemismo tais como ouvia na minha infância: Cor de jambo, moreninha, cor da terra, marrom bombom, seis e meia etc. Isso acaba contribuindo com a propagação do racismo e da discriminação racial, considerando que os alunos ao entrar na escola além de encontrarem a história dos seus antepassados de maneira folclorizada e preconceituosa ouvem nas falas dos professores uma linguagem carregada de nuances de cores. Será que eles pensam que ao chamar o aluno de negro estará lhe ofendendo?

“A escravidão despojou o Negro, já não digo dos seus direitos – porque eles não tinham legislação escrita – mas dos seus grupos naturais de cultura, o que é muito mais importante do ponto de vista psico – social” (RAMOS, 1942, p. 76). Segundo esse estudioso todas as vezes que um indivíduo é separado de seu grupo cultural e posto em contato com outro grupo cultural ele tende a esquecer a cultura primitiva e passa a assimilar a nova, com a qual manteve contato e a esse fenômeno ele dá o nome de aculturação.

O ideal de branqueamento, defendido o Viana, não dava conta da superação das culturas primitivas, segundo Arthur Ramos, que dizia que o negro não era inferior e sim possuía uma cultura primitiva. “[...] as crianças convivem na escola com uma visão distorcida da história dessa raça, seja através da omissão dos fatos ou de uma visão desistorizada” (GOMES, 1995, p. 58)

Passando pela ideologia do branqueamento e a superação das culturas primitivas surge a teoria da democracia racial, tendo como defensor celebre Gilberto Freyre, a qual tinha no seu cerne, um pouco duvidoso, a relação harmoniosa entre escravizadores e escravizados, no entanto “[...] a escola ainda discute a participação

do negro e do índio na formação da sociedade brasileira como meras “contribuições” e não como participação de sujeitos sócio – culturais que constroem sua própria história” (GOMES, 1995, p. 99).

Para Bento (1998) o racismo é uma barreira que impede que a nossa sociedade seja mais justa igualitária e democrática, na qual todos sejam realmente considerados cidadãos, embora exista uma ideologia que nos faz acreditar que esse tipo de atitude não acontece, ou seja, existe o mito da “Democracia Racial”. No entanto o racismo existe e precisa ser encarado como uma situação injusta e cruel sendo ele produto da nossa história e marcando assim, o nosso convívio social.

Na realidade brasileira o preconceito contra o negro é fabricado de forma sutil e eficaz, ressaltando – se: Escamoteamento da discriminação racial, através da falsa imagem de que não há racismo no Brasil, a omissão da história real do negro, disseminação de sentimento de culpa do negro, responsabilizando-o pela condição de indignidade e subvida em que vive [...] (CHAGAS, 1987. p. 32)

Para justificar e omitir os reflexos da escravidão e o quadro de desigualdade racial no Brasil entra em cena o mito da democracia racial “(...) uma forma brasileiríssima, bastante eficaz, de controle social”. (SANTOS 2005. p. 44). É uma tentativa da elite brasileira em esconder ou minimizar os efeitos da escravidão e da inserção do negro no capitalismo brasileiro com um processo de desigualdade secular, além disso, esse mito vinha desde a escravidão acompanhado da crença de que no Brasil as relações raciais eram harmoniosas, pois tínhamos um senhor benevolente.

O mito da “democracia racial” nega situações de constrangimento, mal – entendidos e humilhações sofridas pelos negros, dando a idéia de que o nosso país não haveria barreiras legais que impedissem a ascensão social de pessoas afrodescendentes, no entanto não precisamos de grandes estudos para perceber quão desigual é a distribuição de oportunidades no Brasil.

Conforme Rocha (2007) o êxito do mito da Democracia Racial deu-se pelo apagamento da história de resistência dos negros à escravidão e também pelo esquecimento das mazelas da escravidão para a construção de uma nação em que todos os povos poderiam conviver fraternalmente, no entanto não foi isso o que aconteceu os dados estatísticos são contundentes em dizer que não dá para continuar como está, pois apontam que o peso da escravidão, a ausência de

políticas públicas para a população negra no pós – abolição e o racismo são atitudes fundamentais para encaminhar o negro para o jogo da exclusão social.

Por mais que a renda mensal média de brancos em relação à dos negros ou pardos diminuiu nos últimos anos as desigualdades raciais ainda são profundas no Brasil e devem ser corrigidas com políticas públicas que aliem crescimento econômico com inclusão social da população negra. Essa é uma das conclusões do Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil (2007-2008), lançado no dia 10/11/08 por Marcelo Paixão, por exemplo, o relatório revela que existe uma sub-representação da população negra em cargos públicos e partidos políticos. No Congresso Nacional, de 513 deputados federais, apenas 10 são negros entre os homens e 33, pardos. A situação se agrava entre as mulheres: uma negra e duas que se declararam pardas.

A vida do Negro escravo desde a sua captura na África, até o trabalho nas plantações do Novo Mundo, foi uma longa epopéia de sofrimentos. Século inteiros assistiam ao martírio, ao trucidamento, à tortura de milhões de seres humanos. [...] A caça do negro na África é uma página horripilante da história humana (RAMOS, 1942, p. 84).

Já se passaram mais de um século do fim da escravidão, mais ainda carregamos no nosso corpo as chagas deste período histórico do nosso país através das seqüelas que propagam como erva daninha dentre elas pode citar o racismo e o mito da democracia racial, por isso “[...] se a sociedade brasileira deseja acabar com a violência e o racismo, deve confessar que é violenta e racista” (SANTOS, 2005. p 48), só assim poderemos reverter o quadro de desigualdades sociais e raciais que ronda a nossa sociedade.

Paixão (2003) aponta que um dos fatores produtores de desigualdade sociais no Brasil está relacionado com a questão da desigualdade racial, por isso

a desigualdade social no Brasil carrega um insofismável componente racial, bem como, que o cenário de estagnação econômica e da perda de qualidade dos postos do mercado de trabalho – típico do período liberal, afetou de forma mais intensiva justamente os afro-descendentes” (PAIXÃO, 2003, p. 105).

Na escola os negro são tratados de forma diferenciada, por meio de um racismo disfarçado, para acabar com essa camuflagem os governos (municipais, estaduais e federais) tem a responsabilidade de oferecer cursos de formação

continuada, que capacitem os docentes a analisar criticamente todo o tipo de discriminação, preconceito e racismo na educação, visto que um país multirracial e pluriétnico como o nosso não pode admitir esses tipos de atitudes e sim caminhar na direção da sua superação, não somente através de boas intenção mas sim de ações concretas.

O principal desafio dos brasileiros, quando nos remetemos a esse tema é de superar a noção de que no Brasil não existe discriminação racial, e que nós, brasileiros, somos um povo pacífico e cordial. É preciso encarar essa situação de frente, pois nenhum país do mundo está livre do preconceito racial, a respeito disso Santos (2005. p. 42 – 43) faz um convite a todos que acreditam que o Brasil é um país onde todas as culturas, raças e etnias vivem harmonicamente:

Convido as pessoas que ainda crêem na “democracia racial brasileira” e na “cordialidade inata do brasileiro” e balelas tais, a prestarem um pouco mais de atenção à sua volta: os jornais noticiam, em média, dois casos de discriminação racial por mês [...]. Pretinhos, baianinhos, paraibinhas, índios, cablocos, jovens judeus, moças japonesas, nesse exato momento, estão sofrendo alguma espécie de mal trato pelo simples fato de não pertencerem a *maioria* branca [...] Por que boa parte dos brasileiros ainda acredita que vivamos numa “democracia racial”? Para começar, porque as elites que nos governam até hoje precisavam vender esta mentira, aqui e no exterior. A cabeça de uma sociedade é, em geral, feita pela sua classe dominante – com o objetivo duplo de manter seus privilégios e deixá-los dormir em paz.

Igualar as condições no jogo social é o caminho oposto desta ideologia racial, pois deixar o racismo se perpetuar como está é o mesmo que impedir a construção de uma sociedade/escola democrática. “O racismo está depositado no mais fundo da cabeça dos homens – assim como certas sementes que resistem às mais violentas mudanças de temperatura e, subitamente, voltam a brotar.” (SANTOS, 2005. p 35)

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A escravidão se deu, no contexto brasileiro, por questões financeiras e não foi porque um povo era mais atrasado que o outro, sendo assim o racismo, no Brasil, não foi causa da escravidão e sim sua consequência, porque para manter o domínio os colonizadores tinham que inferiorizar seus escravos, ou seja, o escravismo surge, tendo como base a superioridade do senhor o que implica na inferioridade do escravo.

A partir do século XV, o expansionismo europeu se firmou com a criação de colônias de exploração em todos os cantos do mundo: América, África e Ásia. Isso ocorreu devido a ampliação do comércio e ao surgimento de uma nova mentalidade: a capitalista. Tratava-se de obter o máximo de lucro. E como obtê-lo? Através do trabalho escravo. E como justificá-lo? Apelando para a inferioridade dos outros povos, principalmente o africano, que para o capitalista de então era simplesmente uma mercadoria: algo a ser comercializado, vendido, exportado. A cor da pele foi um fator essencial para esse processo (DÓRIA, 2008. P 37)

Em contrapartida é importante destacar que

Depois do Renascimento, especialmente em meio à industrialização da Europa e a diversos tipos de colonialismo, o racismo se desenvolveu assentado sobre um conjunto de doutrinas e teorias científicas, disseminando-se pelo mundo. As culturas não européias foram desprezadas, consideradas inferiores e propícias à exploração (COSTA, 2004. p. 385)

O africano não foi escravizado porque era negro, mais sim por necessidade de expansão do capitalismo mercantil e por necessidade de exploração das novas terras das Américas. Sobretudo foi escravizado para produzir bens a serem comercializados.

Nasce então o negro como mercadoria sempre relegada ao plano inferior surge então um novo fenômeno: o racismo, que é nada mais nada menos do que uma “justificativa” de um ato que não encontra explicações para sua existência, atitude que hoje tem consequências históricas e isso é posto em evidência quando lemos um trecho do Relatório do Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra O Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.

O racismo e as práticas discriminatórias disseminadas no cotidiano brasileiro não representam simplesmente uma herança do passado. O racismo vem sendo recriado e realimentado ao longo de toda a história. Seria impraticável desvincular as desigualdades observadas atualmente dos quase quatro séculos de escravidão que a geração atual herdou. (BRASIL, 2001).

A leitura desse relatório, citado anteriormente, coloca em jogo uma reflexão pessoal, ou seja, todo o passado histórico de legislações que visavam construir uma nação democrática e isso será destacado com o histórico das legislações chegando até a Lei nº 10.639/2003, que é uma conquista da luta de vários Movimentos Sociais Negros, pela forma violenta que os negros foram tratados no passado, que hoje ainda marcam profundamente o presente das futuras gerações de crianças, jovens e adultos que estão nas escolas, principalmente as públicas e com a inclusão da História e Cultura afro-brasileira e Africano nos currículos, contribuirá significativamente para que a gerações futuras se fortaleçam, portanto, aumentando a sua auto-estima.

Para compreender a trajetória de luta dos Movimentos Sociais Negros é preciso compreender todo o processo de implantação das legislações brasileira, voltando – se, desta maneira, ao século XIX, no dia 13 de maio de 1888, com apenas dois únicos artigos que compunham a Lei nº 3.335, a princesa Isabel declarou extinta a escravidão dos negros no Brasil, sendo um dos últimos países do mundo a acabar com a escravidão:

Declara extinta a escravidão no Brasil:

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas e interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º da Independência e do Império.

Princesa Imperial Regente.

Assim sendo mulheres e homens escravos deixariam ser vistos e tratados como objetos e passariam a ser tratados como gente, no entanto é relevante

constatar que a assinatura da Lei Áurea foi decorrência de pressões internas e externas, já que o movimento abolicionista já tinha grande força no país, havia freqüentes fugas de negros e mulatos, o exército já se recusava a fazer o papel de capitão-do-mato, ou seja: capturar e devolver os escravos a seus donos e isso fica claro quando lemos o livro *Eu, negro: Discriminação racial no Brasil*: Santos (1986, p. 15 – 16)

Para os negros, o 13 de maio é uma grande mentira porque a liberdade não se dá; a liberdade se conquista. Quando a esmola é grande o santo desconfia. [...] O que houve foi o seguinte: desde de 1810 a Inglaterra tinha proibido o tráfico negreiro. No entanto este não foi o fator mais decisivo [...] O fator mais importante foram as várias lutas de resistência que o negro escravo sustentou durante todo o tempo da escravidão. Fugas em massa, levantes armados, queima e destruição de engenhos.

A abolição da escravatura, não melhora a condição social e econômica dos ex-escravos. Sem formação escolar nem profissão definida, para a maioria deles a simples emancipação jurídica não muda sua condição subalterna, muito menos ajuda a promover sua cidadania ou ascensão social.

Adentrando mais a fundo nesse assunto, podem-se citar três leis que também de nada adiantaram para resgatar a dignidade do negro. Em 1850, o Parlamento brasileiro aprovou a Lei Eusébio de Queirós que proibia definitivamente, o tráfico negreiro para o Brasil, embora houvesse a proibição “do tráfico, o porto de Paranaguá ainda se configura num dos maiores centros de contrabando de escravos para o Brasil” (SOUZA, 2007, p. 146)

Na verdade essa lei foi aprovada principalmente devido à pressão da Inglaterra, que tinha como objetivo a aplicação do "Bill Aberdeen"⁴ entretanto ela não gerou efeitos imediatos na estrutura do sistema econômico brasileiro. O tráfico ilegal se desenvolveu intensamente no período posterior à lei, por causa desse “jeitinho brasileiro”, essa lei ficou conhecida como a lei para inglês vê.

Em 28 de setembro de 1871 o projeto da Lei do Ventre Livre foi proposto pelo gabinete conservador presidido pelo visconde do Rio Branco, no entanto é relevante destacar que o africano livre era uma criança ingênua e que muitas vezes era abandonada pelos seus “senhores” ou colocada em orfanatos, porque a mãe continuava escrava, mas a criança era livre. Até os 8 anos a criança ficava com a

⁴ Legislação da Grã-Bretanha promulgada em 8 de Agosto de 1845, que proibia o comércio de escravos entre a África e a América. Após a Revolução Industrial, a Inglaterra passou a contestar a escravidão, interessada em ampliar o mercado consumidor de seus produtos, no Brasil e no mundo.

mãe. Depois dessa idade, se fosse embora, o senhor da mãe recebia uma indenização do Estado, mas a criança não recebia nada. Caso contrário ficaria até os 21 anos de idade prestando serviços. Se a mãe era escrava, certamente ela viveria como escrava embora fosse declarada livre, por isso essa lei representou, na prática, um passo tímido na direção do fim da escravatura.

Mesmo sendo uma lei de pouco efeito prático, já que libertava escravos, que por sua idade tinham uma força de trabalho pouco valiosa, a Lei dos Sexagenários provocou grande resistência dos senhores de escravos e de seus representantes na Assembléia Nacional, tem-se outra vez no cenário brasileiro uma lei, que não apresenta resultados significativos, já que poucos cativos atingem essa idade e os que sobrevivem não têm de onde tirar o sustento sozinhos.

Agora adentramos no cenário das leis que tentaram corrigir todo um passado histórico de discriminação sofrida pela população negra, por isso no dia 13 de junho de 1951 foi promulgada A Lei Afonso Arinos, a qual proíbe a discriminação racial no Brasil, sendo revogada pela Lei nº 7.437, de 20 de dezembro de 1985, incluindo, entre as contravenções penais, a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, dando nova redação à Lei nº 1.390, de 13 de julho de 1951 - Lei Afonso Arinos.

A promulgação da Lei nº 7. 437/85, a Lei Cáo, que define os crimes resultantes de discriminação por raça ou cor, foi também um passo importante a fim de combater o racismo. Dentre os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, punidos por esta Lei, estão os seguintes:

- 1 – Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Pública, bem como negar ou impedir emprego em empresa privada.
- 2 – Recusar, negar ou impedir a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino público de qualquer grau;
- 3 – Impedir o acesso ou recusar o atendimento nos seguintes locais: a) restaurantes, bares e confeitarias; b) estabelecimentos esportivos, casas de diversões e clubes sociais abertos ao público; c) hotéis, pensões e estalagens.
- 4 – Impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e respectivos elevadores ou escadas de acesso.

No início dos anos 1980, com a abertura política, houve uma acirrada intervenção do Movimento Social Negro, começam a ferver na sociedade brasileira a necessidade de ações de combate às desigualdades raciais, como reflexo disso temos a Constituição Federal de 1988,

Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Quando se diz que todos são iguais perante a lei é o mesmo que dizer que todos desfrutam das mesmas oportunidades, não se justifica então privilégios em razão de raça, sexo, idade, religião e outros fatores. Embora os grupos e as pessoas sejam diferentes, seus direitos são iguais (BENTO, 1998).

Ainda como resultado das reivindicações dos Movimentos Sociais Negros sobre a necessidade de mudanças curriculares sobre o ensino e história de cultura africana, tem-se o projeto de Lei nº 1.332 de 1983, sobre políticas afirmativas apresentadas pelo então Deputado Federal Abdias Nascimento, o artigo 8º deste projeto de lei diz na íntegra:

Art. 8º Ministério da Educação e Cultura, bem como as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, conjuntamente com representantes das entidades negras e com intelectuais negros comprovadamente engajados no estudo da matéria, estudarão e implementarão modificações nos currículos escolares e acadêmicos em todos os níveis (primário, secundário, superior e de pós-graduação) no sentido de:

I - Incorporar ao conteúdo dos cursos de História Brasileira o ensino das contribuições positivas dos africanos e seus descendentes à civilização brasileira, sua resistência contra a escravidão, sua organização e ação (a nível social, econômica e político) através dos quilombos, sua luta contra o racismo no período pós-abolição;

II - Incorporar ao conteúdo dos cursos sobre História Geral o ensino das contribuições positivas das civilizações africanas, particularmente seus avanços tecnológicos e culturais antes da invasão européia do continente africano;

III - Incorporar ao conteúdo dos cursos optativos de estudos religiosos o ensino dos conceitos espirituais, filosóficos e epistemológicos das religiões de origem africana (candomblé, umbanda, macumba, xangô, tambor de minas, batuque, etc.);

IV - Eliminar de todos os currículos referências ao africano como "um povo apto para a escravidão", "submisso" e outras qualificações pejorativas;

V - Eliminar a utilização de cartilhas ou livros escolares que apresentem o negro de forma preconceituosa ou estereotipada;

VI - Incorporar Material de ensino primário e secundário a apresentação gráfica da família negra de maneira que a criança negra venha a se ver, a si mesmo e à sua família, retratado de maneira igualmente positiva àquela em que se vê retratada a criança branca;

VII - Agregar ao ensino das línguas estrangeiras européias, em todos os níveis em que estas são ensinadas, o ensino de línguas africanas (yoruba ou Kriwahili) em regime opcional;

VIII - Incentivar e apoiar a criação de Departamentos, Centro ou Instituto de Estudos e/ou Pesquisas Africanos e Afro-Brasileiros, como parte integral e

normal da estrutura universitária, particularmente nas universidades federais e estaduais.

§ 1º As modificações de currículo aplicar-se-ão, obrigatoriamente, tanto no ensino público quanto no ensino particular, em todos os níveis. (NASCIMENTO, 1983, p. 5163)

Percebe-se a inclusão da temática História e Cultura Afro-Brasileira Africana configura-se por meio de uma história de luta e reivindicações de intelectuais negro comprometidos com educação escolar voltada para a diversidade étnico - racial , visto que: “na nossa formação, escolar, educacional e cultural, as informações mais simplórias sobre o nosso passado afro foram sistematicamente negadas e substituídas por informações estereotipadas” (SILVA, 2007, p.15).

A partir de 1995 passa-se a assumir abertamente essas reivindicações. Em 20 de novembro desse mesmo ano a mídia divulga uma manifestação, organizada pelo Movimento Social Negro: “*Marcha Zumbi dos Palmares, Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida*” reuniu cerca de trinta mil pessoas em Brasília, nesse momento foi entregue um documento ao governo federal “*Programa de superação do racismo e da desigualdade racial*” pactuado entre as principais organizações e lideranças negras do país, nesse documento pode –se ler: “Não basta, repetimos, a mera abstenção da prática discriminatória: impõem-se medidas eficazes de promoção de igualdade de oportunidade e respeito à diferença.”⁵

No ano de 1996, em pleno debate sobre a Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional, a Senadora Benedita da Silva, como representante do Movimento Social Negro, propõe a mudança do Parágrafo 4º do artigo 26 da LDB:

Artigo 26 – parágrafo 4º: O ensino de história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

Através de denúncias dos Movimentos Sociais Negros, principalmente por intermédio de várias pesquisas e estudos sobre as desigualdades raciais, a exclusão social do negro no Brasil começa a ganhar fôlego, em contrapartida o ano 2001 registra no cenário das políticas públicas um vigoroso debate acerca da oportunidade de promoção da igualdade racial na sociedade brasileira, fortalecendo as reivindicações há anos pleiteadas. Uma parte dessas reivindicações começam

⁵ Por uma Política Nacional de Combate ao Racismo e à Desigualdade Racial: Marcha Zumbi Contra o Racismo pela Cidadania e a Vida: Cultura Gráfica e Editora Ltda. 1996.

ser colocadas em pauta a partir da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância. Durante esta Conferência, em rede nacional, o governo federal tornou pública a sua decisão, ou seja, de autorizar a delegação brasileira em Durban a defender a adoção de cotas para atenuar as desigualdades raciais, “[...] foi nessa conferência que a postura do governo brasileiro perante a questão racial mudou radicalmente” (MAGGIE, 2006, p.741)

Quando ocorre essa conferência reconhece – se que a escravidão foi uma tragédia, de conseqüências históricas, para a humanidade devido a negação da identidade das vítimas, por isso ela constitui um crime contra a humanidade, faz-se desta maneira um convite a todos que acreditam que o nosso país possa sonhar com a aceitação da diversidade racial e encontrar soluções conjuntas que reparem erros do passado e evitem no presente e no futuro a reprodução de fenômenos perversos como este, a escravidão, caminhando na direção da esperança, da solidariedade e da justiça. Nos últimos anos as organizações da sociedade civil, que travam lutas pelos direitos de grupos minoritários têm obtido diversos avanços no que se referem as mudanças na legislação que coíbem atitudes discriminatórias.

Um desses avanços é Projeto de Lei nº 213 de 2003 que institui o Estatuto da Igualdade Racial do senador Paulo Paim, o qual reúne um conjunto de ações afirmativas, compensatórias e reparatórias que, se adotadas pelo Governo Federal, irão garantir direitos fundamentais a população afro-brasileira.

Com 21 anos de atraso, isto é, desde as proposições de Abdias Nascimento, no dia 9 de janeiro de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 10.639, modificada pela Lei nº 11.465/2008, uma medida de ação afirmativa que torna obrigatório, nos currículos dos estabelecimentos de ensino, a inclusão do ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira além disso altera a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que a partir de 9 de janeiro de 2003 passa a entrar em vigor com o acréscimo dos seguintes artigos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional,

resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra

No dia 10 de março de 2004, a fim de regulamentar a referida Lei, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer 003/2004 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas – Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro – Brasileira e Africana. A partir desse momento os professores passam contar com um documento legal, capaz de orientar a prática pedagógica quanto à aplicação da Lei nº 10.639/2003 .

No parecer, de forma mais explícita que no texto da lei, estão expressos que o ensino de História e Cultura Afro – Brasileiras dever-se-á realizar, nos diversos níveis (educação infantil, fundamental, médio e superior) e modalidades (regular, educação de jovens e adultos e educação especial) de ensino; que as diversas disciplinas devem inserir em seus conteúdos elementos de história e cultura afro-brasileira; que o ensino de História e cultura afro – brasileiras abrange o ensino de relações raciais no Brasil (SILVA, 2007, p. 17 - 18).

A Lei nº 10.639 de janeiro de 2003 provoca bem mais do que a inclusão de novos conteúdos e sim pede que se repense as relações étnico-raciais presentes em nossas escolas, pretendem-se com isso, rever a contribuição da raça negra para a história da cultura brasileira, ou seja, nas áreas sociais, econômicas, políticas e culturais. Essa lei pode ser considerada como a verdadeira Lei Áurea, pois esta de nada serviu para os escravos, pois eles continuaram excluídos tanto no campo político, econômico, social e cultural.

Para a aplicabilidade dessa lei são necessárias mudanças exigem esforços dos membros da comunidade escolar, professores, equipe pedagógica e administrativa, funcionários, pais, alunos e direção isto é, profissionais realmente comprometidos com a educação voltada para uma sociedade multicultural e pluriétnica. O respeito mútuo surgirá com as mudanças no modo de agir e pensar como relação aos povos afrodescendente. Não podemos deixar que certas posturas, ações e palavras continuem causando desrespeito e discriminação entre os seres.

A pluralidade faz surgir um país feito de muitas mãos, aonde todos juntos, vindo de tradições diversas, com distintas formas de arrumar o mundo, com inúmeras concepções do belo, conseguem criar uma comunidade plena de consciência da importância da participação de cada uma na construção do bem comum (MUNANGA. 2002. p.77).

Percebe-se que o racismo tantas vezes negado e dissimulado na sociedade brasileira, manifesta – se de diversas formas no cotidiano, mas existem leis, como a Lei Afonso Arinos, que proíbem, como as citadas anteriormente, a discriminação e garantem os direitos civis a todos brasileiros. Além do mais, o silêncio e a omissão reforçam ainda mais o racismo então é preciso denunciar. Ao existir, essas leis, pedem que as escolas revejam sua posição quanto à diversidade racial, pois ela muitas vezes aparece em evidência no seu Projeto Político Pedagógico, mas na sua prática essa evidência fica escondida.

“Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas (...)”(MUNANGA. 2002. p.9). É evidente admitir que essas leis foram um grande progresso para o reconhecimento da participação do negro no cenário brasileiro e um avanço no processo de democratização do ensino, bem como na luta anti - racista, mas o papel principal caberá a escola, pois é por meio desta instituição que elas entraram em vigor, sendo abordadas de forma didática.

Na Constituição Federal em seu artigo 5º diz: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...)”. No entanto essa bela formulação, em forma de Lei, para uma grande parcela da população brasileira, não tem passado de uma igualdade formal, porque os negros continuam à margem, sobrevivendo das migalhas do sistema, mal morando, mal comendo, mal trabalhando, mal vivendo... “Ao nascer, a desigualdade e a igualdade se apresentam ao indivíduo como fato consumado mediante a mecanismos de pertencimento, como o da classe social, do gênero e da etnia” (BONETI, 2007.p. 199).

Um caminho possível para cumprirmos esta lei passará necessariamente pela diminuição e mesmo pela eliminação da distância que separa a igualdade prevista na norma legal das desigualdades que decorrem da omissão da ineficiência das políticas educacionais.

Percorrendo o passado e olhando para o presente, percebemos certa fragilidade nessa nova ordem social estabelecida na sociedade, ou seja, “A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição de ordem social

desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão” (SAWAIA, 2007. p. 8), no entanto precisa – se acreditar na capacidade do sujeito de lutar contra essa nova vilã, a exclusão, visto que nessa nova ordem social cabe ao professor questionar, incomodar, perturbar, provocar mudanças no sentido de tornar a prática em sala de aula mais inclusiva.

No momento atual é possível constatar que mudaram as formas as linguagens e algumas práticas sociais frente às questões relacionadas à raça ao gênero e a classe, porém a situação de desvantagem em que os negros vivem mede-se pelas disparidades multidimensionais de que são vítimas e que atualizam através de encobrimento de dissimulação (CANDAU. 2003, p. 23)

O nosso país está passando por uma crise de desigualdades abismais entre as várias classes sociais, isso se torna ainda mais evidente quando nos propomos a analisar as desigualdades raciais. Desde os tempos coloniais, os processos sociais excludentes estão presentes na nossa história, que traz capítulos freqüentes de dominação de vastos segmentos populacionais.

Iniciativas/ações/políticas para diminuir e extinguir as desigualdades sociais e raciais são necessárias para a sociedade brasileira, principalmente se contarmos com o auxílio da escola, mídia, ONGs, movimentos sociais e universidades. As políticas de reparações voltadas para a educação de negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso e permanência na educação escolar a políticas de cotas é um bom exemplo disso. As políticas de ações afirmativas têm como objetivo corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, concretizando o ideal de igualdade de acesso a bens fundamentais como educação e emprego.

Segundo Boneti (2006) as Políticas Públicas se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado voltado, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Partindo deste pressuposto, temos que ter consciência que a sociedade pede urgentemente a criação de projetos para a construção de melhores condições de distribuição da renda e da riqueza, para tanto é importante que a sociedade compreenda que o problema é a má distribuição da riqueza. Essa distribuição “correta” deve ser feita, principalmente, através da políticas públicas do Estado.

A desigualdade racial sempre é posta em destaque, na sociedade brasileira, no entanto para reverter essa situação o ponto de partida são as ações afirmativas, pois a sociedade civil pede mudanças sociais e políticas públicas que pretendam corrigir as formas de desigualdade. Os atabaques batem pedindo justiça. Uma sociedade que clama pela democracia não deve aceitar esse tipo de atitude.

A expressão “ação afirmativa” foi criada pelo presidente dos Estados Unidos J.F. Kennedy, em 1963, significando:

[...] conjunto de políticas públicas e privadas de caráter Compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate da discriminação de raça, gênero etc., bem como para corrigir os efeitos presentes das discriminação praticada no passado, tendo como objetivo igualdade de acesso a bens fundamentais como educação e emprego (GOMES, 2001, p. 40).

ou

Ação afirmativa é um conceito que indica que, a fim de compensar os negros e outras minorias [...] pela discriminação sofrida no passado, devem ser distribuídos recursos sociais como empregos, educação, moradias etc. de forma tal a promover o objetivo social final da igualdade. (WALTERS, 1995, p. 131)

Ações afirmativas pretendem proporcionar melhores oportunidades para as pessoas que sempre ficaram a margem da sociedade com desvantagens históricas, os excluídos, porque mesmo a discriminação sendo uma atitude ilegal ainda acontece, sendo alvo desta atitude: mulheres, deficientes físicos, portadores de necessidades especiais e negros, por isso é importante que sociedade civil exija do governo ações específicas para garantir a essa população excluída o direito a educação, moradia, saúde, renda etc.

É urgente que se tenha uma educação mais identificada com um projeto de sociedade, de forma a melhor compreender os novos desafios postos ao processo educacional, principalmente porque os problemas da sociedade brasileira, estão marcados por uma política neoliberal desigual e subordinada ao mercado exterior, que é excludente e desumanizante (FIZZO, 2000, P. 82).

A sociedade “clama” por mudanças sociais e políticas públicas que visam corrigir as formas de desigualdades em nosso país, por isso a escola desde 2003 está sendo convidada a incluir no seu currículo uma medida de ação afirmativa que

torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, no entanto encontramos no seu interior resistências quanto à aplicação desse tema, por isso um dos maiores desafios para o sistema educacional brasileiro é a construção de uma escola justa e igualitária, na qual todos os alunos deverão sentir-se acolhidos, aceitos e integrados.

As estatísticas têm mostrado que as desigualdades sociais e as desigualdades raciais têm caminhado lado a lado, ou seja, é uma desigualdade dentro da desigualdade, no estudo divulgado no dia 24/09/08 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que houve um aumento da distância entre brancos e negros no acesso à educação superior

Em 1997, um a cada dez brancos (9,6%) tinha nível superior completo. Essa proporção era de um para cada 50 (2,2%) entre os de cor preta e parda. Em 2007, esses percentuais são de 13,4% e 4% respectivamente. “O hiato entre os dois grupos também aumentou, pois era de 7,4 pontos percentuais em 1997 e passou para 9,4 pontos percentuais revelou o pesquisador do IBGE José Luís Petruccelli. (VILLELA, 2008)

Estamos vivendo uma abolição inacabada, pois os indicadores sociais mostram que ainda a população negra continua à margem da sociedade.

A exclusão e seus efeitos estão aí. São evidências cruéis e brutais mostradas nas esquinas comentadas pelos jornais, exibidas nas telas. Entretanto, a exclusão parece ter perdido a capacidade de produzir espanto e indignação em boa parte da sociedade (GENTILI 2003, p.29)

A população de afrodescendentes brasileira forma a segunda maior população negra do mundo, atrás apenas da Nigéria, entretanto enfrenta muitas desvantagens quando é revelada sua condição socioeconômica. Segundo os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e da Justiça tantos os homens quantos as mulheres negras têm a sua renda inferior se comparada ao homem e a mulher brancos. O rendimento médio dos homens brancos no Brasil é quase duas vezes e meia maior que os dos homens negros e quatro vezes mais do que as mulheres negras segundo informações do PNAD (2001).

“ Desigualdade se diversificou mais no interior dos diferentes setores, como no caso do mercado de trabalho, tanto no âmbito dos empregos formais, com direito assegurado, como no âmbito dos empregos informais e precário” (GISI, 2006. p. 103). Discriminado e marginalizado a imagem do negro perante a sociedade é de

desqualificado, por isso enfrenta certas restrições no mercado de trabalho, sendo direcionado para trabalhos domésticos e pesados.

Em contrapartida a dificuldade que os alunos negros enfrentam em permanecer na escola faz com que eles obtenham níveis de escolaridades inferiores aos dos brancos da mesma origem social, além do mais a taxa de analfabetismo no grupo de negros é duas vezes maior que a do grupo de branco, conforme os dados do IBGE (Mapa do mercado de trabalho).

Esses dados são tão reais, que com base em levantamentos estatísticos divulgados pelo IPEA em 1996, o Senador José Sarney afirma que os negros brasileiros, por sua vez:

Enfrentam maiores dificuldades de acesso à escola e de permanência nela. Seus índices de analfabetismo, atraso escolar e reprovação são superiores em relação à população classificada como branca. Dessa forma, enquanto a probabilidade de os brancos entrarem no ensino superior, dado que começam a cursar o ensino médio, era de 43% , para os negros era de apenas 18%. (Sarney, 1999)

Em nosso país tenta-se “tampar o sol com a peneira” quando os assuntos são: preconceitos, discriminação e conflitos raciais alegando que o Brasil não é um país preconceituoso. No entanto, todos dados nos mostram que o racismo brasileiro ainda é uma marca presente em nossa sociedade, seja de forma ardilosa, disfarçada ou dissimulada e que historicamente a discriminação racial mostra-se claramente aos olhos de toda a sociedade brasileira, no entanto “[...] no interior do próprio sistema, existem os que se recusam a pura e simples retificação e lutam, dia – a – dia, por uma mudança radical das estruturas escolares” (BARBIER 1985, p. 29), porque o racismo é o resultado de um discurso ideológico que, produzidos por grupos majoritários, para justificar a sua situação social e perpetuar as práticas discriminatórias.

4. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS RELAÇÕES ÉTNICO – RACIAIS

Existe uma receita, a norma dum caminho certo, estreito, de cada uma pessoa viver – e essa pauta cada um tem- mas a gente mesmo, no comum, não sabe encontrar; como é que sozinho, por si, alguém ia poder encontrar e saber?”

Guimarães Rosa

A formação de professores é uma das temáticas que tem conduzido grande parte das produções acadêmicas nos últimos anos neste íterim podemos citar autores como: Candau (1997 e 2008), Garcia (1995, 2005), Schon (1995), Behrens (1996), Nóvoa (1992, 1995), Freire (1996), Gomes (1998) e Imbernón (2002). Revela – se, desta maneira que o cenário de formação de professores mostra-se complexo na medida em que os debates ampliam – se para além dos muros das universidades, isto é, chegam também na educação básica, porque a sala de aula tornou – se um lugar para investigação, com intuito de repensar a prática pedagógica na escola a fim de melhorá-la, conseqüentemente o professor não pode mais ser apenas objeto da pesquisa e sim o sujeito competente que detém saberes específicos para o desempenho do seu ofício (BEHRENS, 1996).

A história da profissionalização docente esta passando por momentos de fragilidade, sem cerca de dúvida, isso ocorre pelo fato de por muito tempo a educação pautou-se pelo modelo taylorista, ou seja, a educação baseada na racionalidade técnica superando o conhecimento teórico sobre os saberes práticos, nesse modelo o professor tinha apenas o papel de técnico.

Práticas de formação continua organizadas em torno dos professores individuais podem ser úteis para a aquisição de conhecimento e a formação de técnicos, mas favorecem o isolamento e reforçam a imagem dos professores como transmissores de um saber produzido no exterior da profissão. (NÓVOA, 1992 p. 27)

Seguindo esta lógica as propostas de formação de professores ainda privilegiam a formação profissional desconhecendo, na maioria das vezes, a pessoa ou o cidadão em formação, detendo-se na formação técnica e no treinamento, no entanto esse tipo de formação torna-se superficial quando o quesito é acompanhar e responder às novas exigências postas pela sociedade.

Na direção oposta a esse modelo destacam-se as premissas defendidas por Donald Schon (1992), ou seja, o modelo de racionalidade prática, o qual busca a

superação da formação nos moldes de um currículo normativo de caráter técnico-profissional.

Práticas de formação que tomem como referência dimensões coletivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção de seus saberes e do seu valor. (NÓVOA, 1995 p. 27)

Nesse sentido, a prática profissional não é vista como um espaço de aplicação de teorias elaboradas fora dela, mas sim um espaço de aprendizagem e de produção de saberes e de práticas inovadoras.

Desta maneira essa prática propõe a formação de um profissional que seja capaz de refletir sobre sua experiência para compreender melhor o ensino, em contrapartida,

Na formação de professores, as duas grandes dificuldades para a introdução de um *practicum* reflexivos são por um lado a epistemologia dominante na universidade e, por outro, seu currículo profissional normativo: *Primeiro ensinam-se os princípios científicos relevantes, depois a aplicação desses princípios e por último, tem-se um *practicum* com o objetivo é aplicar à prática quotidiana os princípios da ciência aplicada.* Mas de fato se o *practicum* quiser ter alguma utilidade envolverá sempre outros conhecimentos diferentes do saber escolar. (SCHON, 1992. p.91)

Por isso as práticas voltadas à formação de professores devem permitir que eles possam refletir e produzir valores e saberes, num processo de reflexão coletiva. “Daqui deriva a necessidade de formar professores que venham a refletir sobre a sua própria prática, na expectativa de que a reflexão será um instrumento de desenvolvimento do pensamento e da ação” (GARCIA, 2005, p. 60), já que o profissional reflexivo aprende a partir da análise e interpretação da sua própria prática.

Alguns cursos de formação continuada dos profissionais da educação ainda não contribuem para tão sonhada articulação entre teoria e prática, “Uma das críticas geralmente feitas aos cursos de formação é a pouca incidência que têm na prática” (GARCIA, 2005, p. 180) e muito menos para a formação de um profissional reflexivo com diz a professora Behrens (1996) a formação continuada é planejada e executada por um grupo de especialistas, os professores não são ouvidos sobre suas dificuldades e expectativas, por isso quando chegam à sala de aula não conseguem colocar em prática o que aprendem, por estar muito distante da sua realidade.

A formação continuada deve estar centrada na escola e fazer parte do projeto político – pedagógico. Assim, compete à escola:

- a) proceder ao levantamento de necessidades de formação continuada de seus profissionais;
- b) elaborar seu programa de formação, contando com a participação e o apoio dos órgãos centrais, no sentido de fortalecer seu papel na concepção, na execução e na avaliação do referido programa. (VEIGA, 1995, p. 20)

As propostas de formação continuada, inovadoras, propõem facilitar ao professor perceber a relação entre teoria e prática, contribuindo assim, para uma prática docente mais consciente e coerente, somando esforços para a sua necessária transformação, por isso existe a necessidade do professor ser capaz de refletir sobre a sua prática e direcioná-la segundo a realidade em que ele atua, assumindo desse modo uma perspectiva histórica, para tanto Candau (1997, p.64) nos chama atenção para a verdadeira intenção dos cursos de formação continuada.

A formação continuada não pode ser concebida como acumulação (cursos, palestras, seminários etc. de conhecimento e técnicas), mas sim por meio de um trabalho de refletividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal e profissional em interação mútua

Com o intuito de compreender melhor a relação entre teoria e prática, Freire (1996), ressalta que essa não é uma relação de aplicar teoria à prática, muito menos derivar uma da outra e sim por meio da auto – reflexão crítica interpreta-se teoria e prática como mutuamente constituídas e relacionadas. Segundo este autor, a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria-prática, sem a qual, a teoria pode tornar-se “blábláblá” e a prática “ativismo”.

E neste sentido podemos dizer que o exercício da ação docente requer preparo. Preparo este que não se esgota nos cursos de formação continuada, mas, para o qual há uma contribuição específica, no que diz respeito à formação teórica (em que a unidade teoria e prática é fundamental) para a práxis transformadora.

(...) a formação dever ser direcionada para o desenvolvimento e a consolidação de um pensamento educativo, incluindo os processos cognitivos e afetivos que incidem na prática dos professores, esse pensamento educativo deveria ser produto de uma práxis, uma vez que no decorrer do processo não apenas se ensina. Mas também se aprende. (IBERNÓN, 2002, p. 63)

É durante o processo de ensinar e aprender que emerge a relação entre teoria e prática, mas, para isso é fundamental que o professor compreenda as “transformações que vão surgindo nos diferentes campos [do conhecimento], seja receptivo e aberto a concepções pluralistas, seja capaz de adequar sua atuação às necessidades dos educandos em cada época e contexto” (IMBERNÓN, 2002, p.61).

Acima de tudo a política de formação continuada, tem por obrigação oferecer aos professores base para a compreensão do processo de ensino aprendizagem dos alunos, além disso, essa política deve facilitar ao professor perceber a relação entre teoria e prática. Diante disso, a formação continuada deve romper com uma das principais causas de sua não aplicação em totalidade, ou seja, precisa envolver o professor neste processo de formação, isto requer uma ruptura com o individualismo pedagógico, mas precisamente ir à busca de parcerias, dividir angústias, problemas e dúvidas, procurar reflexões em equipe, enfim tudo que direciona a um diálogo entre parceiros interessados, na qualidade do ensino, isto é, os professores. De acordo com Nóvoa (1992, p.9) “Não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem inovação pedagógica, sem uma adequada formação de professores” e esta formação não pode resumir-se em participar de alguns cursos ou eventos, com bem indicam Gisi e Eyng (2006, p. 41)

A formação continuada, entendida como um processo de aprendizagem e de reflexão, sempre foi considerado fundamental para uma educação de qualidade. Com as rápidas transformações, na sociedade contemporânea, a formação continuada adquiriu maior importância. Que importância é essa, no entanto? Os cursos de atualização [...] são importantes para a formação dos professores, mas a formação continuada não pode mais ficar restrita a tais cursos ou a participação de eventos da área. Formação continuada significa que, em um processo contínuo, os profissionais de educação encontram-se em formação, e isso é parte inerente das práticas escolares, propiciando ações reflexivas e críticas.

Ao tratar de formação continuada cabe lembrar que se faz referência a um profissional que está em pleno exercício de sua atividade, no nosso caso a prática docente, ou seja, a educação continuada do profissional de educação é aquela realizada ao longo da vida. Essa concepção caminha com os princípios estabelecidos pela LDB, no seu artigo 1º:

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na convivência humana, na vida familiar, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da Sociedade Civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL, 1996)

O artigo 6, inciso II, prevê “Os sistemas de ensino promoverão aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para este fim” (BRASIL, 1996)

Existe um consenso sobre a importância de uma base sólida no que se refere à preparação do professor na sua formação inicial e, de outro lado da moeda, há também um consenso de que a formação de professores seja voltada a educação continuada devido a condição humana de inacabamento. Neste sentido Freire (1996, p. 39) advoga que “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que pode melhorar a próxima prática”.

Seguindo essa lógica é relevante considerar que na atualidade a formação continuada caminha na direção de uma sociedade denominada do conhecimento, por isso é preciso mais do que nunca achar meios para continuar aprendendo sempre e progredir profissionalmente.

O fato de o conhecimento ter passado a criar novas dinâmicas sociais e econômicas, e também novas políticas, o que pressupõe que a formação deva ser complementada ao longo da vida, o que exige formação continuada. (BRASIL, 2001, p. 9)

A formação inicial e continuada do profissional da educação ao caminhar na direção de uma prática profissional de qualidade, poderá atender as necessidades de inovações que são capazes de garantir um desenvolvimento profissional adequado às mudanças contemporâneas, ou seja, essa formação deve agir no sentido de alcançar a melhoria da qualidade da educação, através da reflexão crítica sobre a prática pedagógica.

Cabe, desta maneira, à formação inicial zelar pela formação teórico-prática do aluno em áreas/subáreas específicas do conhecimento, dando condições a esse discente de iniciar sua vida profissional. Este processo se concretiza através de diversas atividades desenvolvidas durante os anos da graduação, tais como: aulas teóricas e práticas, palestras, participação em projetos de pesquisa, estágios, elaboração de trabalhos monográficos, estudos individuais e em grupos, participação em congressos e eventos científicos, etc.

No entanto, o professor recém – formado sai para a sala de aula com uma série de deficiências, apesar de todas essas atividades realizadas pelo futuro professor durante a sua formação inicial, e a universidade ainda forma esse

profissional da educação para trabalhar com um determinado perfil de aluno, deste modo muitas vezes esse profissional não sabe lidar com diversidade cultural, social e econômica presente no ambiente escolar, nesse ponto é importante reforçar “a concepção de professor como profissional do ensino que tem como principal tarefa cuidar da aprendizagem dos alunos, respeitada a sua diversidade pessoal, social e cultural” (BRASIL. 2001, p. 9)

Nesse caminho Bourdieu ao apontar o funcionamento da escola e sua função de conservação social diz que:

Com efeito, para que sejam favorecidos o mais favorecidos e desfavorecidos o mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura.(BOURDIEU, 1998, p. 53).

Seguindo esse mesmo pensamento Bourdieu (1998) revela o caráter reprodutivo da escola, pois é concebida como uma instituição a serviço da reprodução e da legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes, transmitindo uma cultura socialmente reconhecida como legítima.

É provável por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, seguindo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural. (BOURDIEU, 1998, p 41).

Para enfrentarmos essa ordem vigente, a escola enquanto reprodutora das desigualdades sociais, a formação do profissional de educação deve estar preocupada em ensinar seus estudantes a tomar iniciativas, ao invés de serem unicamente fontes de transmissão do conhecimento e nesse processo a formação continuada tem um papel relevante, pois existem temas sociais presentes na vida dos alunos que necessitam fazer parte desse processo de formação como, por exemplo, a questão racial, a qual consiste em mais um desafio que é colocado em destaque no campo de formação de professores.

Segundo Nóvoa (1992) quando o professor vivencia o processo de formação continuada, está aprimorando sua função de educador, no sentido de refletir e agir sobre sua própria ação, e é na escola onde essas relações se estabelecem e se fortalecem na troca de experiências entre os professores.

A formação inicial e continuada, voltada para educação das relações étnico – raciais, visa colocar em prática Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, contidos no Parecer 003/2004 elaborados pelo CNE, que regulamenta a alteração trazida pela Lei 10639/2003 à Lei 9394/1996, nos seus artigos 26, 26A e 79B. Este parecer buscou traçar orientações curriculares nacionais para os diversos níveis da educação brasileira, no entanto, conforme do documento base da Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira – Lei 10.639/2003.

Considera-se que Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais não foram devidamente incorporadas nas políticas de formação até o momento, restringido-se a projetos e programas isolados e de baixa efetividade no que se refere ao fortalecimento da capacidade de profissionais e gestores da educação de incorporá-las no currículo e de enfrentarem as desigualdades étnico-raciais existentes na escola e no sistemas de ensino. (BRASIL, 2008, p.30)

A pluralidade cultural é um dos temas enfocados por esse documento a fim de evidenciar as diferenças culturais e raciais, integrando-as ao currículo indo de acordo com as antigas reivindicações do Movimento Social Negro, no entanto a preocupação de se colocar em pauta, no interior da escola, momentos de reflexão acerca da diversidade étnico – racial ainda não é uma realidade presente no cotidiano escolar, daí surge a necessidade dos cursos de formação contemplar saberes que permitissem aos professores compreenderem questões relativas a educação das relações étnicos raciais, de acordo com Moreira (2001, p. 70)

A necessidade de professores bem preparados para enfrentar os desafios provocados pela pluralidade cultural da sociedade e das escolas, é realçada em muitos artigos. No entanto, são poucos numerosos, os estudos que procuram verificar como os currículos dos cursos de formação docente evidenciam uma orientação multicultural. Trata-se, penso de uma lacuna a ser preenchida.

Essa formação deve habilitar os professores a contemplar, nas suas aulas, a diversidade étnico-racial e compreende-la do ponto de vista das relações sociais da sociedade brasileira, superando a tendência de hierarquização entre os grupos humanos, pois o que se almeja é a construção de representações sociais positivas, a fim de considerar as diferentes origens culturais de nossa população sem privilégios de um único grupo étnico-racial em detrimento do desprezo aos outros. (BRASIL, 2008, p. 29)

A trajetória da educação brasileira, direcionada á formação de professores, para a educação das relações étnico – raciais, baseia – se na perspectiva do Mito da Democracia Racial, a qual além de negar a existência do racismo na sociedade brasileira nega também a existência do referencial histórico, social, cultural e econômico do africano, não incorporando assim conteúdos afro-brasileiros nos currículos escolares.

A escola sempre teve dificuldades em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-la e neutralizá-la. Sente-se mais confortável como homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que a escola é chamada a enfrentar. (MOREIRA E CANDAU , 2003, p. 161)

Seguindo essa linha de raciocínio é bom relembramos o título das diretrizes, ou seja, Diretrizes Curriculares Nacionais para a *Educação das Relações Étnico-Raciais* e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, para compreendemos que a história e cultura africana e afro-brasileira se encontram num campo mais amplo, isto é, a educação das relações étnico-raciais, com isso fica evidente que o estudo sobre a África só terá eficácia pedagógica se andar por esse caminho.

Somente na década de 1990 ampliaram-se as propostas de políticas públicas no que diz respeito à promoção da igualdade étnico racial no contexto escolar, devido a insistentes reivindicações do Movimento Social Negro e também devido às publicações de trabalhos acadêmicos que questionam dentre outros problemas a associação direta entre o preconceito e a escravidão como legado histórico, além disso, mostravam que os dados estatísticos deixavam evidentes que a população negra vivia e ainda vive a margem da sociedade no que se refere a sua situação socioeconômica, desta maneira a discriminação racial era compatível com a ordem capitalista industrial.

Diante desse quadro, é importante ressaltar que a luta pela inclusão da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no currículo escolar é uma bandeira histórica regradada de denúncias com o propósito de questionar a atuação dos estados, municípios e órgãos federais, no que se refere a uma revisão da forma como os afro-brasileiros apareciam e ainda aparecem, retratados na história do Brasil na medida em que podemos enxergar que a diversidade cultural é muito grande em nossas escolas, exige-se estarmos atentos a essas diferenças, sendo este um grande desafio para a formação continuada, ultrapassando assim o acúmulo de conhecimentos para um trabalho voltado para a reflexão diária sobre a prática.

Destaca – se, então, a importância da existência de políticas públicas focadas na melhoria da qualidade da educação pública e conseqüentemente uma proposta de formação de professores centrada na reflexão sobre as desigualdades raciais que permeiam o espaço escolar. Nesse sentido se faz necessário buscar resposta para a seguinte questão: Qual é o papel dos professores no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial?

Uma resposta viável para a pergunta feita acima, seria a construção de uma escola plural e democrática, a qual passará necessariamente pela eliminação da exclusão através da promoção da igualdade, em contrapartida um professor comprometido com esse tipo de postura desconstruirá atitudes, pensamentos historicamente construídos pela mentalidade escravista que permeia a sociedade. Esse caminho só será trilhado, pelos professores, se eles tiverem um processo de formação continuada que valorize a diferença e a diversidade étnico-racial (GOMES, 1995)

Contudo o parecer 003/2004 considerou que era necessário não somente introduzir o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos ensinos fundamentais e médios, como também qualificar os professores para ministrarem esse ensino. Portanto, faz - se necessário pensar uma mudança profunda nos programas e/ou currículos das licenciaturas universitárias e também na formação continuada, dos profissionais da educação porque

[...] diante dos processos seculares de exclusão sociorracial no Brasil – principalmente a da pessoa negra – urge que a escola assuma o papel de revisora – não mais de mantenedora – da série histórica que explica o fato de o segundo maior país negro ainda preservar práticas racistas no cotidiano de suas relações sociais (AMÂNCIO, 2008 p. 35)

O processo de formação de professores pode contribuir para que as escolas se transformem em locais democráticos e participativos, que respeitem as diferentes contribuições culturais, reconhecendo desta maneira a qualidade pluriétnica da nossa sociedade. Ainda segundo o parecer 003/2004 para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racistas e discriminatória secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações raciais e sociais e acima de tudo construindo processos pedagógicos anti-racistas. Seguindo essa mesma linha de raciocínio tem-se também o parecer 009/2001⁶ o qual destaca como função do professor a capacidade de transformar conhecimentos teóricos em ações práticas “Não basta a um profissional ter conhecimento sobre seu trabalho é fundamental que saiba mobilizar esse conhecimento, transformando-os em ação” (BRASIL,2001 p. 29)

A realização de uma política de formação continuada, para o enfrentamento da questão racial na escola, tem como base o conhecimento da teoria, porque a educação anti – racista para ser realizada de modo adequado e consistente, necessita que o professor conheça a organização da sociedade e as relações de poder predominantes e conseqüentemente como as dimensões de poder e opressão são estabelecidas, desta maneira, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana – Lei 10.639/2003, tem no seu capítulo VII as ações principais a serem desenvolvidas na educação básica, quanto a aplicação da Lei 10.639/2003 no âmbito da sala de aula, neste íterim esse documento explicita quem todos os níveis devem:

Assegurar a formação inicial e continuada aos professores e profissionais desse nível de ensino para a incorporação dos conteúdos da cultura Afro-brasileira e indígena e desenvolvimento de uma educação para as relações étnico-raciais. (BRASIL, 2009, p. 50)

Tais considerações direcionam-nos a procurar aportes teóricos nos cursos de formação de professores, desconstruindo as imagens estereotipadas, que vem a nossa mente, quando nos referimos ao continente africano, visto que

⁶ Parecer CNE/CP 009/01, de maio de 2001 estabelece as Diretrizes do Conselho Nacional de Educação para Formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena.

[...] os cenários comumente configurado para/por nós, brasileiros, são principalmente os da miséria e analfabetismo, bem como o exotismo das roupas coloridas, do batuque e do rebolado, ou seja, a um imaginário que, em seu caráter reducionista e preconceituoso, não prevê a elaboração intelectual e a produção literária (AMÂNCIO, 2008 p. 49)

A principal meta a ser alcançada nos cursos de formação inicial, que aborde as relações étnico - raciais, seria possibilitar ao aluno (professor) refletir sobre essa temática tão importante, desenvolvendo um senso crítico sobre as ideologias presentes na sociedade rejeitando a presença do racismo na sociedade brasileira, já que ao reproduzir e disseminar ideologias e conceitos que desvalorizam o grupo negro, em outras palavras, as tensões produzidas pelo racismo, pelo preconceito e pela discriminação, a escola garante às crianças, aos adolescentes e aos jovens negros um tipo de tratamento que dificulta, impede e até mesmo barra a sua permanência na escola e/ou o seu sucesso escolar, no entanto essa meta ainda não foi alcançada, visto que:

Os docentes explicitam com muita frequência não saber lidar com as situações de discriminação. Certamente esses temas são pouco trabalhados nos cursos de formação inicial. As escolas estão chamadas a abrir espaços de reflexão coletiva em que tais questões sejam abordadas. (CANDAUI, 2003 p. 93)

Neste sentido, torna-se urgente a criação de um programa de formação de professores para trabalhar com a educação e as relações étnico-raciais, para que esses profissionais da educação ensinem seus alunos a importância de “[...] conviver com diversidade, repudiar qualquer tipo de discriminação e injustiça” (BRASIL, 2001 p. 10), porque a discriminação, o preconceito e o racismo são atitudes que ainda estão sendo propagadas na sociedade brasileira, segundo Barbier (1985) para que haja uma mudança consistente no sistema de formação de professores é preciso que ocorra uma mudança social profunda na sociedade, como bem destaca Garcia (2005, p. 144)

[...] o desenvolvimento profissional é entendido como o conjunto de processo e estratégias que facilitam a reflexão dos professores sobre a sua própria prática, que contribui para que os professores gerem conhecimento prático, estratégico e sejam capazes de aprender com a sua experiência (GARCIA, 2005, p. 144)

A ausência da cultura afro-brasileira, africana e indígena nos currículos escolares marca seu comprometimento com uma cultura e ideologia

homogeneizadora, a dominante, que tem historicamente negado os valores as tradições dos afro-brasileiros e dos demais grupos discriminados da sociedade brasileira, incluindo neste percalço os índios. A manutenção das estruturas atuais reforça os preconceitos e as ideologias racistas aprendidas na escola e em outras instituições socializadoras, como a família.

Hoje esta consciência do caráter homogeneizador e monocultural da escola é cada vez mais forte, assim como a necessidade de romper com esta e construir práticas educativas em que a questão da diferença e do multiculturalismo se façam cada vez mais presentes. (CANDAUI, 2008, p. 15)

Segundo os pesquisadores e sociólogos Pierre Bourdieu e Loic Wacquant o termo “multicultural” encobre, não o reconhecimento das culturas marginalizadas pelos cânones acadêmicos, mas sim acesso aos instrumentos de (re)produção das classes superiores e o descompromisso do Estado, o qual mantém essa ordem social não concebendo como riqueza a nossa diversidade cultural e humana, deste modo, esta mesma visão deverá sempre ser problematizada por via das relações de poder e dominação, no entanto é importante salientar que atualmente passamos pela redefinição do papel do Estado, que não é mais neutro diante desigualdades raciais mas sim um propulsor de transformações sociais, sendo capaz de reconhecer as desigualdades sociais e econômicas entre brancos e negros interferindo nesse quadro.

O Estado Brasileiro começa a incorporar aos poucos nos seus debates a superação das desigualdades raciais, com isso temos a Lei 10.639/2003, que tem como objetivo central a correção das desigualdades e o reconhecimento e valorização da história e da cultura afro-brasileira e africana, com isso torna – se elementar a intervenção do Estado junto aos Institutos de Ensino Superior, na política educacional e no currículo escolar.

Seguindo ainda essa linha de raciocínio Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana – Lei 10.639/2003 ainda no capítulo VII, diz que uma das ações principais para a Educação Superior é: “Fomentar o Apoio Técnico para a formação de professores e outros profissionais de ensino que atuam na escola de educação básica, considerando todos os níveis e

modalidades de ensino, para a Educação das Relações Etnicorraciais.” (BRASIL, 2009,p.53)

Em contrapartida Candau (2008) cita que os cursos de formação inicial e/ou continuada apenas anunciam trabalhar com as relações entre cotidiano escolar e cultura(s), por isso essa temática é pouco trabalhada nas escolas, já que o professores não tem domínio necessário deste assunto, a referido autora desta concepção, que também comungo, considera fundamental que a escola se transforme num espaço privilegiado de “formação de novas identidades e mentalidades capazes de construir repostas, sempre com caráter histórico e provisório, para as grandes questões que enfrentamos hoje, tanto no plano local quanto nacional e internacional” (CANDAU, 2008 p. 35)

A influência nefasta da escola se traduz não apenas na legitimação da situação de inferioridade dos negros, como também na permanente recriação de comportamentos racistas, impedindo a valorização positiva da diversidade étnico-racial do nosso país, bloqueando o surgimento de um espírito de respeito mútuo entre negros e brancos e comprometendo a idéia de universalidade da cidadania, por isso, vê – se a necessidade urgente de se trabalhar uma proposta de formação de professores que aborde a temática das relações étnicos – raciais no interior da sala de aula.

5. EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL ENQUANTO TEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO

O presente capítulo tem como finalidade apresentar um processo de investigação-ação, numa escola de educação básica da região metropolitana de Curitiba. Serão abordados num primeiro momento a natureza desse estudo, o contexto investigado e por fim os percursos metodológicos.

5.1 – O TRABALHO COM AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Para que haja uma melhor compreensão sobre o trabalho direcionado às relações étnico-raciais, no interior da escola, é necessário que se estabeleça um ponto de partida, isto é, que a escola é o reflexo da sociedade, na qual está inserida, haja vista que “A sociedade brasileira pelo fato de sustentar-se no modo de produção capitalista, tem produzido a desigualdade e a exclusão” (SANTOS & MESQUIDA, 2007. p. 65).

A escola tem um importante e difícil papel para a eliminação de discursos discriminatórios, porque

[...] essa instituição social é responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, no entanto revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. É por isso mesmo, que ela também é um importante local onde estas podem ser superadas (GOMES, 2003. p.77).

A escola é o espaço privilegiado, para discussões que envolvam questões étnico-raciais e acima tudo as perdas que sofreram os afrodescendentes em nossa sociedade a começar pela maneira como eles vieram para o Brasil, isto é, como mercadorias para os trabalhos forçados negando, assim sua verdadeira história: cultura, valores, crenças, religião, costumes enfim tudo que ele deixou para trás quando foi obrigado a vir para o Brasil.

Sem ingenuidade de colocar na escola toda a responsabilidade da superação do racismo, os defensores da nova legislação entendem que este é um espaço privilegiado da intervenção. Ao omitir conteúdos em relação à

história do país, relacionados à população negra, ao omitir contribuições do continente africano para o desenvolvimento da humanidade e ao reforçar determinados mecanismos, estamos contribuindo fortemente para o reforço de construções ideológicas racistas (ROCHA, 2007, p. 28).

Mesmo que essa instituição de ensino seja regida pelos parâmetros da homogeneidade, por isso tem dificuldades em conviver com as diferenças culturais e sociais (BONETI, 2009)⁷ cabe a ela desconstruir a mentalidade racista e discriminatória que se concentra no seu interior, indo além da prioridade do branco sobre o negro, pois todos pertencemos a mesma espécie: a espécie humana.

Em outras palavras, aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas (BRASIL, 2004, P.19).

A educação voltada para diversidade étnico-racial precisa ser pautada através da possibilidade de construção de uma sociedade capaz de assegurar direitos sociais, políticos, econômicos e culturais a todos os brasileiros sem distinção de raça, sexo, religião entre outros, por isso é importante promover mudanças em direção a uma escola cidadã, capaz de respeitar a contribuição de cada grupo étnico para a formação da sociedade brasileira.

Em contrapartida cabe a escola discutir, além dos seus muros, o significado da importância da educação para a diversidade, no entanto o primeiro passo é superar a crença que no Brasil vivemos uma democracia racial e cultural essa visão venho só destacar o racismo à brasileira, que segundo Matinho Junior da Silva (1987) é difícil de ser combatido, porque ele é dissimulado, hipócrita, ardiloso, engenhoso e mascarado e emprega o pomposo nome de democracia racial, usando a tática das cores do camaleão nenhuma outra modalidade conseguiu ser mais dissimulada

Os movimentos sociais, as lutas da comunidade negra exigem da escola posicionamento e a adoção de práticas pedagógicas que contribuam para a superação do racismo e da discriminação [...] é necessária uma formação político – pedagógica que subsidie um trabalho efetivo com a questão racial na instituição escolar. Boa vontade só não basta (GOMES, 1995, p. 188 – 189).

⁷ Fala feita pelo professor Lindomar Weslei Boneti no Simpósio de Pesquisa da PUC-PR do Programa de Pós-Graduação em Educação no dia 03/03/09 com o tema: Dentro e fora dos muros da escola.

A educação para a diversidade visa uma radicalidade democrática, mais especificamente uma prática transformadora. Não basta apenas “fazer de conta” é necessário colocar a mão na massa, não ficar só no discurso, oferecendo uma educação para a diversidade, comprometida com a transformação e emancipação humana, percebendo assim “que a minha prática, por não ser neutra, exige de mim uma tomada de posição que leve sem dúvida a uma transformação social” (FREIRE. 1996)

O trabalho com a Educação e Diversidade Étnico-Racial, em sala de aula, **deverá** trazer a proposta de que o nosso papel, enquanto professores, não é o de, somente, transmitir os conteúdos curriculares, mas o de organizar situações de aprendizagem, que conduzam os alunos à construção de uma aprendizagem significativa de forma natural e espontânea, que jamais será esquecida, por isso numa:

[...] sociedade em conflito, o papel do educador só pode ser crítico e revolucionário. Seu papel é o de inquietar, incomodar perturbar: a função [...] parece ser esta: à contradição (opressor e oprimido, por exemplo) ele acrescenta a consciência da contradição (GADOTTI, 1988, p. 120).

Nenhum professor pode silenciar-se diante do sofrimento de um aluno que não é aceito pelo grupo por algum estereótipo devemos sim, proporcionar momentos nos quais, os alunos aprendam à importância diversidade, pois, segunda Nilma Nilo Gomes “O que nos faz semelhantes ou mais humanos são as diferenças”. Cabe a escola recuperar a importância do negro no processo de formação da sociedade brasileira, pois só assim podemos erguer a bandeira da igualdade racial. “Se a pessoa acumula na sua memória as referências positivas do seu povo é natural que venha à tona o sentimento de pertencimento como reforço à sua identidade racial” (MUNANGA. 2002. p.115).

A partir do momento que o africano passou a fazer parte da sociedade brasileira tornou-se afro-brasileiro e com isso ocorreu uma quantidade importante de contribuições africanas em nossa cultura, a exemplo disso temos:

[...] a influência africana na culinária brasileira principalmente na Bahia, onde o uso da pimenta e do azeite de dendê lembra a proximidade que ela já teve com a Costa da Mina. Acarajé, vatapá, aluá, xinxim de galinha são alguns pratos que, além do nome tem receitas parecidas com as feitas na África. [...] muitas das técnicas de produção e de confecção de objetos foram trazidas para o Brasil pelos africanos, que além da força de trabalho também nos deram alguns de seus conhecimentos. (SOUZA, 2007. p.135)

Apesar de sabermos que somos, em virtude de nossa formação histórico-social, uma nação multirracial e pluriétnica, com uma grande diversidade cultural, a escola brasileira ainda não aprendeu a conviver com essa realidade e, conseqüentemente, não sabe trabalhar com as crianças e jovens das classes sociais mais pobres, constituídos, na sua grande maioria, de negros e mestiços e isso é constatado quando realizamos uma análise mais detalhada da estrutura da nossa sociedade que valoriza, em sua grande maioria, a cultura de matriz européia.

A cultura africana é permeada de valores desconhecidos por nós permeados de uma fascinante diáspora, ou seja, segundo Souza (2008) é a dispersão de um povo, que sai ou é expulso de sua terra de origem, espalhando-se por vários lugares, onde novas culturas são criadas.

Ao mudarmos a maneira como nos aproximamos desses temas e percebemos a importância dos africanos e afro-descendentes para a nossa formação, assim como o valor das sociedades africanas, que têm muito a contribuir para a história da humanidade como um todo, estaremos caminhando para o fortalecimento da auto – estima de todos os afro – brasileiros e dos brasileiros em geral. Ao superar o sentimento de inferioridade os negros terão mais força para impor o respeito aos seus direitos (Marina de Mello e Souza, 2007. p. 145)

Segundo Souza (2007) na história da humanidade tentou-se apagar de várias maneiras os traços dos africanos da nossa população, pois a África era considerada um continente atrasado e incapaz de construir civilizações evoluídas, fazendo desta maneira com que o afro - brasileiros se sentissem inferiorizados devido as suas origens africanas, por isso a escondiam. No entanto o padrão de civilização ocidental, inventado pelos europeus foi sendo substituído pela idéia de que os povos devem ser entendidos nas suas especificidades, a partir das suas culturas. Com essa nova visão de mundo, as sociedades africanas e afro-brasileiras passaram a ser valorizadas não através do seu branqueamento, isto é, tornar-se igual ao branco e sim por meio da valorização de suas tradições. O sentimento de inferioridade cede lugar ao orgulho de ser negro.

Isso, porém, não é o suficiente. Relações sociais construídas ao longo de mais de trezentos anos não são alteradas de uma hora para outra. Preconceitos profundamente arraigados não são derrubados só com doses de boa vontade. A elite branca não abrirá mão de sua posição privilegiada por livre espontânea vontade. Para ajudar as transformações, além das mudanças de comportamentos e sensibilidade, são fundamentais alterações nas legislações que ordena a sociedade e as relações entre os homens” (Souza, 2007. p. 144)

Neste ínterim, o governo federal sancionou a Lei 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes de Bases, e estabelece Diretrizes Curriculares para a sua implementação. Essa Lei institui a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar, regatando com isso a contribuição dos negros na construção da sociedade brasileira, no entanto é importante deixar claro que as leis não vão fazer com que as pessoas de uma hora para outra sejam menos preconceituosas, mas segundo Martin Luther King podem decretar a não – segregação. “Pode ser verdade que a lei não é capaz de fazer com que uma pessoa me ame, mas pode impedi-la de me linchar.”

Fundamentou-se, sobretudo, nas idéias de Amâncio, Gomes e Jorge (2008), Souza (2007) e Munanga e Gomes (2006), que discutem toda a problemática da implantação dessa Lei, correspondente a uma ação afirmativa, que visa corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, como sendo uma conquista do povo brasileiro, o qual removerá barreiras e promoverá a igualdade entre os diferentes “[...] conferirão aos educandos o acesso a informações de base científica sobre mares culturais de matriz africana ‘nunca dantes navegados’ pela educação” nacional brasileira (AMÂNCIO, 2008. p. 38).

Ainda seguindo essa linha de raciocínio, segundo os autores mencionados, a História e Cultura africana e afro-brasileira deverá ser tratada no ambiente escolar não seguindo o caminho do atrasado para o mais evoluído e sim considerar as culturas e as sociedades através de suas lógicas internas, jamais relacioná-las a um único padrão de desenvolvimento, desta maneira é importante passar para o aluno que “Quando a idéia de um único modelo de desenvolvimento passou a ser questionada, ser negro pôde virar fator de orgulho, de afirmação de uma identidade particular” (SOUZA, 2008. p. 127). As influências da cultura africana são tão intensas que, muitas vezes, utilizamos expressões, ouvimos músicas, dançamos, cozinhamos sem saber que tem um pouco da cultura africana nestas nossas ações,

deste modo cabe aos professores desvendar, para o aluno, aquele que é diferente, mas também se descobrir, reconhecer um pedaço de si na palavra, no gesto, na comida, na dança, nas crenças.

5.2 – DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA

⁸Os primeiros moradores da região de Piraquara eram índios da tribo Guarani que vinham do litoral durante o verão e formaram o caminho do Itupava. O povoamento da região começou no século XVIII com a mineração do ouro feita por expedições vindas de Paranaguá. Mas é com o início da construção da estrada de ferro do Paraná, iniciada em 1880 devido o crescimento dos produtos de exportação, que o crescimento populacional é impulsionado. Neste período são construídos prédios históricos como o Casario, o Armazém, a Casa da Cultura e a Igreja Bom Jesus dos Passos. (PIRAQUARA, 2007)

Os italianos de Trento e os austríacos de Tirol que haviam chegado aqui em 1878, seguidos por espanhóis, poloneses, ucranianos, árabes e japoneses, fundaram a Colônia Imperial de Santa Maria do Novo Tirol da Boca da Serra. Com o crescimento, é criada a Freguesia de Piraquara, com o nome de Senhor Bom Jesus de Piraquara, em 1885, pela Lei 836 de 9 de dezembro. No mesmo ano, a vila passa a ser município com o nome de Vila Deodoro e é desmembrada de São José dos Pinhais pelo Decreto da República 25 de 17 de janeiro de 1890, no entanto a data oficial do nascimento da cidade é 29 de janeiro com a nomeação dos membros da Câmara Municipal. O primeiro prefeito é José Luciano de Oliveira que assume o mandato em 1895 até 1900. Na Lei nº 2.645, de 10 de abril de 1929, o município passa a se chamar Piraquara, palavra tupi-guarani que significa “toca do peixe”. (PIRAQUARA,2007)

Na década de 1950, chega ao município o descendente de alemães e catarinense Heinrich de Souza, trazendo sua família. Em 1958, ele cria o Baile do Pato, que tornou-se a principal casa de bailes do Paraná e que existe até hoje.

⁸ Os dados que se seguem abaixo foram retirados, de maneira resumida, do Histórico do Município de Piraquara, o qual foi atualizado no ano de 2007

Como a cidade sempre foi um verdadeiro reservatório de água da região metropolitana, as restrições para o desenvolvimento sempre fizeram parte da história de Piraquara. Quando o distrito de Pinhais que fazia parte de Piraquara tornou-se o maior centro populacional do município, ela foi desmembrada em 1992 e é criado o município de Pinhais, pela lei 7878, assinada em 4 de julho. A região era o único lugar onde haviam indústrias e de onde vinha boa parte dos recursos financeiros de Piraquara. Com o desmembramento a arrecadação de Piraquara cai muito e as dificuldades aumentam consideravelmente.

Hoje, com aproximadamente 100 mil habitantes, Piraquara vem assumindo características significativas para o desenvolvimento da região. Não só por ser o maior fornecedor de água dos municípios próximos como pelo crescimento populacional de famílias que se instalam aqui pelo baixo custo de vida, mas que trabalham em Curitiba e outras cidades.

O atual prefeito, Gabriel Jorge Samaha (Gabão), eleito em 2004 visa reverter este processo, promovendo o desenvolvimento do município, respeitando o meio ambiente e garantindo mudanças legais que sejam compensatórios pela utilização da água para ser revertido em favor da população.

No Guarituba, um dos bairros pólos de Piraquara, moram cerca de 60 mil pessoas, nesta área, os governos do Paraná e da União realizam o maior programa de urbanização de favelas do país, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em obras de saneamento básico e urbanização de favelas e ocupações irregulares.

Maior obra de regularização fundiária e urbanização em andamento no País, o projeto Novo Guarituba, do Governo do Paraná, beneficiará também os alunos da escola investigada, visto que além das 803 casas, mais 8.087 famílias terão direito à propriedade de seus lotes, com a regularização feita pela Cohapar. Todas as casas e lotes serão contemplados com infraestrutura completa, transformando a favela em um novo bairro. Além disso de acordo com observações, pesquisas, entrevistas, a região do Guarituba, apresenta índices consideráveis de pobreza decorrentes de diversos fatores: sociais, econômicos, políticos, culturais, religiosos. Também não podemos descartar que nesta região haviam poucos investimentos e/ou programas para mudar esta realidade que refletiam em auto grau na escola.

O município de Piraquara é responsável pela educação infantil e séries iniciais da educação básica (1ª à 4ª série), sendo que no ano de 2010, será implantada nas escolas o 1º ano do ensino de 09 anos.

5.2.1 – A escola investigada

Esta pesquisa foi desenvolvida numa escola da Região Metropolitana de Curitiba, a qual atende um total de 522 alunos, sendo 441 no período diurno e 81 alunos de Educação de Jovens e Adultos. Tendo, 28 pessoas, no quadro de funcionários sendo uma diretora, uma coordenadora pedagógica, duas secretárias e 17 professoras. Sua mantenedora é a Prefeitura Municipal, por se uma instituição pública.

Com o crescimento populacional, devido a dificuldade de apropriar-se de um pedaço de terra aumenta-se a procura de escola no bairro. Assim em 1998 inicia-se o funcionamento da Extensão da escola investigada, em parceria com outra Escola Estadual, com seis turmas.

No ano de 2000 a Escola Extensão deixa de existir e inaugura a Escola investigada, no dia 16/03/2000 apenas 4 salas estavam prontas e no dia 23/03/2000 ficaram prontas as demais, a parte administrativa foi concluída em setembro de 2000.

Em 2001, com a mudança da gestão municipal, há também mudança na parte administrativa da escola e no final de 2001 realiza-se pela primeira Eleições Diretas para Diretores de Escola .

5.3 – PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa, já que a pesquisadora direcionou a sua preocupação com o processo e o significado da investigação e não, somente, com o resultado e o produto. É relevante destacar que essa preocupação encontra respaldo teórico em Bogdan e Biklen (1994. p. 47), os

quais estabelecem as características básicas para uma pesquisa de abordagem qualitativa, ou seja, os dados são coletados em seu ambiente natural sem nenhum tipo de manipulação intencional. “Os investigadores qualitativos freqüentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto observado. Entendem que estes podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual.” (p.48)

Outra característica deste tipo de pesquisa seria que todos os dados são considerados importantes e apresentados de forma descritiva. “A abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a idéia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora no nosso objeto de estudo” (p.49). O pesquisador tem sua atenção voltada mais para o processo do resultado, seria a segunda característica básica desta abordagem. “ Este tipo de estudo fixa-se no modo como as definições se formam” (p. 50)

A penúltima característica é que a análise dos dados coletados parte de uma visão mais ampla para uma mais focada. “O processo de análise dos dados é como um funil: as coisas estão abertas de início (ou no topo) e vão-se tornando mais fechadas e específicas no extremo” (p. 50). Segundo Bogdan e Biklen a ultima característica básica da pesquisa de abordagem qualitativa é a que o pesquisador interessa-se pelo modo diferente como as pessoas dão sentido às suas vida. “Os investigadores qualitativos estabelecem estratégias e procedimentos que lhes permitem tomar em consideração as experiências do ponto de vista do informador” (p, 51)

Pretendeu-se ao realizar essa investigação estabelecer uma relação mais direta entre pesquisador e pesquisado, buscou-se então a inspiração na pesquisa ação, visto que neste encaminhamento metodológico os sujeitos e pesquisadores interagiram na produção de novos conhecimentos. Para Thiollent (1997, p. 14)

A pesquisa-ação consiste essencialmente em acoplar pesquisa e ação em um processo no qual os autores implicados participam, junto com os pesquisadores, para chegarem interativamente a elucidar a realidade em que estão inseridos, identificando problemas coletivos, buscando e experimentando soluções em situação real.

A relação entre o pesquisador e o pesquisado não é transferência passiva de conhecimento, mas um processo de estímulo recíproco à reflexão-ação-reflexão

sobre a situação conflituosa da prática escolar, desfazendo-se desta maneira da visão do pesquisador como o detentor do monopólio do conhecimento.

Os procedimentos de pesquisa foram: Análise documental, aplicação de um questionário, realização de seminários envolvendo todas as professores da escola investigada, implementação de uma proposta de formação continuada e por fim a avaliação.

5.4 – O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

5. 4.1 – Fase de diagnóstico

A pesquisa-ação compreende a realização de quatro etapas: fase exploratória de diagnóstico da situação atual, fase de planejamento que consiste no “planejamento da ação, considerando as ações alternativas para resolver o problema”. Fase de ação, a qual terá como norte a “execução das ações, com seleção de um roteiro de ação” e finalmente a fase de avaliação das conseqüências das ações (THIOLLENT, 1997. p. 44). Desta maneira a primeira fase desta pesquisa compreende o diagnóstico da situação relacionada ao objeto de estudo, ou seja, analisar o desenvolvimento de um processo de formação continuada de professores, voltada para a educação da diversidade étnico – racial. O trabalho de campo iniciou no dia 07 de março de 2009, após conversar com a direção da escola investigada pedindo autorização para desenvolver a investigação, não houve nenhum tipo de resistência por parte da diretora e da coordenadora pedagógica quanto a realização da pesquisa, visto que, segundo a referida diretora, a escola está situada numa das maiores favelas da Região Metropolitana de Curitiba e atende uma grande porcentagem de alunos afro-descendentes que precisam ter a sua auto-estima valorizada.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, no campo destinado a ações educativas de combate ao racismo e a discriminação, está escrito que os estabelecimentos de ensino deverão providenciar a inclusão de documentos que promovam o combate ao racismo e o reconhecimento, valorização e respeito

das histórias e culturas afro-brasileira e africana, por isso a pesquisadora iniciou o seu processo de investigação com a análise documental.

Ao realizar esse tipo de procedimento de pesquisa, em muitas situações, o maior problema é o excesso de documentos, e neste caso para que o investigador não se perca neste emaranhado de coisas escritas, deve iniciar seu estudo com a definição clara dos objetivos, para poder julgar que tipo de documentação será adequada as suas finalidades segundo Lakatos e Marconi (2003). Deste modo se estabeleceu como objetivo analisar documentos na escola que abordasse no seu conteúdo as relações étnico-raciais, para tanto elegeu-se como fonte de pesquisa dois documentos internos da instituição investigada: Projeto Político Pedagógico e a Proposta Curricular, considerando que neles terão que está contida esta temática.

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico da Escola investigada constata-se que no início deste documento, no campo da apresentação, diz-se que:

Um Projeto Político Pedagógico deve partir das seguintes reflexões: Que ser humano queremos formar nesta escola? Para que tipo de sociedade?
R: Queremos uma sociedade mais justa igualitária que não comporte nenhum ato de discriminação ou preconceito sejam eles de classe de etnia, de gênero, opção sexual, idade, credo, etc.

Essa é um dos únicos momentos que este documento faz referência ao combate às ações racistas, em contrapartida não há nenhum encaminhamento quanto a valorização e ao respeito à cultura e história afro-brasileira e africana, desconsiderando que o respeito a diversidade brasileira está ligado diretamente à postura de reconhecimento e valorização da cultura e dos grupos sociais formadores deste povo.

É importante destacar que quando se fala que esse tema deve estar inserido no projeto pedagógico da instituição é mesmo que dizer que esse conteúdo será trabalhado permanentemente não ocorrendo, assim, intervenções pontuais direcionadas a problemas que surgem no dia-a-dia relacionados ao racismo, a discriminação e ao preconceito.

A Constituição Federal de 1988 diz no seu artigo 3 “ Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...)” para que esse direito não fique somente no papel o Brasil busca se efetivar como um Estado democrático de direito buscando a cidadania e a dignidade da pessoa humana, mesmo assim ainda possui uma realidade marcada por atitude e omissões, as quais revelam o racismo, o

preconceito e a discriminação com relação aos afro-brasileiros que historicamente enfrentam dificuldades para o acesso e permanência nas escolas.

Chegando a análise Proposta Curricular , da instituição investigada, a qual deve ser seguida no Plano de Trabalho Docente (PTD), diário de cada professor, tem-se no campo destinado a história a seguinte citação:

Tendo clareza que a Lei nº 10.639/03 deve-se estabelecer a relação com a História e Cultura da África. Entendendo que não se trata de cumprir a Lei burocraticamente e muito menos reforçar situações de preconceito racial, mas de revemos a urgente necessidade de reescrever a nossa história sob a ótica da presença e participação da população negra, não como escravos, mas como sujeitos históricos produtores da cultura brasileira” (Proposta Curricular. Prefeitura Municipal de Piraquara – Elaboração Leandra Santos Zeni; Piraquara 2007, p. 17 – História)

O texto contido na Proposta Curricular, do município de Piraquara, segue as linhas mestras do que é proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, no entanto a sua realidade na prática em sala de aula ainda é completamente desconhecido, no que se refere à aplicação do conteúdo de história e cultura africana, isso pode ser comprovado a partir da análise das repostas obtidas no questionário, no qual em uma das repostas as professoras dizem que trabalham as relações étnicas raciais somente em datas comemorativas, não dando continuidade ao trabalho com esse conteúdo no decorrer do ano letivo.

A atualidade traz no cerne das suas transformações um momento histórico na educação escolar, em que a temáticas trazidas pelos Movimentos Sociais, neste caso pelo Movimento Social Negro, começam a ocupar diferentes espaços nas políticas educacionais, nas pesquisas dos professores e conseqüentemente na sua prática em sala de aula, que refletem no olhar dos alunos gerando a eliminação de concepções preconceituosas, na medida em que eles não aceitam simplesmente os conteúdos pré-estabelecidos pelas Propostas Curriculares as quais apresentam uma visão distorcida e estigmatizada dos negros.

Seguindo esta linha de raciocínio se fazem presente modificações nas propostas pedagógicas desta instituição de ensino, porque se essa lógica de exclusão continuar triunfando suas conseqüências serão cada vez mais significativas tais como: exclusão, evasão escolar, revolta, baixa autoestima,

repetência e outros problemas diante dos quais a escola necessita assumir uma postura comprometida e transformadora com o respeito as diferenças.

Na continuidade foi aplicado um questionário, no dia 20 de março de 2009, para os professores da escola investigada, para a coleta de dados. Considerando que o questionário para Gressler (2003, p. 54-55)

É constituído por uma série de perguntas organizadas com o objetivo de levantar dados para uma pesquisa, cujas respostas são formuladas pelo informante ou pesquisados sem a assistência direta ou orientação do investigador. É o instrumento mais rápido para coletar dados, além de dar maior liberdade para expressar opiniões, pois é anônimo.

Neste trabalho as repostas fornecidas pelas professoras por meio do questionário tinham um papel norteador, na medida em que serviram de base para realização dos seminários e conseqüentemente para a tomada de decisões.

Sendo de extrema importância destacar que esse procedimento de pesquisa foi dividido em duas partes a primeira visou à identificação do grupo de professoras pesquisadas contendo dados como: Formação, idade e tempo de magistério, deste modo pode-se constatar 47,3% das professoras possuem somente o magistério, 42,1 % possuem a formação inicial em pedagogia, as quais são formadas a menos de 5 anos, e apenas 10,6%, tem a sua formação inicial em letras-português. Em contrapartida no que se refere ao tempo de magistério 36,8% possuem entre 1 e 4 anos de experiência e 63,2% tem mais de 4 anos de experiência.

Concebendo que a Lei nº. 10.639 entrou em cena, no campo educacional, no ano de 2003, ou seja, há exatamente seis anos e que 42% das professoras da escola investigada possuem a sua formação recente, isto é, são formadas em pedagogia a menos de 5 anos, elas deveriam ter tido na sua formação inicial bases teóricas e metodológicas que destacassem as relações étnico-raciais no interior da escola e na sociedade na qual estão inseridas, no entanto através da análise da segunda parte do questionário, percebe-se que esse conteúdo ainda é trabalhado no interior da escola de maneira superficial e descontextualizada, não levando em consideração toda a riqueza que esse tema proporciona, por isso

Faz-se também urgente e fundamental um eficiente programa de formação dos professores para trabalhar com a educação das relações étnico-raciais, pois o racismo/preconceito são atitudes, manifestações, pensamentos

complexos que foram e vêm sendo engendrados pelas elites racistas, com objetivos tão perversos quanto ardilosos. (SEED – PR, 2001. p. 18)

Como já foi dito no capítulo anterior a escola é um dos espaços em que o debate sobre as questões étnicas - raciais deve aflorar, por isso cabe a essa instituição eliminar atitudes racista e discriminatórias que nasçam no seu bojo, indo além do mero discurso da valorização das diferenças, visto que “[...] diante dos processos seculares de exclusão sociorracial no Brasil – principalmente a da pessoa negra -, urge que a escola assuma o papel de revisora – não de mantenedora – da série histórica [...]” (AMÂNCIO, 2008 p.35), neste momento entra em cena os estabelecimentos de Ensino Superior, que segundo as Diretrizes de história e cultura africana e afro-brasileira, deverão incluir nos conteúdos das disciplinas dos cursos que ministra a Educação das Relações Étnico – Raciais.

Inclusão de discussão da questão racial como parte integrante da matriz curricular, tanto dos cursos de licenciatura para Educação Infantil, os anos iniciais e finais da Educação Fundamental, Educação Média, Educação de jovens e Adultos, como de processo de formação continuada de professores, inclusive de docentes no Ensino Superior . (BRASIL, 2004 p.23)

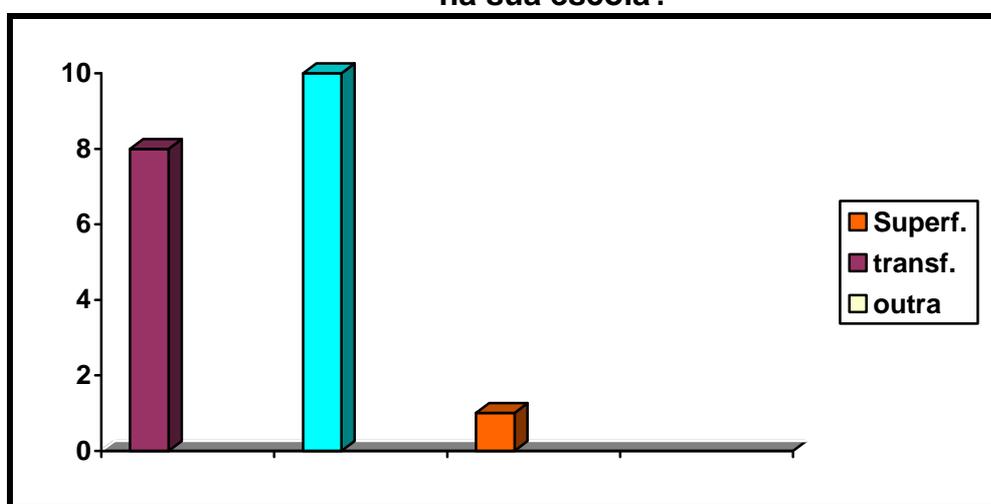
Ao incluir no processo de formação dos professores a exigência de que esse profissional pense sobre as diferenças culturais atreladas ao pertencimento dos alunos a grupos étnicos, temos justificada a necessidade dos cursos de formação abarcarem a dimensão das relações étnico - raciais.

Ao analisar que tantos brasileiros negam sua identidade, inclusive porque a escola não lhes permitiu conhecer sua história, toma-se isso como principal motivo para a realização de uma proposta de formação de professores de Educação Básica para a diversidade étnico-racial, cabendo as instituições de Ensino Superior estar na frente destas propostas.

As sete respostas da segunda parte do questionário foram analisadas luz dos conceitos apregoados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e também e também a luz dos Cadernos Temáticos II - História e cultura afro-brasileira e africana : educando para as relações étnico-raciais (Secretaria Estadual de Educação). No que se refere à primeira questão: Como se dá a abordagem das relações étnico- raciais na sua escola?

Percebe-se pelas respostas das professoras que há duas vertentes uma que concebe que essa temática é trabalhada por meio de uma análise crítica na perspectivas da reeducação das relações étnico-raciais e a outra tendência é a de se realizar um trabalho superficialmente, sem ir fundo no assunto, porém existe uma contradição com relação ao que foi levantado na primeira vertente, pois no decorrer das demais questões as professoras se contradizem.

Gráfico 1 - Como se dá a abordagem das Relações Étnicas na na sua escola?



Fonte: Gráfico elaborado com base na pesquisa de campo

A contradição já mencionada no parágrafo anterior, com relação primeira tendência, se faz presente nesta questão: Como é estudada a trajetória do negro na sociedade? pois se as professoras afirmam que a abordagem, dessa temática na escola é feita de maneira transformadora, ou seja, através de uma análise crítica - Como a trajetória do negro na sociedade é abordada apenas em datas comemorativas? Visto que as Diretrizes pregam que esse temática deve ser abordada diariamente e como também pregam: Gomes (2003), Rocha (2007), Souza (2007), Amâncio (2008).

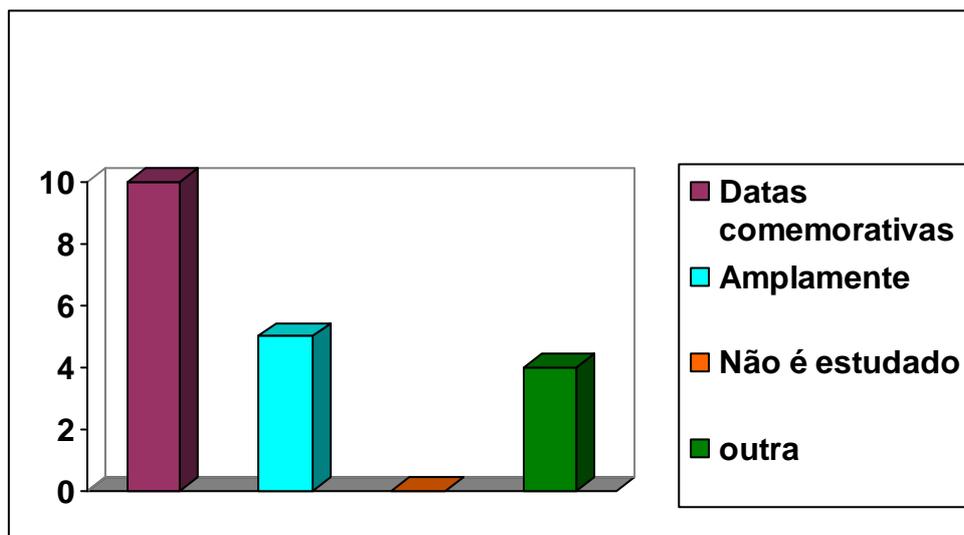
Constata-se que ao invés de se realizar uma abordagem contextualizada e ampla, trabalha-se somente no dia 13 de maio (Abolição da escravatura) e 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), para que isso seja modificado cabe as professoras, ao tratar da História da África e da presença do negro no Brasil, fazer abordagens positivas resgatando toda cultura desse povo que hoje está entrelaçada

a nossa, destacando a luta dos escravizados contra a escravidão, é lógico sem deixar de tratar do sofrimento provocado pela escravidão, mas não se restringindo a esse momento da história.

[...]devem os professores tratar da África antes da diáspora; dos conhecimentos em arquitetura, navegação, medicina, ciência, filosofia, matemática, geometria, agricultura, utilização do ferro, etc. e também da África atual, sempre visando a que o aluno negro-descendente mire-se positivamente, quer pela valorização da história do seu povo, quer pela contribuição atual ao país e à humanidade (SEED, 2006 p. 23).

Ao discutir a cultura afro-brasileira, infelizmente, devemos denunciar a existência “camuflada” do racismo em nossa sociedade, que vem na maneira de piadinhas, novelas, cartazes, livros didáticos etc. O preconceito e racismo são atitudes que estão historicamente plantados num inconsciente coletivo onde os estereótipos racistas são tratados de modo banal.

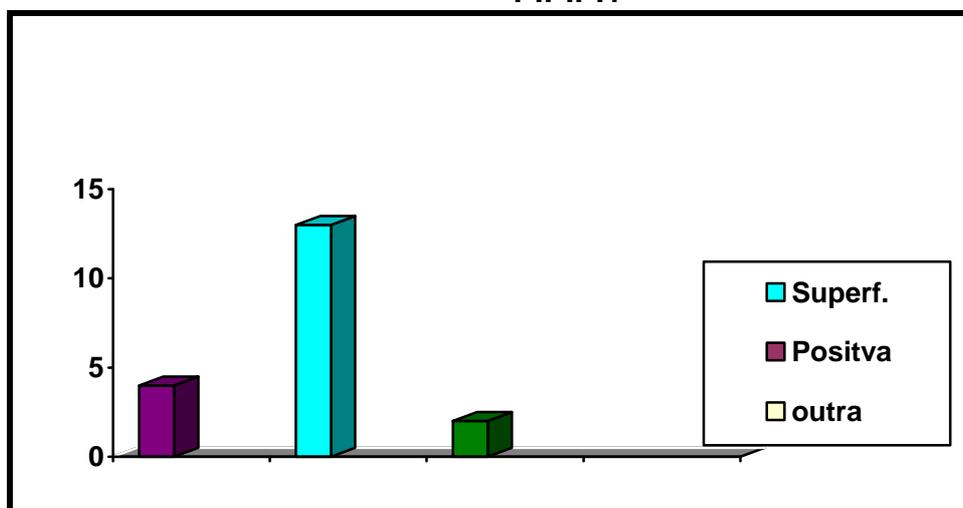
Gráfico 2 - Como é estudada a trajetória do negro na sociedade?



Fonte: Gráfico elaborado com base na pesquisa de campo

Os Projetos Políticos Pedagógicos das instituições de ensino deverão garantir que na grade curricular de todas as disciplinas esteja inserida, no decorrer do ano letivo, a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a fim de proporcionar aos alunos conhecimentos referentes à sociedade multicultural, o qual eles pertencem, conseqüentemente não cabe a realização de trabalhos esporádicos na forma de projetos ou apenas durante dias específicos como o Dia da Consciência Negra.

Gráfico 3 - De que forma as relações étnicas - raciais são abordadas no P.P.P.?

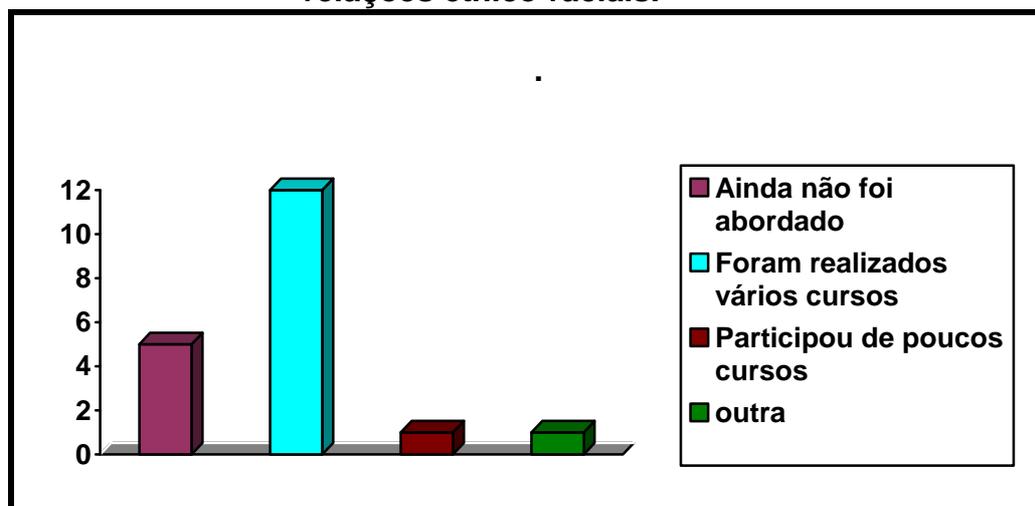


Fonte: Gráfico elaborado com base na pesquisa de campo

Caberá, aos sistemas de ensino, às mantenedoras [...] estabelecer conteúdos de ensino, unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo diferentes componentes curriculares., [...] a fim de evitar que questões tão complexas muito pouco tratadas, tanto na formação inicial como continuada de professores, sejam abordadas de maneira resumida, incompleta, com erros (BRASIL, 2004 p.17).

Dando seqüência as respostas obtidas no questionário tem-se a quarta questão: Quanto a formação/capacitação, realizada pela SME, sobre as relações étnico-raciais... Averigua-se, observando o gráfico abaixo, que as professoras dizem ter participado de vários cursos, no quais a temática das relações étnico-raciais foi o tema principal, no entanto quando elas foram abordadas pela pesquisadora, que perguntou-lhes quais eram os cursos que a Secretaria Municipal de Educação, numeraram apenas um seminário realizado em 2008, ou seja, entram novamente em contradição, outro aspecto relevante, o qual permeia esta questão não ficando só nela, seria que ao avaliar a instituição e a mantenedora as repostas aparecem numa viés positivo, o mesmo não ocorrendo quando vão se autoavaliar.

Gráfico 4 - Quanto a formação/capacitação, realizada pela SME, sobre as relações étnico-raciais.

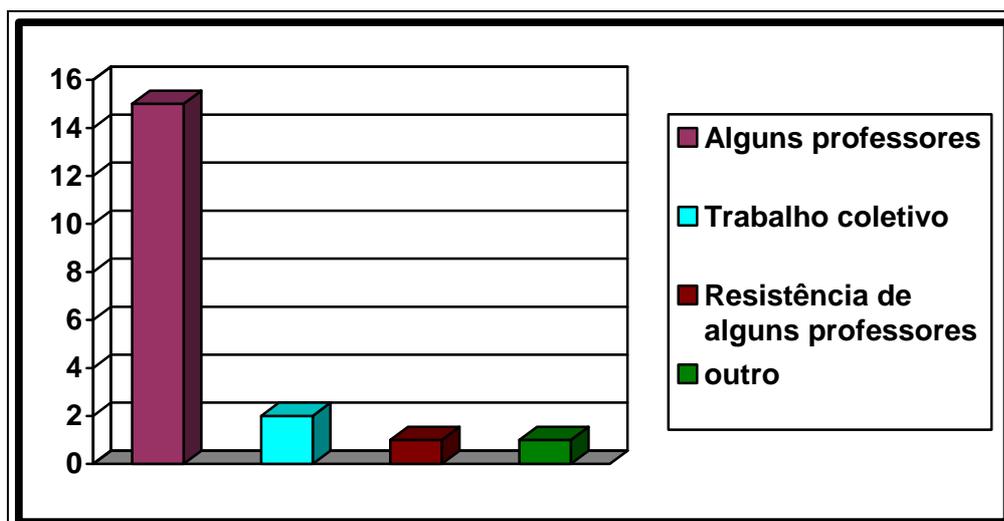


Fonte: Gráfico elaborado com base na pesquisa de campo

“Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar.” (BRASIL, 2004 p.14), porque o trabalho com as relações étnico – raciais na sala de aula volta-se para um trabalho coletivo capaz de corrigir posturas e atitudes que levem a discriminação, elevando desta maneira a auto-estima do nosso aluno negro, para que ele possa ser orgulhar da sua origem, ajudá-lo a se ver como uma figura bonita, importante e capaz, desmistificando os estereótipos do negro divulgados pelas propagandas, programas televisivos e até livros didáticos apresentados como miseráveis, rebeldes, derrotados etc. Quem vai ter orgulho de ser negro com essas características? “Pedagogias de combate ao racismo e a discriminação elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico-raciais positivas tem como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra” (BRASIL, 2004 p.16).

Nessa pedagogia não cabe mais ações isoladas nas quais alguns professores apenas exploram essa temática, não havendo um trabalho coletivo, tem-se que se compreender que não somos uma ilha no meio do Mar Atlântico e sim somos um continente com um vasto território de terras prontas para serem exploradas.

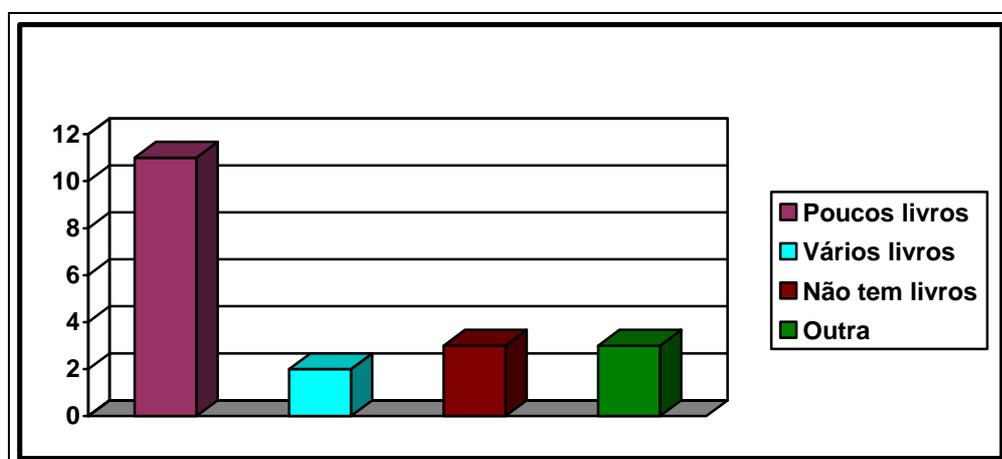
Gráfico 5 - Os professores da sua escola abordam essa temática?



Fonte: Gráfico elaborado com base na pesquisa de campo

O sucesso das políticas públicas, visando reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros, depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para as aprendizagens; em outras termos um acervo bibliográfico atualizado e de boa qualidade sobre as relações étnico – raciais contribuiria muito para que esse trabalho reflita em sala de aula de maneira eficaz e eficiente, rompendo deste modo com ideologia homogeneizadora, que tem historicamente negado e reprimido os valores e as tradições dos afro-brasileiros.

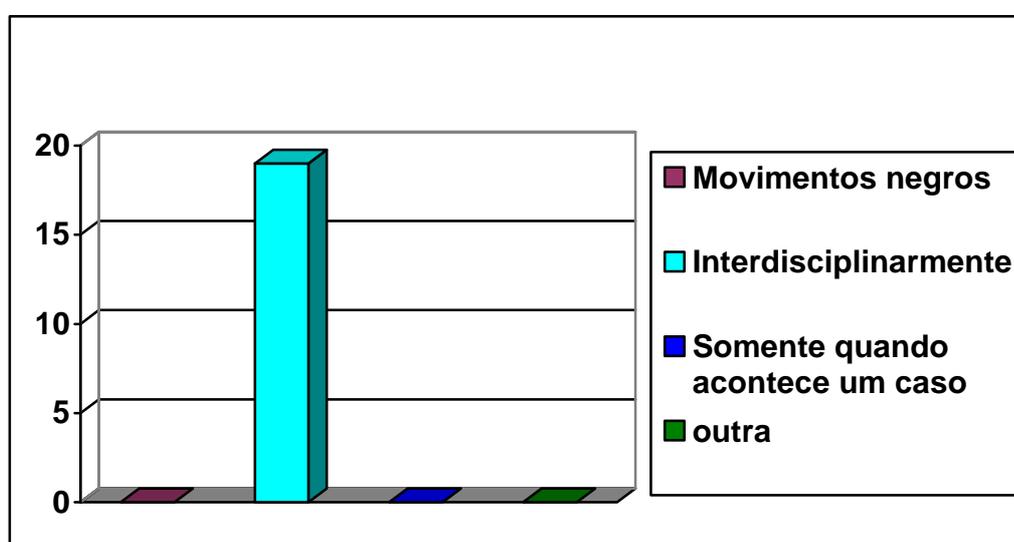
Gráfico 6 - E a sua biblioteca ...



Fonte: Gráfico elaborado com base na pesquisa de campo

As respostas dadas pelas professoras da última questão: O racismo é assunto para ser tratado... Comunga com os conceitos enfocados nas Diretrizes, visto que 100% das entrevistadas colocaram que esse assunto deve ser tratado “Como conteúdo nas várias disciplinas do currículo escolar”, ou seja, de maneira interdisciplinar. “A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política.” (BRASIL, 2004 p. 16)

Gráfico 7 - O racismo é assunto para ser tratado...



Fonte: Gráfico elaborado com base na pesquisa de campo

Nas últimas décadas, o debate sobre as relações raciais na sociedade brasileira e as ações afirmativas tem fervilhado na esfera pública, por isso a atualidade mostra-se eficaz para direcionar ações voltadas à superação das desigualdades entre negros/as e brancos/as eliminando deste modo a discriminação racial, com o intuito de por essa meta em prática a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) foi alterada pela Lei 10.639/2003 e a Lei nº11.645/2008 que instituiu como obrigatórios o ensino da história e cultura da África, dos afro-brasileiros e dos indígenas, reforçando a função da escola de promover o respeito e a valorização da diversidade brasileira.

5.4.2 – Seminários

A primeira reunião, ou seja, apresentação dos dados do questionário contribuiu a princípio, para que houvesse uma análise por parte das professoras sobre qual é o espaço que o trabalho com as relações étnicas - raciais está tendo na escola e, conseqüente, aumentar as discussões que envolvem o processo de construção da identidade negra em nosso país, para tanto é fundamental que desfaçam algumas atitudes racistas perante este povo.

Nesta etapa da pesquisa, a participação das professoras foi muito importante, porque é nesse momento que se iniciou a análise dos dados obtidos no questionário. No dia 27/03/09 foi realizada a primeira reunião, para que se apresentasse o resultado do questionário logo em seguida ocorreu a discussão dos resultados. Inicialmente houve um grande silêncio até que coordenadora pedagógica, a professora Inês⁹, falou: “Realmente pelo que vejo nas respostas da primeira pergunta (Como se dá a abordagem das Relações – Étnico raciais na sua escola?) esse tema não é trabalhado amplamente na escola” . Outra professora comentou como elas mesmas se contradiziam, ela fazia referência a questão: Os professores de sua escola abordam essa temática? Quinze professoras colocaram que apenas alguns professores abordam esse tema em determinadas datas do ano. Já na questão 7: O racismo é assunto para ser tratado ... Todas as professoras disseram, que deveria ser tratado como conteúdos nas várias disciplinas do currículo escolar.

Nesse momento entrei em cena perguntando: “Como fazer para abordar esse tema mais amplamente na escola? Todas as respostas caminhavam na direção de que elas precisavam estudar mais sobre o assunto a fim de terem mais segurança. Foi aí novamente que perguntei? Estudar o que? Quando deve ser esse estudo? Seguindo as ordens das indagações foram quatro as professoras que sugeriam o que deveria ter neste estudo: A primeira, professora Maria, falou que eles deveriam aprender mais sobre a história e a cultura do “país” África. A segunda, professora Inês, além de reiterar a importância desse estudo falou que elas deveriam ter uma oficina de como trabalhar esse tema com os alunos em sala de aula, por fim as duas últimas falaram da não compreensão delas sobre as o que

⁹ Por motivos éticos, decidimos preservar o nome das professoras, logo esse nome é fictício

viriam a ser as cotas, inclusive uma delas, professora Sirlei, fez o seguinte comentário: “ Não entendo porque esses negros querem ter mais chances de entrar na faculdade e ainda por cima sem fazer o vestibular”.

Seguindo este raciocínio a professora Inês falou que a escola precisava adquirir mais livros, filmes, CDs... enfim materiais que abordassem essa temática e pediu que eu indicasse o que poderia ser usado, logo em seguida essa professora propôs novamente a realização de uma oficina salientou que eu a organizasse e indicasse os materiais. Dando continuidade a essas indagações no final deste dia uma professora me procurou em particular e falou que ele tem muita dificuldade em trabalhar esse tema em sala de aula e por isso iria precisar muito da minha ajuda.

Na seqüência foi proposta a organização de um programa de formação continuada, por sugestão da professora Inês. Nesse momento do seminário a participação das professoras foi intensa, visto que quase todas deram sugestões do que deveria ser incluído no programa de formação continuada, que recebeu o seguinte título: Programa de formação continuada em educação e diversidade étnico-racial. Sendo dividido em cinco encontros: Primeiro encontro: Lei 10.639/03 - História e cultura africana; Segundo encontro: Política de cotas (Ações afirmativas); Terceiro encontro: Conceitos (Racismo, discriminação, preconceito, estereótipo); Quarto encontro: Oficina sobre como trabalhar a temática com os alunos em sala de aula e último encontro ficou destinado a avaliação.

O programa de formação continuada começou no dia 05/05/09 com o primeiro seminário: Lei 10.639/03 - História e cultura africana, que foi iniciado com três perguntas norteadoras: Quantos países tem a África? Na África só existe miséria? O povo africano é primitivo? As quais foram expostas no projetor de multimídia sempre atrelado a imagens retiradas do livro: África de Brasil africano de Marina de Mello e Souza. Através das repostas destas perguntas deu-se a direção ao encaminhamento deste encontro. Vamos a ele:

Quando perguntei as professoras: Quantos países tem a África? Duas das professoras como um sinal de impulso fizeram a seguinte indagação: “A África não é um único país?” Exatamente neste momento mostrei o mapa mundo a aponte o local onde estava o continente africano e fiz uma breve explicação da diferença entre continente e país para chegar ao seguinte ponto: O continente africano é composto de cinquenta e quatro países, sendo que alguns autores como (Amâncio, 2008 p. 47) referem-se a cinquenta e três, considerando a situação política do Saara

Ocidental, pois não tem uma independência totalmente reconhecida, não apresenta registro de língua oficial. Logo após todas essas explicações mostrei no projetor de multimídia imagens de todos os países deste maravilhoso continente, no final desta apresentação a professora Bianca comentou: Nossa nunca imaginei que a África tinha lugares tão bonitos como o país Costa do Marfim.

Seguindo essa linha de raciocínio iniciada pela professora, entrei na terceira questão: Na África só existe miséria? Para responder essa pergunta solicitei as professoras que se lembrassem das imagens que a mídia nos transmite sobre o continente africano foi nesse momento que a professora Ana comentou: “Só me lembro da Etiópia, a qual é apresentada com imagens de extrema miséria.” Outro questionamento feito pela professora Bianca foi: “Só vem a minha mente as guerras.” Com esse comentário tomei novamente a direção do encontro comentando com as professoras que é inegável a contribuição da cultura africana sobre a nossa sociedade que foi construída, em boa parte, por esse povo que jamais recebeu reconhecimento, pois foram deixados de lado, isto é, colocados à margem da sociedade sendo assim esquecidos pelo poder público. Desta maneira temos uma enorme dívida com a população afro-descendente, que só será paga quando fomos capazes reconhecer a presença do negro no Brasil de maneira positiva.

Iniciou-se o debate da segunda pergunta: O povo africano é primitivo? Com a frase de Nilma Lino Gomes *O que nos faz semelhantes ou mais humanos são as diferenças*, ou seja, não posso dizer que um povo por ter hábitos diferentes daqueles que eu convivo é primitivo o termo “diferente” é mais recorrente a esse tipo de situação, visto que a contribuição da África, ao longo da história, nos aspectos políticos, culturais, econômicos, sociais, científicos e tecnológicos é vasta, porém esse reconhecimento esbarra na perspectiva preconceituosa que o ocidente tem em relação ao berço da humanidade.

Muito do que reconhecemos da África chega até nós pelos meios de comunicação de massa [...] Geralmente mostram uma África dividida e reduzida, enfocando sempre os aspectos negativos, como atraso, guerra “tribais”, selva, fome, calamidades naturais, doenças, AIDS etc. [...] Os povos se tornaram sem cultura, sem história, sem identidade e mergulhados na bestialidade. (MUNANGA E GOMES, 2006 p. 32, 33)

Ao propor em sala de aula uma proposta de trabalho sobre a cultura das sociedades africanas o professora encaminhará seus alunos no sentido da superação de alguns preconceitos, pois estará ensinando o aluno:

[...] a conviver com a pluralidade que nos compõe, sem atribuir hierarquias aos diferentes grupos culturais. Pode nos ajudar a vencer preconceitos herdados de tempos passados e construir um futuro no qual existam condições de vida mais igualitária (SOUZA, 2007 p. 169)

Após responder as perguntas norteadoras desse encontro, perguntei para as professoras se elas conheciam o conteúdo da lei 10.639/03, a maioria falou que sim, nesse momento a coordenadora pedagógica desabafou: "Essa lei só serve para ficar no papel, porque nós não temos nenhum conhecimento sobre a cultura e a história deste povo e os livros didáticos estão muito defasados no que se refere a esse tema." Com esse desabafo percebe-se que essa professora comunga com a mesma idéia, ou seja, que as leis não funcionam servem só para ficar no papel como já dizia Gilberto Dimenstein em seu livro Cidadão de papel, porque o que prevalece é a impunidade não há nenhuma ação por parte das autoridades.

Como resposta ao questionamento feito pela professora no parágrafo anterior a diretora, professora Rita, fez o seguinte comentário: "O nosso grande defeito é que nós que esperamos que tudo caia em nossas mãos, olha quanto imagem bonita que Fabíola trouxe para nós elas refletem um pouco da cultura africana já que mostram o cotidiano dos 53 países da África". Neste momento interfiro, dizendo que uma das maneiras de sairmos deste comodismo é que ao trabalhar com os livros didáticos em sala de aula, principalmente os de história, deve fazê-lo de maneira crítica, desmistificando os equívocos históricos.

Durante muitos anos, no Brasil. Acreditou-se que o africano escravizado sofreu de maneira passiva todos os maus - tratos praticados pelos senhores. [...] na realidade, a crença na passividade do africano escravizado no Brasil, indolência, preguiça e de seu conformismo diante da escravidão trata-se de um equívoco histórico. (MUNANGA e GOMES, 2006 p. 67)

Existem alguns fatores que ainda contribuem para a manutenção deste equívoco, dentre eles Munanga e Gomes (2004, p.68) destacam: A existência marcante do racismo, em nossa sociedade, principalmente através de piadinhas o segundo fator é o desconhecimento do processo de luta e organização dos africanos

escravizados durante o regime escravocrata, o fator seguinte, talvez o mais preocupante, é a quase inexistência de livros e pesquisas que recontam a história do negro brasileiro como sujeito ativo na sociedade brasileira já o último fator, jamais o menos importante, seria a crença que no Brasil não existe racismo e os negros viverão, aqui no Brasil, um regime de escravidão mais brando comparado aos negros nos Estados Unidos, por exemplo, desconsiderando a simples premissa de que toda forma de racismo é perversa.

Para que ocorra a desconstrução destes fatores é preciso existir legislações, no sentido de políticas efetivas, que protejam os direitos humanos e acima de tudo punam e combatam as práticas de discriminação racial e racismo, a Lei nº 10.639/03 tem essa função em mãos.

Importante destacar que a lei em referência não cai na armadilha da ingenuidade ou má fé da democracia racial, achando que basta uma pitada de boa vontade da sociedade e os negros-descendentes, num passe de mágica estarão incluídos e respeitados (SEED – PR, 2001. p. 18) .

O fato de existir uma Lei que no âmbito nacional que obriga as escolas a incluírem no seu currículo a história e a cultura africana por si só não garante a aplicabilidade desse tema é preciso que as escolas revejam sua posição quanto a diversidade racial, pois esta instituição deve ensinar os alunos a praticar ações igualitárias que valorizem o orgulho da raça negra, através do reconhecimento e propagação do valor das diferenças e da riqueza da convivência com o diferente.

O segundo seminário foi realizado no dia 29/05/09 com uma inversão na temática, ou seja, ao invés de trabalhar com o tema Política de cotas (Ações afirmativas) optou-se neste momento em trabalhar com os conceitos de racismo, discriminação e preconceito¹⁰. Esse encontro teve início com o filme: *Vista a Minha Pele* de Joel Zito Araújo, este filme é destinado à discussão sobre o racismo e preconceito racial, o seu enredo baseia-se numa história invertida: os negros compõem a classe dominante enquanto os brancos figuram como ex-escravos.

¹⁰ Essa mudança no cronograma deu-se pelo fato de que pesquisadora ter ido até o NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros) da UFPR a procura de cursos, seminários, encontros, palestras... que focassem o seu tema de pesquisa e ficou sabendo que no dia 08/06/09 as 19:00 horas o professor Paulo Vinicius, coordenador do NEAB – UFPR, a aluna Andressa Ignácio da Silva, egressa pelo sistema de cotas na UFPR e um representante do DCE Tiago Vinicius da Silva estariam sendo entrevistados no Programa de entrevista *Com a palavra* –Educativa Paraná, abordando a temática cotas sociais, por isso pediu-se que as professoras da escola investigada assistissem essa entrevista antes de ser realizado o seminário sobre a política de cotas, por precaução a investigadora gravou a entrevista, a fim mostrar algumas partes deste material as professoras.

Após o filme iniciou-se uma discussão sobre a temática abordada por ele, para tanto a investigadora começou a questionar as professoras sobre qual era a temática principal do filme e também se ele fazia referência ao racismo, ao preconceito e a discriminação, a professora Bianca respondeu a esse questionamento da seguinte maneira: “O filme deixa bem evidente que existem pessoas que se acham melhores do que as outras por causa da sua cor de pele.” Complementando a fala desta professora a coordenadora pedagógica disse:

“Não só por causa da sua cor de pele, mas também pelo cabelo, porque tem uma parte do filme que a Sueli pega no cabelo da Maria e fala que cabelo dela ainda tem solução. Tanto que a Maria fala que ela não pode ser miss festa junina porque ela não tem a pele cor de chocolate e o cabelo crespo como os das negras”

A sociedade brasileira por ser marcada pelo racismo usa de várias estratégias para discriminar o negro e o cabelo crespo é um dos meios mais usados para dizer que o negro não é bonito, porque tem um cabelo ruim. “Talvez seja esta uma das piores maneiras de o racismo se perpetuar. Ele transforma as diferenças inscritas no corpo em marcas de inferioridade. Nesse processo são estabelecidos padrões de superioridade/inferioridade, beleza/feiúra” (GOMES, 2003 p. 6).

Seguindo essa linha de discussões partiu-se então para um segundo questionamento: A piadinhas feitas sobre o negro é racismo? A professora Bianca que respondeu sim, ainda falou algumas frases racistas contra o negro que marcaram a sua vida tais como: “Preto quando não caga na entrada caga na saída/ Preto correndo só pode ser de policia/ Eu não casaria com preto mais para ter amizade eu teria/ Aquele menino parece até um picolé de asfalto.” A professora Rita comentou que é inadmissível acontecerem esses tipos de piadas e lembrou que elas também são feitas contra os portugueses, os asiáticos e as loiras. Essa maneira de tratar o ser humano deve ser abolida da nossa sociedade de uma vez por toda, por que segundo ela

Mesmo que inocentes as piadinhas tem em si uma história envolvendo a tradição e a hierarquia de nossa sociedade, além disso, existem piadas sobre gordos, louras, portugueses, turcos e homossexuais, entre outras o que não se deve é ultrapassar os limites do respeito.

No entanto teve quatro professoras que negavam a existência do racismo em nossa sociedade, argumentando que todos são iguais perante a lei por isso tem os mesmo direitos, ou seja, a fala da professora Silvana foi a seguinte: “Todos somos

irmãos, independente de raça ou religião”, como professora Rita que já havia dito que no Brasil o racismo existe e deve ser combatido ela nesse momento argüiu:

De modo algum, claro que o racismo é mais velado, mascarado, mas existe na escola, no mercado, no elevador, na rua, no bar enfim na sociedade em geral, só quem nunca passou por isso, não entende o que é sentir inferiorizada só por causa da sua cor de pele.

Percebe-se que o mito da democracia racial ainda está presente no imaginário brasileiro, no entanto na atualidade esse mito está sendo questionado, na medida em que as estatísticas nos mostram que o quanto mais próximo da raça negra o indivíduo estiver mais atrelado às camadas pobres ele estará, fazendo então uma relação entre as desigualdades sociais e as desigualdades raciais (ADESKY, 2006). O Instituto de Política Econômica Aplicada (IPEA) em sua pesquisa: Retrato da Desigualdade de 2006 aponta que na parcela de 10% dos mais pobres da população brasileira (dentro do total de 30,2% de pobres), 71% são negros.

Essa questão revelou de um lado a visão crítica das professoras, isso é comprovado com o seguinte fala de uma das professoras: “A criança não nasce com preconceitos, esse tipo de atitude é construída socialmente, no convívio com outras pessoas, principalmente na família¹¹.” Já de outro lado revelou a falta de conhecimento que elas tem sobre o que é racismo e o que é preconceito e foi nesse momento que entrei em cena para definir esses conceitos utilizando como embasamento teórico os livros – O negro no Brasil de hoje (Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes) e Racismo e Anti – racismo (Zilá Bernd)¹²

Tendo consciência que a escola deve evitar que no seu interior alunos negros deixem de sofrer atos de racismo. Como já disse Gabriel o Pensador na sua música Racismo é Burrice, que o racismo passa em forma de piadas que teriam bem mais

¹¹ A fala desta professora teve um embasamento teórico como eu já havia comentado que no dia 23/03/09, na primeira reunião, ela falou que tinha dificuldade em trabalhar esse tema em sala e iria precisar muito da minha ajuda, por isso indiquei que ela lesse um livro (*Cidadania em preto e branco – Discutindo as relações raciais* de Maria Aparecida Silva bento) que ira ajuda-la muito. O mais interessante é que ela leu o livro, o qual eu emprestei e depois comprou um para si e antes de começar esse encontro veio conversar comigo e percebi que o livro estava todo grifado com anotações dela e uma das que eu li dizia: Apresentar e analisar esses gráfico para a turma da 4ª série, isso foi muito gratificante para mim em saber que ela estava utilizando um material que eu indiquei para o seu crescimento pessoal e em sala de aula também.

¹² Ao definir o termo RACISMO esses autores dizem que é a ideologia que postula a existência de hierarquia entre grupos humanos, com relação ao termo PRECONCEITO definem com uma indisposição, um julgamento prévio negativo que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos. Enquanto o preconceito e a o racismo estão atrelados ao campo das idéias a DISCRIMINAÇÃO é a conduta (ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como: a raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros.

graça se não fosse o retrato de nossa ignorância, deste modo, como encerramento desse segundo encontro propus a análise da música: Racismo é burrice de Gabriel o Pensador, nisso a professora Bianca perguntou-me o que é estereótipo, porque tanto na música como nas definições que eu fiz anteriormente aparecem esse termo, eu então disse que é tipo de carimbo que um grupo de pessoas recebem e uma vez carimbados determinado grupo passam a possuir somente esse atributo, as pessoas deixaram de avaliar os membros desse grupo pelas suas reais qualidades e passam a julgá-las pelo carimbo, por exemplo dizer que todo turco é mão de vaca. “A força do estereótipo é tanta que, depois de sua cristalização são necessárias décadas, senão séculos, para que sejam desconstruídas” (BERND, 1994 p.14). Após a minha explicação indiquei a professora Bianca a leitura do livro: Racismo e Anti-Racismo de Zilá Bernd, porque é livro muito didático ali ela poderia esclarecer suas dúvidas com relação até a outros conceitos.

O terceiro seminário foi realizado no 19/06/09, que teve como temática: Política de cotas (Ações afirmativas), esse seminário iniciou-se com a investigadora perguntando para as professoras se elas tinham assistido ao programa Com a palavra¹³ do dia 08/06/09, das 17 professoras apenas três assistiram ao programa, destas apenas uma, professora Sirlei, deu o seu parecer sobre o programa, sendo importante destacar que essa mesma professora falou, na primeira reunião dia 27/03/09, que não entendia porque as pessoas negras queriam ter mais chances de entrar na faculdade mesmo sem fazer vestibular e além disso, essa mesma professora rejeitou a idéia de se fazer um trabalho sobre diversidade étnico-racial, na escola, justificando que o alunos não tinham noções básicas de matemática e muitos estavam na quarta série sem saber ler e escrever, por isso esse trabalho de nada iria ajudar, segundo ela, para melhorar a qualidade do ensino.

Com o intuito de argumentar sobre a importância desse tipo de trabalho em sala de aula a investigadora fez os seguintes questionamentos a essa professora: “Quantos alunos negros ela tinha em sala de aula?/ Destes quantos estavam indo mal em português e matemática?” Nesse momento pesquisadora percebeu que estava sendo muito enérgica nas suas colocações, pois a professora paralisou ficando sem resposta, com intuito de não causar inimizades focou-se a fala, então,

¹³ Programa exibido pela TV Paraná Educativa de segunda a sexta, a partir das 19h, com assuntos de relevância social e utilidade pública são discutidos e analisados por Fabíola Guimarães, entre os assuntos estão dependência química, educação, saúde, medicina, cultura, família, comportamento, carreira, entre outros.

na questão da auto estima, ou seja, o ser humano busca espaços para recuperar a sua auto estima, espaços esses gerados pela sua história enquanto ser humano, enquanto gente que é , fez, faz e fará história na sua construção política, econômica, cultura e social, assim sendo uma raça que sempre lhe foi negada o direito de fazer parte desta história precisa ser valorizada na sua auto estima, para tanto um dos caminhos é o aumento do debate sobre a questão racial nas escolas e a adoção de políticas públicas de valorização desse segmento.

Seguindo essa linha de raciocínio a professora Sirlei questionou-me sobre qual era o tipo de política pública poderia servir para valorizar o povo negro e eu comentei que a Política de Cotas é uma ação afirmativa, conseqüentemente é uma política pública, dando sequência a essa explicação falei sobre seminário que debateremos sobre cotas, dizendo que ela terá a oportunidade de compreender porque a sociedade pede urgentemente a criação de projetos para a construção de melhores condições de distribuição da renda e da riqueza, para tanto é importante que compreendamos que o problema é a má distribuição da riqueza. Essa distribuição “correta” deve ser feita, principalmente, através das Políticas Públicas do Estado e segundo Munanga (2003, p. 120) “Não era possível imaginar a proposta de ação afirmativa num país, onde há pouco tempo se negava os indícios de preconceito étnicos e discriminação racial.”

Como já havia comentando anteriormente a professora Sirlei foi uma das três professoras que assistiu ao programa Com a Palavra, do dia 08/06/07, lembrando que todo esse diálogo relembado acima faz referência ao dia 27/03/09 sua retomada se fez necessária para a compreensão do avanço que essa professora teve com relação aos seus conceitos, porque ela realizou o seguinte comentário:

Assisti no programa que existem dois tipos de falas quando falamos de cotas de um lado temos aqueles que sempre foram discriminados e tratados como inferiores e que vêem nesta política uma forma de diminuir as desigualdades sociais entre negros e brancos no país do outro lado temos aqueles que são contra a essa política, que eu antes considerava um privilégio, porque sentem – se prejudicados por verem as suas chances de passar no vestibular diminuída, porque para eles essa política não incluiu todos de forma igualitária.

Dando continuidade a essa fala da professora elogiei a atitude da professora em ter se prontificado em assistir ao programa e retomei uma parte da fala dela em que ela falou: *Uma política que antes eu considerava um privilégio* e perguntei o que a fez mudar de idéia.

Neste íterim novamente a professora Sirlei fez um comentário muito interessante, baseado na fala de um dos entrevistados do programa *Com a palavra*, que não poderia ficar de fora deste relato, pois diz respeito às condições de acesso pelo sistema de cotas nas universidades públicas, pelo fato de que ela pensava igual a muitas pessoas, ou seja, que a vaga era distribuída gratuitamente, mal sabem que os alunos que pretendem entrar em uma dessas vagas, fazem a mesma prova dos candidatos às vagas gerais, sendo assim avaliados da mesma forma, não cabendo neste caso a justificativa que as universidades receberam alunos desqualificados. A única diferença seria que esses candidatos serão classificados separadamente e os que obtiverem notas necessárias para a aprovação ocuparão as vagas, isto é, não existem privilégios.

As cotas não serão gratuitamente distribuídas ou sorteadas como imaginam os defensores da “justiça”, da “excelência” e do “mérito”. Os alunos que pleitearem o ingresso na universidade pública por cotas, submeter-se-ão às mesmas provas de vestibular que outros candidatos e serão avaliados como qualquer outro estudante, de acordo com a nota de aprovação prevista (MUNANGA, 2003, p. 127)

Dando continuidade a essa linha de raciocínio comentei sobre a contradição, que paira em nossa sociedade sobre essa temática, ou seja, de um lado da moeda tem-se o reconhecimento de que a discriminação racial trouxe prejuízos, com relação às possibilidades de ascensão social dos afro-brasileiros, do outro lado, temos a rejeição ao programa de cotas para negros nas universidades públicas, no entanto,

[...] em sociedades muito desiguais, como é o caso da brasileira, as demandas das minorias apenas confirmam a teoria de que políticas universais de cunho liberal somente tendem a perpetuar as desigualdades já distribuídas. Principalmente, se a sociedade tiver sido construída com políticas excludentes para grupos minoritários como é o caso das sociedades escravagistas onde o Brasil se insere. [...] Era necessário que o estado saísse da sua cômoda passividade e combatesse de modo mais interventivo e afirmativo a exclusão racial e social dos seus afro-descendentes. (BRANDÃO, 2007 p 17)

Quando terminei essa fala das contradições sobre a política de cotas a professora Bianca, que também assistiu ao programa, se manifestou dizendo que:

Sempre quando uma pessoa vai falar comigo ou com outras pessoas sobre cota de acesso ao ensino superior elas sempre falam sobre mérito, como se o negro não tivesse capacidade de passar no vestibular pela sua inteligência, fico tão brava com isso, por que isso é uma bobeira, sem tamanho, porque o meu sobrinho que é negro como eu, teve que passar por todas as fases do vestibular UFPR e só no final que ele concorreu às cotas. Ele estudou muito para passar no vestibular, teve muito mérito.

Com essa afirmação, referente ao mérito que aluno negro deixa de ter ao entrar no vestibular pela política de cotas, a professora Bianca comunga com a idéia exposta por Brandão (2007, p. 14)

Embora as normas educacionais do país assegurassem a igualdade para o acesso e permanência na escola como um princípio jurídico fundamental a ser observado também no acesso ao ensino superior, o problema se desdobra quando o estado, ao tentar intervir, se confronta com o monopólio estabelecido pelas elites qualificadas que assumiram na história do país, o controle de coisas, pessoas, e do bem “educação superior” em nome da meritocracia de onde sempre emanou poder e privilégios.

Foi aí que, novamente, entrei em cena comentando que dentre os principais argumentos utilizados tanto por defensores quanto pelo os opositores às cotas raciais relacionava-se ao tema mérito, sendo que há outros argumentos, que fazem referências ao temas como: Plágios dos Estados Unidos; Postura reformista x Postura conservadora; Rebaixamento da qualidade de ensino; Melhoria do ensino fundamental; Aumento do racismo; A igualdade formal perante a lei X A igualdade substantiva e por fim, não o menos o citada mas sim pela ordem estabelecida por Petrônio Domingues, a não identificação no Brasil de quem realmente seja negro.

Deste modo comecei a expor no projetor de multimídia os argumentos contra versus os argumentos a favor a essa política, baseando-me no artigo Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica de Petrônio Domingues, o qual levanta alguns argumentos a favor e ao mesmo tempo ele rebate com os contra as cotas para negros. Então vamos a eles:

1º - Plagio aos norte-americanos com sua política de ações afirmativas X Os Estados Unidos não detêm o monopólio das ações afirmativas (ou compensatórias);

2º - Postura reformista x Postura conservadora (lembrando que a primeira (...) “tem um caráter democratizante, que educa ou mobiliza politicamente os negros e, sobretudo, coloca em xeque a secular opressão racial deste país.”(DOMINGUES, 2005 p.4) já a segunda postura (...) “esta do lado da elite imperialista norte-americana.” (DOMINGUES, 2005 p.4);

3º - O programa de cotas subverte o mérito X Dispositivo compensatório “Em uma sociedade marcada pelas contradições de classe, gênero e raça, o mérito não passa de um discurso ideológico.” (DOMINGUES, 2005 p.5);

4º - O rebaixamento da qualidade de ensino X Não basta ser negro tem que ter qualificação;

5º - Melhoria do ensino fundamental e médio da rede pública X O nosso país possui uma dívida imensa com o povo negro, que precisa ser saldada já.

Nesse sentido os indicadores oficiais demonstram que, mesmo que o ensino fundamental e o médio melhorassem sua qualidade nessa geração, os negros e pobres ainda levariam mais três décadas para atingir o nível dos alunos brancos para competir através dos mecanismos tradicionais universais. Isso se a qualidade da educação dos brancos ficasse estagnada, o que não aconteceria. Desse modo tratasse de uma medida não só necessária, como urgente dentro das possibilidades fáticas, políticas e constitucionais do país. . (BRANDÃO, 2007 p 25)

6º - Aumentar o racismo no ambiente universitário X Cair a máscara do racismo na sociedade brasileira. “O racismo é uma arma ideológica de dominação que existe na sociedade brasileira sem a existência das cotas para negros. Trata-se de um racismo dissimulado, mascarado, velado, porém extremamente eficiente.” (DOMINGUES, 2005 p.8). Logo que apresentei esta lâmina no projetor de multimídia a diretora da instituição de ensino investigada lançou do seguinte comentário: “É incoerente dizer que não existe racismo, porque só quem sentiu na pele sabe que ele realmente existe, e dói muito!” Essa mesma afirmação por Nilma Lino Gomes (1995, p. 16) “A verdadeira dimensão da discriminação racial só pode ser dada por aquele que a sofre”

7º - A igualdade formal perante a lei X A igualdade substantiva.

Ao se falar em igualdade na constituição, está se dizendo duas coisas ao mesmo tempo: por um lado, impede-se o tratamento desigual e por outro impõe-se ao Estado uma ação positiva no sentido de criar condições de igualdade, o que necessariamente impõe um tratamento desigual dos indivíduos. (DOMINGUES, 2005 p. 9)

8º - É impossível implantar um programa de cotas porque no Brasil não dá para definir quem é negro. Sendo relevante frisar quando é para discriminar o negro todos sabem quem é ele, mas quanto é para ressarcir esse povo de todas as perdas que eles tiveram desconhecêsse até a sua identidade. “Em vez de perguntar quem é

negro, é, portanto preferível questionar quem sofre de privações por motivos de raça, cor da pele ou pertença étnica.” (ADESKY, 2006 p. 61)

O programa de cotas para negros nas universidades ainda gera polêmicas e divide opiniões, visto que envolve um debate importante sobre o racismo no Brasil, um país, cujo preconceito racial existe de forma mascarada, por isso “o racismo não pode ser combatido apenas com argumentos neutros e racionais, pois deita raízes profundas nos planos da efetividade e da inconsciência. (DUARTE e FELIX, 2007 p. 194)”

Logo após a minha exposição passei uma parte da entrevista, a qual explicava como realmente se dá a aprovação pelo sistema de cotas e, além disso, justifica que as universidades que optaram por essa política acreditam que a reserva de vagas é uma forma de reduzir desigualdades sociais e raciais, por isso pela primeira vez, na história do nosso país, almeja-se romper com a barreira do silêncio que paira sobre o racismo. “Tanto a luta contra o racismo quanto as reivindicações de aplicação de política de ação afirmativa visam reformar a sociedade no sentido da verdadeira inclusão dos negros e dos indígenas” (ADESKY, 2006 p. 83).

Como finalização desse seminário distribuí uma cópia do longa metragem intitulado: Programas sobre questões raciais e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas – Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro – Brasileiro e Africano, expliquei que esse material visa regulamentar a lei 10.639/2003, já que orienta projetos comprometidos com a valorização da história e da cultura dos afro – brasileiros e dos africanos e com a educação das relações étnico-raciais positivas (BRASIL, 2004, p.2) daí a importância das professoras a lerem para o último encontro, por isso estipulei quais eram as páginas principais (9 à 17 – Educação das Relações étnico – raciais), no entanto destaquei que era muito importante elas lerem toda a diretrizes, visto que elas teriam duas semanas de férias.

Assim sendo, a educação das relações étnico-raciais impõem aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projetos conjunto para a construção de uma sociedade justa, igual, equânime. (BRASIL, 2004, p12)

Refletir sobre as relações étnico – raciais que estão por de trás das práticas que estão no interior da escola nos leva a pensar que não basta apenas sermos receptores de conhecimentos previamente estabelecidos, ou realizarmos

seminários, ou somente comprar materiais que abordem essa temática, ou até mesmo discutirmos questões curriculares presentes na escola se não realizar um trabalho sério e comprometido com a diversidade étnico – racial da escola, já que esta instituição necessita ser orientada por princípios éticos, com o objetivo orientar a sua prática pedagógica e sua relação com a questão racial na sala de aula.

5.4.3 – Seminário final: tomada de decisão

A realização do último seminário foi no dia 21/07/09, nesse dia cheguei à escola às 07h00min, a fim de organizar um ambiente agradável para que as professoras se sentissem acolhidas, nesse dia os alunos ainda não tinham aula, visto que seria o primeiro dia letivo do semestre, por isso a diretora disponibilizou-me duas horas e meia de seminário com as professoras. Ao entrar na sala de aula, a qual seria realizada o último seminário, as professoras se deparavam com um sache com seguinte mensagem: “É graça divina começar bem. Graça maior persistir na caminhada certa. Mas graça das graças é não desistir nunca.”, depois de pegar a lembrança as professoras direcionavam-se para o centro da sala onde tinha uma mesa recheada de Sonhos de Banana de São Tomé e Príncipe com garrafas térmicas com leite, café e chá, ao lado das garrafas térmicas numa caixa as professoras podiam pegar uma cópia da receita do sonho anexada a reportagem: Receita africana salpicada de ciência da revista Ciência Hoje das crianças (Maio de 2006).

Ainda com intuito de deixar o ambiente acolhedor deixei um som ambiente com as músicas: Identidade – Jorge Aragão, Zumbi – Matinho da Vila e Canto das três raças – Claras Nunes, enquanto as professoras faziam o seu lanche matinal, além disso, espalhei em três mesas no canto da sala de aula vários livros de literatura infantil, revistas, filmes, CDs que tinham como tema central a educação para a diversidade étnico – racial e a pluralidade cultural do nosso povo, pois sabe-se que escola, em especial a pública, porque nela que a maioria da população negra empobrecida se encontra, utiliza matérias inadequados com relação a essa temática, favorecendo as reprovações e conseqüentemente a evasão escolar, com essa exposição quis mostrar como valorizar a diversidade do nosso país, junto a

esse material em exposição haviam alguns materiais que compunham um quite¹⁴ a fim de doar para a escola.

Após o lanche entreguei o quite para coordenadora pedagógica, em nome da escola, comentei da importância de utilizar esse material em sala de aula, com intuito de colocar em prática a aplicação da lei 10.639/03, então pedi para as professoras organizarem um círculo na sala de aula, a fim de começar a elaboração da proposta pedagógica logo em seguida perguntei as professoras quem tinha lido as diretrizes, somente três professoras leram as diretrizes, cinco leram o capítulo indicado por mim, embora não tenham tido uma adesão de 100%, quanto à leitura do material proposto, elogiei o interesse das professoras que leram e comentei que essa leitura seria muito importante para a elaboração da proposta. Após a minha fala a professora Bianca fez o seguinte comentário baseado na sua leitura das diretrizes:

Ao ler as diretrizes o que mais chamou a minha atenção foi o destaque dado ao trabalho, em sala de aula, com relação a história e a cultura africana e afro-brasileira numa perspectiva positiva. Na minha infância esse trato não foi levado em conta, porque quando se falava de negro ele só tinha qualidades negativas, ou seja, ela era o escravo, o preguiçoso, o fujão etc. Me digam! Que criança negra iria ter orgulho de ser negra?

Houve um grande silêncio depois da fala da professora. A minha vontade era também contar tudo o que eu passei na minha infância e adolescência no que se refere ao preconceito, discriminação e racismo, mas precisei me conter, pois estava no papel de pesquisadora e não cabia naquele momento emitir opiniões e sim conduzir a pesquisa.

Iniciou-se então a terceira parte do encontro com uma “Tempestade de Idéias”. Nessa dinâmica todos falam o que lhes vem à mente sobre determinado assunto, por isso parti da seguinte pergunta: Como a escola vai trabalhar com as diferenças? A primeira a resposta a esse questionamento quem deu foi a professora Inês que falou: “Acredito que um dos passos mais importante nós já demos que foi participar desses encontros e ter discutidos temas tão diferentes, por isso somos

¹⁴ Esse quite continha os livros de literatura infantil: Os sete novelos um conto de Kwanzaa – Ângela Shelf Medearis, A galinha preta – Martina Schlossmacher e Iskender Gider, As tranças de Bintou – Sylviane Diouf e Histórias da África – Gcina Mhlophe; Cópias dos filmes: Vista a minha pele- Joel Zito Araújo, Os negros querem falar - SOBÁ livrarias, Diversidade religiosa e direitos humanos – ONU, A negação do Brasil – Joel Zito Araújo e Kirikú e feiticeira – Michel Ocelot; Cópia de um CD com as músicas: Boi da cara o quê? – Rosy Greca e Sandra Bozza, Libertação dos escravos – João Collares, Indiozinho e Costumes Indígenas – João Collares, Arco – íris e Brincar de índio – Xuxa, Identidade – Jorge Aragão, Zumbi – Matinho da Vila e Canto das três raças – Claras Nunes.

capazes ver com outra visão a cultura africana, ou seja, sem preconceitos.” Logo após a resposta da professora comentei que infelizmente a mídia tanto a televisiva quanto a escrita passa a imagem do negro como um povo primitivo, sem cultura, sem tradição e que vive na maior bestialidade “No caso específico dos negros, as crianças convivem na escola com uma visão distorcida da história dessa raça, seja através da omissão dos fatos ou de uma visão desistoricizada” (GOMES, 1995, p. 58), por isso cabe a nós enquanto educadores mudar essa visão. E como isso deve ser feito?

Continuando com a dinâmica seguindo as perguntas lançadas acima a professora Bianca tomou a fala:

A escola neste semestre vai começar com um projeto de literatura infantil, o qual tem o objetivo de incentivar a leitura entre os alunos e ficou para as professoras decidirem qual seria o tema a ser trabalhado. Então porque não começamos a trabalhar com os livros que a Fabíola doou para a escola com o tema diversidade? Assim nós não iremos entre aspas atrapalhar o andamento das atividades do nosso planejamento.

Simultaneamente teve a fala da professora Inês: “Mas ela doou apenas 4 livros. Não é muito pouco para o nosso projeto.” Nesse momento coube a mim falar, isto é, disse que poderia sugerir mais livros que a escola poderia adquirir e que existem muitos outros livros em que o tema central é a diversidade. “Mas será que a escola vai ter verba para comprar esses livros?” Perguntou a professora Silvana, nesse momento professora Inês saiu da sala para chamar a diretora, a professora Rita, pois ela estava resolvendo assuntos administrativos, como eu já havia explicado esse era o primeiro dia letivo do semestre e a diretora estava às voltas com assuntos referentes a reforma da escola e as matrículas.

Quando a diretora entrou na sala a coordenadora pedagógica lhe fez um repasse, resumidamente, sobre o encaminhamento proposto logo em seguida a diretora acrescentou que a escola ainda tinha um dinheiro em caixa arrecadado na festa junina, o qual ela iria comprar alguns materiais tais como: ábaco, material dourado, quadro de chamada e cantinho da leitura (ambos feito com suporte de madeira) e que pelo orçamento estipulado pela papelaria sobriam ainda dinheiro, por isso iria conversar com as professoras para ver qual é o tipo de material estava faltando na escola. Então tudo resolvido falou a professoras Bianca “Vamos comprar mais livros de literatura infantil.” Dando continuidade à fala da professora Bianca a professora Rita interferiu mais que prontamente: “Calma Bianca não é bem assim,

temos que fazer uma votação para ver se todas concordam. Quem concorda com a compra de mais livros de literatura infantil?” Apenas a professora Cássia manifestou-se contra a compra deste tipo de material, porque ela era professora do pré e já havia sugerido que se comprassem materiais (tapete emborrachado, lego, quebra-cabeça, dominó) para sua turma. Como 99% das professoras concordaram com a compra dos livros a diretora solicitou-me que fizesse a lista e lhe desse para ela fazer o orçamento com várias livrarias.

Bom! Nós já temos por onde começar e agora falta a finalidade, o porquê, a importância e como trabalhar com a diversidade em sala de aula através da literatura infantil, para isso precisamos retomar aos nossos três seminários. No primeiro falamos sobre *Lei 10.639/03 - História e cultura africana*. Como trabalhar esse tema em sala de aula?

Acho que um bom caminho seria apresentar as imagens que você apresentou para nós dos 53 países do continente africano e falar de cada um deles como você fez, já que a escola conseguiu, nas férias, a doação um projetor de multimídia, e depois podemos trabalhar com uma parte do vídeo que você deu para nós assistirmos nas férias, que diz que nosso país foi construído no começo por mãos africanas, que trouxeram muita cultura para nós.

Disse a professora Bianca. Fiz desta maneira o seguinte comentário: “Bianca tudo que você falou está perfeitamente correto, por que faz parte da metodologia, ou seja, como vocês podem trabalhar esse projeto em sala de aula, mas devemos primeiro nos perguntar qual é a importância desse projeto e seus objetivos.”

Como a professora Bianca comentou, me corrijam se eu estiver errada, o objetivo desse projeto de literatura que a escola vai realizar nesse semestre é o de incentivar o nível de leitura dos alunos. Estou certa ou não? Então temos que a partir desse objetivo também incluir a temática diversidade, porém não podemos nos esquecer que essa temática é muito extensa, precisamos desta maneira saber com quais tipos de diferenças queremos trabalhar.

O que consta, na prática, na vivência cotidiana, é que, afinal, é mais fácil falar em “direito a diferença” do que praticá-lo. Em nível de discurso, todo mundo parece estar de acordo que as diferenças devem ser respeitadas e que é possível viver em harmonia em uma sociedade múltipla e plural. [...] Contudo a prática é outra. BERND, 1994, p. 38)

“Fabíola concordo com você quando diz que essa temática é extensa, por isso acredito que nós podemos dar uma pincelada nas várias diferenças que existem

e nos determos somente nas diferenças referentes a diversidade étnico racial” resposta dada pela diretora do estabelecimento investigado. Logo em seguida a professora Bianca posicionou-se com a seguinte fala: “Tenho na ponta da língua um objetivo central para o nosso projeto - Desenvolver na escola, novos espaços pedagógicos que propiciem a valorização da diversidade étnico – racial , através da valorização da leitura.”

Enquanto a professora foi falando, o que para ela poderia ser o objetivo central do projeto, fui escrevendo no quadro ao terminar perguntei se todas as professoras que estavam presentes concordavam, nesse momento a professora Inês emitiu o seguinte comentário: “Acho que o verbo desenvolver é muito forte, ambíguo, impositivo na verdade não sei o que ele é por isso acho que é melhor colocar o verbo proporcionar e no final colocar a palavra infantil junto com literatura daí ficaria bom esse objetivo.” Agradei a participação das duas professoras e também propus outra modificação no objetivo que ficaria assim: “Proporcionar novos espaços pedagógicos, no ambiente escolar, que propiciem um pratica voltada para a riqueza das diferenças e o respeito à diversidade étnico-racial, através da valorização da leitura literatura infantil.”

Após todas as professoras aprovarem o novo formato do objetivo geral partimos para a elaboração dos objetivos específicos, para tanto retomei aos temas do segundo e terceiro seminário: Conceitos (Racismo, discriminação, preconceito) e Política de cotas (Ações afirmativas) e perguntei qual era o objetivo de trabalhar esses temas em sala de aula, a primeira professora a sugerir um objetivo foi a professora Inês:

Nas diretrizes diz que o racismo existe só que ele é velado é praticado por baixo dos panos, por isso acredito um objetivo para incluir o tema do segundo seminário seria - Identificar as práticas discriminatórias presentes no interior da escola, a fim de combatê-las.

Logo em seguida a professora Silvana propôs o próximo objetivo “Dando continuidade ao que a Inês falou outro objetivo poderia ser - Propiciar reflexões a fim de formar um cidadão crítico, reflexivo e ativo tendo em vista a construção de uma sociedade mais humana e igualitária.”

Muito bem professoras gostei muito dos objetivos específicos propostos, todas vocês concordam com esses objetivos específicos que estão no quadro e elaborados pelas professoras Silvana e Inês? Querem sugerir outros? Como

nenhuma professora manifestou-se finalizei essa parte propondo o objetivo final - “Compreender a contribuição da história e cultura afro-brasileira para a formação da nossa sociedade, tendo como base livros de literatura infantil.”

As contribuições dos africanos trazidos para o Brasil, de quem descendem os brasileiros de hoje, são três ordens: econômica, demográfica e cultural. No plano econômico, os negros serviam como força de trabalho fornecendo a mão-de-obra necessária às lavouras de cana-de-açúcar, algodão, café e à mineração. Uma mão-de-obra sem remuneração [...] No plano demográfico, os africanos ajudaram no povoamento do Brasil, tão grande era o tráfico negreiro. [...] No plano cultural, destacam-se notáveis contribuições dos negros africanos na língua portuguesa do Brasil, no campo da religiosidade, na arte visual, na dança, na música, na arquitetura etc. (MUNANGA E GOMES, 2006, p. 20)

Sem mais delongas partimos direto para a justificativa, ou seja, para a importância do projeto, porque o tempo era curto devido o tempo que as professoras demoraram para manusear o material que estava em exposição, com isso utilizei novamente a dinâmica “Tempestade de Idéias” só que agora todas as professoras deveriam responder a seguinte pergunta: Qual é importância de se trabalhar com a diversidade étnico-racial no âmbito escolar? Cabia a mim colocar as frases soltas no quadro para que depois elas pudessem elaborar um texto. Dando continuidade partimos para o encaminhamento metodológico, ou seja, como aplicar esse projeto o mais interessante foi que nesse momento quase todas as professoras sugeriam atividade para serem colocadas no projeto [...] “essa proposta coloca os professores como produtores de conhecimento, em vez de vê-los como consumidores, transmissores e implementadores do conhecimento produzido em outras instâncias” (SANTOS, 2001, p. 17).

Dentre as atividades sugeridas pelas professoras estão: Realização estudos (leitura e interpretação) de livros de literatura infantil que discutam, abordem questões relacionadas a cultura afro-brasileira e a diversidade étnico – racial; Elaboração de uma pesquisa sobre a presença do negro nos meios de comunicação de massa; Realização de cartazes e murais com recortes de revistas, jornais e encartes que contemplem os indivíduos negros de forma positiva; Apresentação de gráficos e tabelas que apresentem a situação do negro em nossa sociedade; Utilização do site: A cor da cultura para apresentar aos alunos o livro: Memória das palavras (palavras de origem africanas as quais nos utilizamos no Brasil), além das atividades propostas pelas professoras sugeri que elas fizessem como finalização do

projeto um trabalho de conscientização sobre: Dia 20 de novembro “Dia nacional da Consciência negra”. Finalizando sugeri a bibliografia básica para a concretização da proposta e comentei que ela estava pronta e o meu desejo era que elas a aplicassem, porque nada é validado quando está somente no papel.

5.4.4 – Fase de avaliação: um despertar

No seu livro Pesquisa-Ação nas Organizações Thiollent elenca quatro fases para a realização da pesquisa – ação sendo que a última consiste na avaliação, desta maneira a último encontro foi destinada à avaliação dos seminários, a elaboração da proposta e as possíveis ações diante do processo de investigação ação realizado na escola.

Ainda no dia 21/07/09, para a finalização da pesquisa, elaborou-se uma tabela que a princípio iria ser preenchida pelas professoras, não nominal, e ser entregue a pesquisadora, porém a pedido das professoras a mesma tabela que elas iriam preencher na folha foi feita no quadro de giz, pois elas argumentaram que iria perder-se muito tempo preenchendo no papel e já que elas não tinham nada a esconder, quanto à avaliação dos seminários poderia ser feito oralmente e uma delas ia escrevendo no quadro quais eram os aspectos positivos, aspectos negativos e as possíveis ações. Por mais que argumentasse em favor do preenchimento da avaliação de maneira tradicional, não houve meios de convencimento. Essa avaliação tinha como ponto de partida detectar o que foi relevante e o que precisava percorrer outro caminho no processo de investigação-ação, destacando quais as possíveis ações em sala de aula.

É importante destacar que dessa maneira que foi preenchida a tabela, não houve interferência da pesquisadora que retirou-se as sala de aula e foi até a cantina da escola, lavar a louça que a professoras utilizaram no café, enquanto a professora Inês montava a tabela no quadro e fazia a inquirições junto às professoras para o preenchimento da tabela. Somente no final da avaliação, por coincidência, a investigadora entrou na sala de aula e ficou sentando num canto.

Considerando que o encaminhamento metodológico escolhido para a realização desta pesquisa foi a pesquisa-ação e que ela é um método de pesquisa

social na qual o pesquisador detecta um problema e junto com outros atores, sua solução.

Pesquisa – ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2002, p. 14)

Na análise desta avaliação, meu olhar voltou-se na direção da questão central dessa pesquisa que é o de como um processo de formação continuada de professores do ensino fundamental, séries iniciais, contribui para a elaboração de uma proposta pedagógica que contemple a diversidade étnico – racial.

Quadro 1 – Avaliação dirigida aos professores

Aspectos positivos	<p>1. <i>Elaboração de um projeto que será aplicado em sala de aula.</i></p> <p>2. <i>Conhecimento teórico e prático sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e a política de cotas.</i></p> <p>3. <i>Definição dos termos: Racismo, discriminação e preconceito e sua possível utilização em sala de aula.</i></p> <p>4. <i>Doação e compra de matérias relacionados a diversidade étnico – racial da nossa sociedade.</i></p> <p>5. <i>Quebra de silêncios e tabus nas reuniões, porque muitas professoras puderam expor sua opinião sem serem criticadas.</i></p> <p>6. <i>A utilização de materiais diversificados (imagens, filme, cartazes, reportagem, músicas) nas reuniões contribuiu para que elas nas ficassem maçantes.</i></p>
Aspectos negativos	<p>1. <i>Pouco tempo, quando estávamos empolgadas tínhamos que sair para pegar o ônibus.</i></p> <p>1 A. <i>Não tínhamos como fazer as atividades solicitadas (assistir a entrevista e ler as diretrizes), porque sempre estávamos a volta com outra atividades da escola, com o conselho de classe.</i></p> <p>2. <i>Teve momentos que as professoras falavam ao mesmo tempo e não dava de entender nada a Fabíola poderia ter interferido mais nesses momentos.</i></p> <p>3. <i>Muito material bom e pouco tempo para sua apreciação.</i></p>
Possíveis ações em sala de aula	<p>1. <i>Aplicação do projeto (proposta pedagógica) em sala de aula.</i></p> <p>2. <i>Compra de outros tipos de matérias (CDS, filmes, revistas, livros paradidáticos) relacionados ao tema.</i></p> <p>3. <i>Formação de um grupo de estudos.</i></p>

Fonte: Quadro elaborado com base na pesquisa de campo

Considero que a formação continuada é um processo permanente e dinâmico, além disso, acontece em diferentes espaços e é organizada por diferentes instituições e movimentos sociais, pois, é na troca com os demais profissionais do ensino que se constroem as relações de saberes e conhecimentos, bem como sua identidade profissional. Na atualidade os professores sentem em sua prática, em sala de aula, os reflexos de uma sociedade que não valoriza a diversidade cultural do seu povo, por isso enfrentam novas exigências frente a sua formação continuada.

As contínuas transformações que a sociedade vem enfrentando exigem uma formação continuada que amplie a visão de mundo tradicional da academia brasileira, em geral monocultural, em contradição com uma sociedade pluriétnica e multicultural onde esses profissionais da educação possam dialogar, reconhecendo a pluralidade étnica e cultural presente no Brasil, para que a escola não seja um espaço de reprodução de formas de discriminação e exclusão social.

Construir o currículo com base nessa tensão não é tarefa fácil e irá certamente requerer do professor nova postura, novos saberes, novos objetivos, novos conteúdos, novas estratégias e novas formas de avaliação. Será necessário que o docente se disponha e se capacite a reformular o currículo e a prática docente com base nas perspectivas, necessidades e identidades de classes e grupos subalternizados. (MOREIRA E CANDAU, 2003, p.157)

Sendo assim as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena apresentam a base comum para a formação dos futuros professores para a educação básica, dando algumas orientações sobre as funções deste profissional. Como afirma o documento, “[...] reforça-se, também a concepção de professor como profissional do ensino que tem como principal tarefa cuidar da aprendizagem dos alunos, respeitada a sua diversidade pessoal, social e cultural (BRASIL, 2002, p. 06).

Contudo, conviver com a diversidade pode simplesmente camuflar a aceitação do diferente, sem ao menos, garantir sua presença no campo educacional. Daí vem a necessidade de formarmos professores numa visão que valorize o multiculturalismo, como já bem disseram Moreira e Candau (2003, p. 161) uma ação

docente que enfrente os desafios provocados pela diversidade cultural precisa estar focada numa postura que supere o “daltonismo cultural” presente nas escolas e caminho na direção do “arco – Iris cultural” , ou seja, a existência de diferentes culturas no espaço cultural.

Por outro lado, a questão ligada à pluralidade cultural e étnica pode despertar no professor uma postura crítica acerca da sua atitude no interior da escola, possibilitando-lhe a desconstrução de mitos, paradigmas e preconceitos historicamente veiculados na cultura escolar.

Isto levará as instituições de ensino superior a redefinir e reavaliar suas estratégias formativas, considerando, inclusive, os saberes que tem proporcionado e quais são os necessários de serem adquiridos pelos estudantes para atender as novas exigências postas pela sociedade. Conduzindo uma formação que favoreça um permanente processo de conscientização desses professores, para que não venham perpetuar, nas suas práticas pedagógicas, situações e concepções discriminatórias.

É fundamental destacar que as possíveis ações foram sendo configurados e revelados não somente através das repostas obtidas na avaliação, mas durante todo o processo de desenvolvimento da pesquisa – ação, ou seja, na medida em que os seminários foram sendo realizados diversas situações emergiram favorecendo a análise e compreensão do que as professoras poderiam fazer para aplicar esses conhecimentos no seu dia-a-dia em sala de aula.

Mediante a análise das possíveis ações em sala de aula voltada para a relações étnico – raciais , concluo que será de grande importância que o processo de formação de professores possibilite:

- Criação de espaços para a discussão sobre as relações étnico – raciais.
- Utilização da pesquisa – ação como meio de incluir o professor no processo de investigação da sua própria prática.
- Incentivar o diálogo com as incertezas e as dúvidas ao invés da fuga, pois através desse enfrentamento o professor poderá trabalhar com as desigualdades raciais presente na sociedade brasileira como uma realidade e não como um tabu.

O Fator tempo, sem cerca de dúvida, trouxe alguns prejuízos ao processo de investigação, pois as reuniões tinha a duração de uma hora é dez minutos, com isso a pesquisadora teve que resumir a sua fala o máximo possível e dar voz para os

sujeitos investigados, além do tempo outros fatores que trouxeram prejuízos a pesquisa foram: espaço, a fadiga, falta de comunicação, atividades extracurriculares e a complexidade do processo. Algumas professoras demonstraram fadiga, talvez em virtude de lecionarem durante 40 horas semanais além dos compromissos pessoais com a família, o peso intelectual das reuniões, visto que a participação delas era imprescindível para que esse processo valesse a pena.

Utilizamos uma sala de aula que era ocupada por alunos depois dos encontros, quando desejava realizar uma atividade em um espaço organizado de outra forma, ou precisava de algum recurso diferente, esbarrava no fator tempo e nas limitações do espaço, por isso trazia todo o material utilizado por mim. Apesar das circunstâncias, todos foram se envolvendo no processo de investigação-ação. Procurei deixar que não percebessem a minha angústia em alguns momentos, tinha que fazê-las acreditar da importância de se trabalhar com as relações étnico-raciais na sala de aula. Procurava então criar um ambiente descontraído de troca de experiências, informações, questionamentos, busca de soluções, em que era permitido, falar, questionar, argumentar, errar, colocar idéias em prática, porque tinha certeza de que as mudanças seriam conseqüências.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a formação continuada como um espaço de interação entre as dimensões pessoais e profissionais, nas quais perpassam a necessidade de atualização e aperfeiçoamento, exige-se que os professores dediquem – se a esse processo de formação, a fim se tornarem profissionais mais reflexivos, capazes de repensar sua prática pedagógica, assim sendo, essa pesquisa buscou contribuir para um enfoque positivo da temática racial, destacando a riqueza da contribuição do afro-brasileiro na formação da história do Brasil.

Ter presente o arco-íris das culturas nas práticas educativas supõe todo um processo de desconstrução de práticas naturalizadas e enraizadas no trabalho docente para sermos educadores/as capazes de criar novas maneiras de situar-nos e intervir no dia-a-dia de nossas escolas e salas de aula. (CANDAUI, 2008, p. 28)

Buscou, também, favorecer o entendimento de conceitos usados no dia – a – dia da escola e da sociedade de maneira geral, quando nos referimos ao afro – brasileiro e isso pode ser compreendido através da fala de uma professora, que participou ativamente de todo o processo de investigação “A criança não nasce com preconceitos, esse tipo de atitude é construída socialmente no convívio com outras pessoas.” (Professora Bianca – Segundo Seminário 29/05/09).

A escolha de ter com inspiração a metodologia de pesquisa – ação, voltado para a diversidade étnico – racial na formação continuada de professores teve a intenção de propiciar aos sujeitos envolvidos no processo de investigação encontrar caminhos pedagógicos para o trato da Cultura e História Africana e Afro – Brasileira na sala de aula.

Na tentativa de responder ao problema estabelecido nessa pesquisa: Como um processo de formação continuada de professores do ensino fundamental, séries iniciais, contribui para a elaboração de uma proposta pedagógica que contemple a diversidade étnico – racial? Bem como ao objetivo geral proposto: Analisar o desenvolvimento de um processo de formação continuada de professores, das séries iniciais do ensino fundamental, para a construção de proposta pedagógica que contemple a educação para a diversidade étnico – racial, faz-se necessário uma

breve retomada de alguns tópicos entrelaçados, na medida em que, dialogam entre si, tais como: contradições nas falas das professoras, a não aceitação da existência do racismo, do preconceito e da discriminação no ambiente escolar e na sociedade, silenciamento sobre o tema, descompromisso com a legislação e interesse em obter conhecimento sobre o tema, que durante o processo de investigação foi possível constatar.

Durante o processo de investigação foi possível identificar contradições nas falas das professoras¹⁵ quando, por exemplo, quatro professoras negavam a existência do racismo na sociedade brasileira, argumento que todos são iguais perante a lei por isso tem os mesmos direitos. Fica evidente, assim, que um dos caminhos, no que refere a dificuldade de se trabalhar esse tema em sala seria o não reconhecimento da presença dessa teoria no meio escolar, como nos diz sabiamente Candau (2003, p. 29) “A dificuldade de se trabalhar a questão do preconceito racial, no âmbito social e educacional, está ancorada na existência de um senso comum que, em geral, não reconhece a presença do racismo entre nós (...).”

No entanto é importante esclarecer que os próprios dados do IBGE e do IPAD revelam que a população afro-brasileira ainda vive a margem da sociedade, ou seja, essas professoras introjetaram no seu inconsciente, como uma verdade absoluta, o mito da democracia racial, que tinha e tem no seu cerne a intenção da elite brasileira em esconder ou minimizar os efeitos da escravidão.

No livro: *A mulher negra que vi de perto* Nilma Lino Gomes explica que as professoras negras usam para justificar as atitudes racistas, o discurso da democracia racial, que segundo a autora é uma ideologia que afirma que não existem conflitos entre as raças formadoras da sociedade brasileira (negra/índia/branca), já que todas as raças vivem na mais perfeita harmonia as diferentes posições hierárquicas entre elas deve-se aos desleixos e a incapacidade inerente de duas delas.

Em contrapartida ainda existem professores que não se mostram passivas diante da constatação do racismo no Brasil, como a professora Rita, a qual afirmou categoricamente que o racismo existe de modo camuflado e só quem nunca foi inferiorizado pelos seus traços físicos principalmente pela sua cor de pele pode dizer

¹⁵ As repostas, as opiniões e comentários explicitados pelas professoras durante todos o processo de investigação, ou seja, desde a aplicação do questionário até a realização do último seminário, coincide com a imensa literatura sobre as relações étnico – raciais, isto é, temos um longo caminho a percorrer no que se refere a aplicação da Lei 10.639/03.

que essa atitude não existe, desta maneira é cabível concluir que diante dessa argumentação fica evidente que a escola precisa assumir uma postura aberta e democrática diante do diferente.

Nesta altura, não é mais possível negar que o sistema educacional brasileiro é excludente e tem realimentado arduamente o racismo, contribuindo com a manutenção das desigualdades raciais no Brasil. Então por que a escola silencia-se diante desta perversa exclusão? E ainda mais... Como pode essa instituição de ensino eximir-se de abordar a presença do preconceito, da discriminação e do racismo no seu interior? Mesmo sabendo que as desigualdades sofridas pelo segmento populacional negro, são estarrecedoras como, por exemplo, a eles são reservados os piores empregos com piores salários e o percentual de escolaridade é muito baixo se comparado à população branca, tem sido denunciadas há décadas por Movimentos Sociais Negros e por intelectuais estudiosos¹⁶ da temática racial, ou seja, esse tema não é novo no meio acadêmico.

Outro tipo de contradição, muito bem exposta na análise dos gráficos, obtidos com as respostas do questionário, está relacionado à abordagem das relações étnico-raciais em sala de aula, porque as majorias das professoras afirmaram que a escola investigada e o Projeto Político Pedagógico dessa instituição abordam as relações étnico – raciais de maneira transformadora, no entanto somente alguns professoras abordam essa temática e somente nas datas comemorativas, isto é, não existe um trabalho coletivo durante o ano letivo, no que se refere a abordagem dessa temática.

Essas contradições perpassam pela constatação da ausência da discussão sobre a Cultura e História Afro – Brasileira e Africana nos cursos de formação inicial, mais especificamente nos cursos de Pedagogia e Licenciatura, chegando a aplicação desse conteúdo no âmbito da sala de aula, tanto os professores que atuam na sala de aula, quanto assessora pedagógica e a diretora tinham uma visão distorcida sobre o continente africano, como já afirmava Amâncio (2008, p. 154).

Dessa forma, a ignorância sobre a África e sobre a trajetória de ação, luta, resistência, efervescência cultural e política da comunidade negra brasileira tem sido empecilhos para a construção de uma educação anti-racista e que caminhe na perspectiva da diversidade.

¹⁶ Santos (2005), Gomes (2008), Candau (2008), Munanga (2002) entre outros

Assim, ao mesmo tempo, que o processo de construção da proposta pedagógica que contempla a diversidade étnico-racial, na escola investigada, trouxe angústias e desta maneira a revisão de conceitos, fez com que todos os envolvidos se sentissem agentes de transformações, porque como já foi dito anteriormente a escola é o local capaz de conduzir uma educação consciente, crítica e participativa desde que seus professores sejam capazes de promover mudanças efetivas na produção de conhecimentos questionando ações desenvolvidas de forma mecânica, trouxe também mudanças de comportamentos capazes de combater estereótipos presentes em nossa sociedade.

Diante da sutileza que o trabalho com a temática racial gera, ao serem sensibilizados sobre o problema do racismo no ambiente escolar, os professores tornam-se agentes responsáveis pela promoção de uma educação anti-racista, não medindo esforços para garantir igualdades de condições de aprendizagem para negros e brancos.

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tornou-se obrigatório, por meio da Lei 10.639/2003, a partir de pressões do Movimento Social Negro, assim sendo o professor ao abordar essa temática em sala de aula, propõem um novo olhar sobre a questão racial no Brasil, por meio do fortalecimento da democracia, porém, chega a ser deprimente o descumprimento dessa Lei, pois sua aplicabilidade envolve problemas relacionados com conteúdo, preparação (formação) dos professores e o material didático. Uma sugestão viável seria que ao abordar a temática, proposta pela lei, os professores operassem no sentido de crítica aos discursos discriminatórios, mostrando um continente, para além das representações veiculadas pela mídia, representado pelas suas riquezas culturais.

Acredita-se que a escola tem uma grande tarefa pela frente, quando se propõe construir estratégias que possibilitem a vivência multirracial em seu cotidiano através de ações que coloquem em evidência as desigualdades que estão submetidos os negros, quer sejam por debates, seminários, discussões sistemáticas, cursos de formação continuada ou na apresentação dos materiais didáticos, porque muitas vezes a exclusão é posta em evidência, mas é como se nós não tivéssemos mais sensibilidade para acreditar nesta realidade.

E a invisibilidade do negro não acaba por aí! Quem assiste às nossas novelas em outro país não tem idéia que a metade da população é negra o mesmo acontece quando entramos nas nossas universidades, em contrapartida quem anda pela rua e

vê os outdoors não há negros, muito menos em empregos em que a situação financeira das pessoas é melhor. A questão racial é um tema delicado no Brasil, último país a abolir a escravidão, por que existe certo tabu que ronda esse tema, pois alega-se que esse tipo de atitude não acontece em nosso país. No entanto:

Os preconceitos e as discriminações estão fortemente radicadas nas nossas mentalidades e no imaginário coletivo da nossa sociedade (...). Desintegrá-los exige um processo consciente cuidadoso e sistemático de desnaturalização, sensibilização, reflexão e ação no plano social e coletivo (...). (CANDAUI, 2003 p. 100)

A escola enquanto instituição responsável pela transmissão e assimilação do conhecimento, precisa dar um basta a essa situação, ou seja, a invisibilidade e a exclusão do negro na sociedade brasileira e o não reconhecimento da presença de preconceitos e discriminações, através de um trabalho direcionado para esta temática no interior da sala e também através da divulgação de artigos que comprovem essa invisibilidade, por exemplo, em fevereiro deste ano a Organização das Nações Unidas (ONU), anunciou o resultado de uma pesquisa sobre os direitos humanos no Brasil, e as conclusões são estarrecedoras, no meio de tantos dados negativos a serem resolvidos a ONU é direta ao afirmar que o governo brasileiro precisa tomar medidas urgentes contra o racismo que impera neste país¹⁷.

Desta maneira, torna-se óbvio admitir que a escola seja um espaço cercado de tensões de ordem cultural, sócio – econômica histórica e éticas por outro lado constitui-se como uma instituição em que as propostas, os encaminhamentos e projetos anti-racistas podem aflorar, a fim de superar práticas discriminadoras.

As dimensões do preconceito racial, do silenciamento com relação a temática abordada na pesquisa e o descompromisso com a legislação são gritantes, em especial no que tange a exclusão do negro na sociedade brasileira, por isso, o tema da diversidade étnico – racial aplicado em sala de aula tornou-se um mero discurso teórico, no qual a prática é colocada de escanteio, com vistas ao respeito mútuo e a tolerância, no entanto quando eu tolero entro no campo do consentimento, porém não é isso que se pretende, muito pelo contrário precisamos trilhar caminhos nunca antes percorridos, capazes de mostrar o quão desigual é a nossa sociedade, pois o combate a qualquer tipo de discriminação é bandeira que todos devemos levantar,

¹⁷ Fala feita pelo professor Valter Roberto Silvério – UFSCAR, no curso: *Cotista – uma realidade. Discutindo ações afirmativas na UFPR* (10/11/08 e 11/11/08)

por isso torna-se mais que necessário que a realização dessa pesquisa sirva como uma provocação para elaboração de novos trabalhos voltados, para a discussão das relações étnico-raciais na educação básica. Lembro-me, para concluir com uma frase muito conhecida de Sêneca “O vento não é favorável para quem não sabe aonde vai”. Andais e procurais sua direção.

REFERÊNCIAS

ADESKY, Jacques. **Anti – racismo, liberdade e reconhecimento**. Rio de Janeiro: Daudt, 2006,

AMÂNCIO, Iris Maria da costa. Lei 10.639/03, cotidiano escolar e literaturas de matrizes africanas: da ação afirmativa ao ritual de passagem. In: AMÂNCIO, Iris Maria da costa. GOMES, Nilma Lino. JORGE, Miriam Lúcia dos Santos. **Literaturas africanas e afro-brasileiras na prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. O universo literário africano de Língua Portuguesa como ferramenta para a efetivação da Lei 10.639/2003. In: AMÂNCIO, Iris Maria da costa. GOMES, Nilma Lino. JORGE, Miriam Lúcia dos Santos. **Literaturas africanas e afro-brasileiras na prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BARBIER, René. **A pesquisa – ação na instituição educativa**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

BENTO, Maria Aparecida. **Cidadania em preto e branco**. São Paulo: Ática, 1998.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **Formação continuada dos professores e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 1996.

BONETI, Lindomar W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Umjuí, 2006.

BONETI, L. W. . **Exclusão e Inclusão Social** - Teoria e Método. Contexto & Educação, v. 1, n 75 p. 187-206, 2007.

BERND, Zilá; **Racismo e anti-racismo**. São Paulo: Moderna, 1994.

BOGDAN Robert; Sari BIKLEN. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Organizadores: NOGUEIRA, Maria Alice.; CATANI, Afrânio. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, André Augusto (org.). **Cotas raciais no Brasil**: A primeira avaliação. Rio de Janeiro: DP&A,2007.

BRASIL, Lei n.º 581, de 4 de setembro de 1850. Coleção das Leis do Império Brasil. **Lei Eusébio de Queirós**. Chancelaria do Império, Rio de Janeiro, 5 set.1850.Disponível em <<http://www.2camara.gov.br/legislação/publicaçõesdoimperio>>. Acesso em: 28 agosto. 2008.

___ Lei n.º 2040, de 28 de setembro de 1871. Coleção das Leis do Império do Brasil. **Lei do Ventre de Livre**. Chancelaria do Império, Rio de Janeiro, 28 set. 1871. Disponível em: <<http://www.2camara.gov.br/legislação/publicaçõesdoimperio>>. Acesso em: 28 agosto. 2008.

___ Lei n.º 3.335, de 13 de maio de 1888. Coleção das Leis do Império do Brasil. **Lei Áurea**. Chancelaria do Império, Rio de Janeiro, 13 maio 1888. Disponível em: <<http://www.2camara.gov.br/legislação/publicaçõesdoimperio>>. Acesso em: 28 agosto. 2008.

___ Lei n.º 1.390, 13 de junho de 1951. Coleção das Leis do Império do Brasil. **Lei Afonsos Arino**. Chancelaria do Império, Rio de Janeiro, 13 junho 1951. Disponível em: <<http://www.2camara.gov.br/legislação/publicaçõesdoimperio>>. Acesso em: 28 agosto. 2008.

___ Lei n.º 7.437, 13 de dezembro de 1985. Coleção das Leis do Império do Brasil. **Lei Caó**. Chancelaria do Império, Rio de Janeiro, 20 dez. 1985. Disponível em: <<http://www.2camara.gov.br/legislação/publicaçõesdoimperio>>. Acesso em: 28 agosto. 2008.

___ Ministério da Educação. Lei nº 9.394. “**Lei de Diretrizes e Bases**” Brasília, 20 de dezembro de 1996.

___ **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas – Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro – Brasileiro e Africano**. Parecer CNE/CP 3/ 2004, DE 10 de março de 2004.

___ Conselho Nacional de Educação, Parecer CNE/CP 009/01 de 8 de maio, 2001. Estabelece as diretrizes do Conselho nacional para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena. **Diário Oficial**. 18 de jan. 2001.

___ Relatório do Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra O Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Brasília, 2001. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/discrim/relatorio.htm>. Consulta em 24/10/08

___ Ministério da Educação. Lei nº 10.639, **História e Cultura Afro – Brasileira**. Brasília, 9 de janeiro de 2003.

___ Ministério da Educação. Grupo de Trabalho Interministerial. **Contribuições para a implementação da Lei 10.639/2003: Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/2003**. Brasília, 2008.

___ Ministério da Educação. Grupo de Trabalho Interministerial. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das**

Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana – Lei 10.639/2003. Brasília, 2009.

CANDAU, Vera Maria. **A didática e a Formação de Educadores.** Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.

_____. **Somos todos iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro, RJ: DP&A. 2003.

_____. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: CANDAU, Vera Maria e MOREIRA, Antonio Flávio (orgs.) **Multiculturalismo – Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHAGAS, Conceição Corrêa das. **Negro: uma identidade em construção.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1987.

COSTA, Marisa Varraber. Diversidade, multiculturalismo e diferença: uma conversa com professores e professoras. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite Barbosa (org.) **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (a). **Parecer n.03 de 10 de março de 2004.** Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Relatora: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Ministério da Educação. Brasília, julho de 2004.

DEFOURNY, Vincent. Superação de um mito via educação. **Folha de São Paulo – Tendências e Debates**, Set. 2009.

DOMINGUES, Pretrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. In: **Revista Brasileira de Educação**, n.29 Rio de Janeiro maio/ago. 2005.

DÓRIA, Antonio Sampaio. **O preconceito em foco:** Análise de obras literárias infante – juvenis reflexões sobre a história e cultura. São Paulo: Paulinas, 2008.

EDUCAÇÃO, Secretaria do Estado do Paraná. História e cultura afro-brasileira e africana: Educando para as relações étnico-raciais. – Curitiba: SEED – PR, 2001. (cadernos temáticos)

FIZZO, Marisa Nunes. **As políticas públicas e a formação do professor.** In: BONETTI, Lindomar Wessler (coord). Educação Exclusão & Cidadania. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.Í, 2000.

FREIRE, Paulo **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

____ **A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam.** 33. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, M. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professores: Para uma mudança educativa.** Editora Porto, 2005.

GENTILI, Pablo e ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto.** 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GHEDIN, Evandro. Implicações das reformas no ensino para a formação de professores. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite Barbosa (org.) **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

GISI, Maria Lourdes; EYNG, Ana Maria. Formação inicial e continuada de professores: diretrizes, políticas e práticas. **Contexto e Educação.** UNIJUI, ano 21, n.75, jan/jun., 2006.

GISI, Maria de Lourdes. A educação superior no Brasil caráter da desigualdade do acesso e da permanência. In: **Revista Diálogo Educacional** v. 6, nº 17 jan/abril. Curitiba: Champagnat, 2006

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. In: **Revista Brasileira de educação**, nº 23, Maio/Junho/Julho/Agosto, 2003.

____ **A mulher negra que vi de perto.** Belo Horizonte: Mazza, 1995.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional de igualdade: O direito como instrumento de transformação social.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios.** São Paulo: Loyola, 2003.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

LIBÂNEO, José Carlo. **Adeus professor, adeus professor?** Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 1998.

MAGGIE, Yvone. Racismo e anti – racismo: preconceito, discriminação e os jovens estudantes nas escolas cariocas. In: **Educação e Sociedade.** Campinas, vol. 27, n. 96, out. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

MARTINS, Pura Lúcia Oliver. A Relação teoria e prática na formação do professor universitário: princípios e metodologia. In; **Diálogo educacional**. V. 4 nº10 set/dez. 2003.

MOREIRA, Antonio Flávio. A recente produção sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995 – 2000). **Revista Brasileira de Educação**, n.18. 2001.

MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura: construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, n.23. maio – ago. 2003.

MOREIRA, Herivelto. As perspectivas da pesquisa qualitativa para as políticas públicas em educação. In. **Revista Ensaio**. FUNDAÇÃO CESGRANRIO, Rio de Janeiro. v. 10 nº 35. 1993.

MUNANGA, Kabengele. (org) **Superando o racismo na escola**. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. 2002.

___ **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Cadernos Penesb (Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade brasileira). UFF, Rio de Janeiro, nº 5, p. 15 – 34, 2004.

MUNANAGA., Kabengele e Nilma Lino GOMES. **O negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global, 2006.

NASCIMENTO, Abdias. Projeto de Lei n. 1332 de 1983. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, 15 de junho de 1983, p 5162 – 5165.

NÓVOA, Antonio. **Formação de professores e profissão docente**. In: NÓVOA, Antonio (org.). O professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

___ Mesa – redonda: por uma pedagogia de formação de professores – embates conceituais e crítica das políticas atuais. IN: In: BARBOSA, Raquel Iazzari Leite Barbosa (org) **Trajelórias e perspectivas da formação de educadores**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

PAIXÃO, Marcelo J. P. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO. DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL. **Cadernos Temáticos: História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: educando para as relações étnico-raciais** Curitiba: SEED/PR, 2006.

PENA, Sérgio D.J; BIRCHAL, Telma. S. A inexistência biológica versus a existência social de raças humanas: pode a ciência instruir e etos social? In: **Revista USP**. nº 68, dezembro/fevereiro 2005 – 2006.

PIMENTA, Selma Garrido. Por uma pedagogia de formação de professores. In: BARBOSA, Raquel Iazzari Leite (Org). **Trajelórias e perspectivas da formação de educadores**. São Paulo: Editora: UNESP, 2004.

RAMOS, Arthur. **Aculturação negra no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

REVISTA, **Ciência Hoje das crianças**. Revista de Divulgação científica para crianças ano 19/ N°168 - Maio 2006.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão da. **Política Educacional e a lei 10.639/03**: Uma reflexão sobre a necessidade de superação de mecanismos ideológicos legitimadores do quadro de desigualdades raciais e sociais na sociedade brasileira. In: COSTA, Hilton e SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. (orgs) **Notas de história e cultura afro – brasileira**: Ponta Grossa, Editora UEPG/UFPR, 2007.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1935

SANTOS, Joel Rufino. **O que é racismo**. São Paulo: Brasiliense, 2005. (Coleção primeiros passos)

SANTOS, Lucíola Lucínio de Castro Paixão. Dilemas e perspectivas na relação ensino e pesquisa. In: ANDRÉ, Marli (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática de professores**. Campinas: Papyrus, 2001. p. 11 - 23.

SANTOS, Padre Anízio Ferreira dos (org). **Eu, negro**: Discriminação racial no Brasil. Existe? São Paulo: Loyola, 1986.

SANTOS, Maria do Socorro; MESQUIDA, Peri. **As Matilhas de Hobbes**. São Bernardo do Campo: Universidade metodista de São Paulo, 2007

SAWAIA, Bader. **Introdução: Exclusão ou inclusão perversa?** In: SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 7 à 13

SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO. **História e cultura afro-brasileira e africana** : educando para as relações étnico-raciais: Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. – Curitiba , 2006. (Cadernos Temáticos).

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Manual**. Projeto Escola & Universidade. Curitiba: SME, 2007.

SILVA, Martino José Racismo à brasileira: **Raízes históricas**. Brasil: Thesaurus, 1987.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista. Desigualdades raciais em livros didáticos e literatura infante – juvenil. In: COSTA, Hilton e SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. (orgs) **Notas de história e cultura afro – brasileira**: Ponta Grossa, Editora UEPG/UFPR, 2007.

SILVA, Inayá Bittencourt. **O racismo silencioso na escola pública**. Araraquara, SP: Junqueira e Marim: Uniara, 2009.

SCHON, Donald. **Formar professores como profissionais reflexivos**. In: NÓVOA, Antonio (org.). O professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SOUZA, Jurandir. Espaço e territorialidade afro-descendente em Curitiba. In: COSTA, Hilton e SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. (orgs) **Notas de história e cultura afro – brasileira**: Ponta Grossa, Editora UEPG/UFPR, 2007.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional** . 8.ed – Petrópolis: Vozes, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa – ação**. 11. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-Ação nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

VIEGA, Ilma Passos Alencastro (org.) **Projeto político – pedagógico da escola: uma construção possível**. 15 edição. Campinas, SP: Papirus, 1995.

VILLELA, Flávia. Aumenta distância entre brancos e negros no acesso à educação. **Agência Brasil de Comunicação**, São Paulo 24 set. 2008. Disponível em <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/09/24/materia.2008-09-24.6063493849/view.>> Acessado em: 26 set. 2008.

WALTERS, Ronald. **O princípio da Ação Afirmativa e progresso racial nos Estados Unidos**. \Revista Estudos Afro-Asiáticos, n.28. out. 1995.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário aplicado aos docentes participantes da pesquisa.

Apêndice B – Gráficos apresentando a identificação dos participantes da pesquisa .

Apêndice A – Questionário aplicado aos docentes participantes da pesquisa.

IDENTIFICAÇÃO

Formação:	Tempo de conclusão da Graduação	Área de Formação Acadêmica
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Magistério	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Menos de 5 anos	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Pedagogia
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Licenciatura	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Mais de 6 anos	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Letras
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Pós-graduação	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Mais de 10 anos	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Artes
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Mestrado	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Mais de 15 anos	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Matemática
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Doutorado	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Mais de 20 anos	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Outras

Idade:	Tempo de magistério:	Tempo de magistério na escola:
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 20 a 25 anos	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 1 a 4 anos	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 1 a 4 anos
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 25 a 30 anos	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 5 a 10 anos	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 5 a 10 anos
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 30 a 35 anos	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 11 a 15 anos	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 11 a 15 anos
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 35 a 40 anos	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 16 a 20 anos	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 16 a 20 anos
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Mais de 40 anos	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Mais de 21 anos	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Mais de 21 anos

QUESTIONÁRIO - Relações Étnico – Raciais

1. Como se dá a abordagem das Relações – Étnico raciais na sua escola?

<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	É feita de maneira superficial, porque a escola privilegia outras temáticas, que considera importantes.
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Promove uma análise crítica desta temática com o objetivo de transformar conceitos preconceituosos.
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Não acontece essa abordagem, porque os professores acreditam, que essa temática não é para ser tratado na escola
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Outra : <i>Sou nova na escola.</i>

2. Como é estudada a trajetória do negro na sociedade?

<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Em datas comemorativas: 13 de maio (“abolição da escravatura”) e 20 de novembro (Dia consciência negra), por exemplo.
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Como conteúdo pedagógico, sendo amplamente explorado em sala de aula.
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Esse conteúdo não é estudado.
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Outra : <i>Momentos que acham necessário/ Explorado na sala de no PTD, mas não amplamente. Sou nova na escola.</i>

3. De que forma as relações étnicos – raciais são abordadas no Projeto Político Pedagógico ?

		É feita de maneira superficial, porque se baseia nas culturas européias.
		Aborda de forma positiva e diversidade cultural do nosso país, valorizando também a cultura de origem indígena e africana.
		Não é abordado.
		Outra : <i>Desconheço o P.P.P na integra./ Não conheço essa parte do projeto.</i>

4. Quanto a formação/ capacitação, realizado pela Secretaria Municipal de Educação (SME), sobre relações étnico - raciais...

		Ainda não foi abordado esse assunto em nenhum curso de capacitação
		É amplamente explorado nos cursos de formação de professores, porque SME tem incorporado esse assunto nas reuniões pedagógicas, grupo pesquisa, grupo de estudo e nos cursos de formação.
		Participou de poucos cursos que abordassem a questão racial.
		Outra <i>Desconheço.</i>

5. Os professores da sua escola abordam essa temática?

		Alguns professores abordam esse tema em determinadas datas do ano.
		Há um trabalho coletivo, no qual são envolvidos todos os membros da comunidade escolar.
		Ocorre muita resistência de alguns colegas para tratar as questões raciais.
		Outra : <i>Entrou esse ano na escola</i>

6. E a biblioteca da sua escola ...

		Têm poucos livros sobre a questão étnico - racial
		Existem vários livros sobre a questão étnico - racial.
		Não tem livros que abordem a questão étnico - racial.
		Outra : <i>Entrou esse ano na escola. / Não tem biblioteca./ (nesse caso a investigadora considerou biblioteca o acervo de livros que a escola possui e está na sala dos professores)/ Não tenho acesso ao acervo de livros da biblioteca.</i>

7. O racismo é assunto para ser tratado ...

		Pelos Movimentos Sociais Negros.
		Como conteúdo nas várias disciplinas do currículo escolar
		Somente quando acontece um caso que revele a existência desse tipo de atitude
		Outra : _____

Questionário realizado por Fabíola Beatriz Franco de Sousa – Mestranda PUC-PR

Apêndice B – Gráficos apresentando a identificação dos participantes da pesquisa.

IDENTIFICAÇÃO

GRÁFICO 1

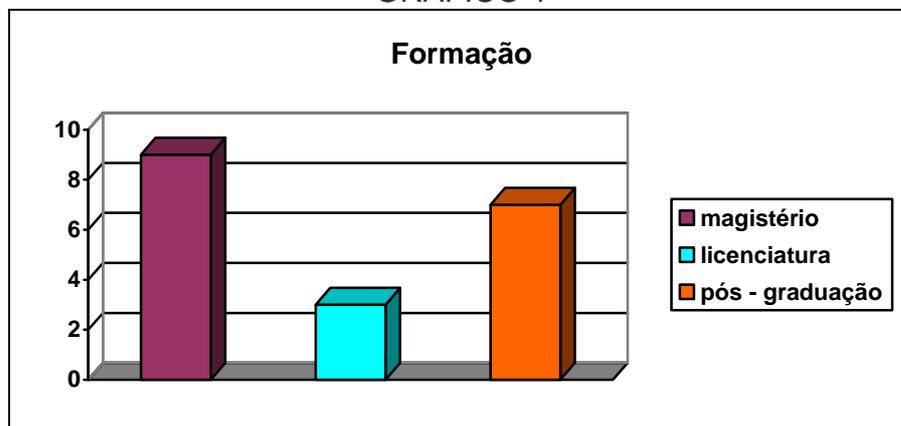


GRÁFICO 2

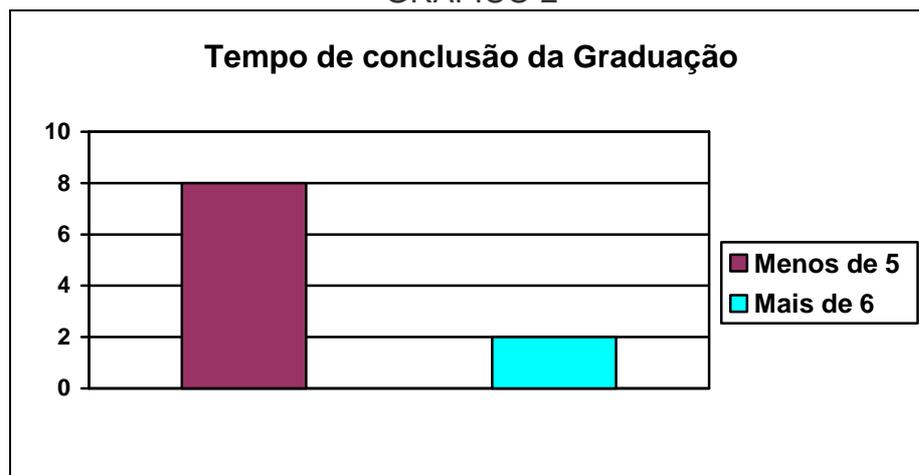


GRÁFICO 3

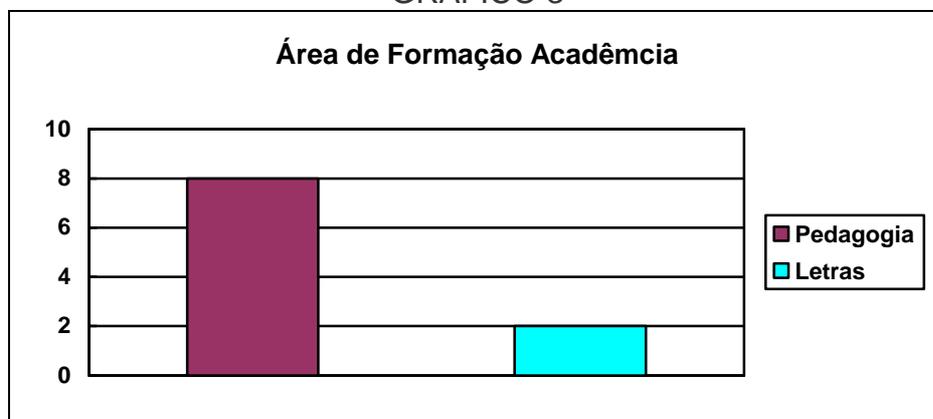


GRAFICO 4

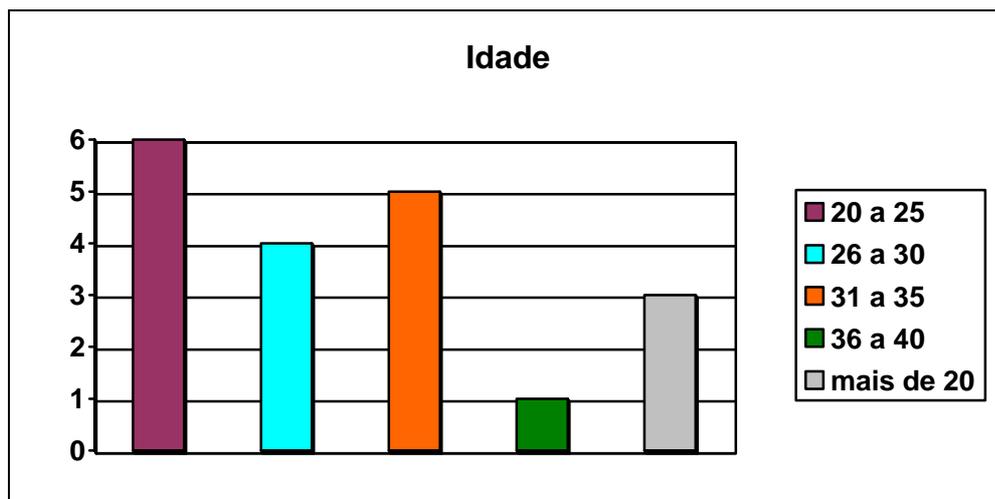


GRAFICO 5

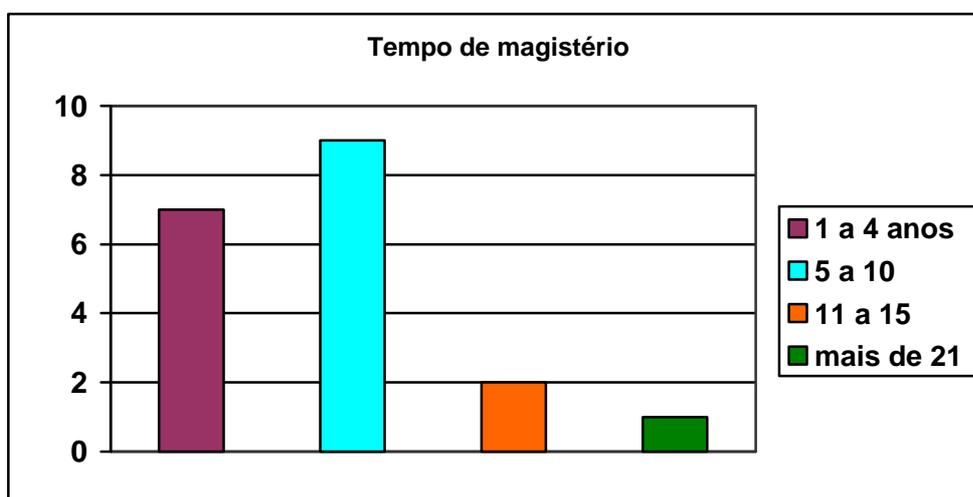
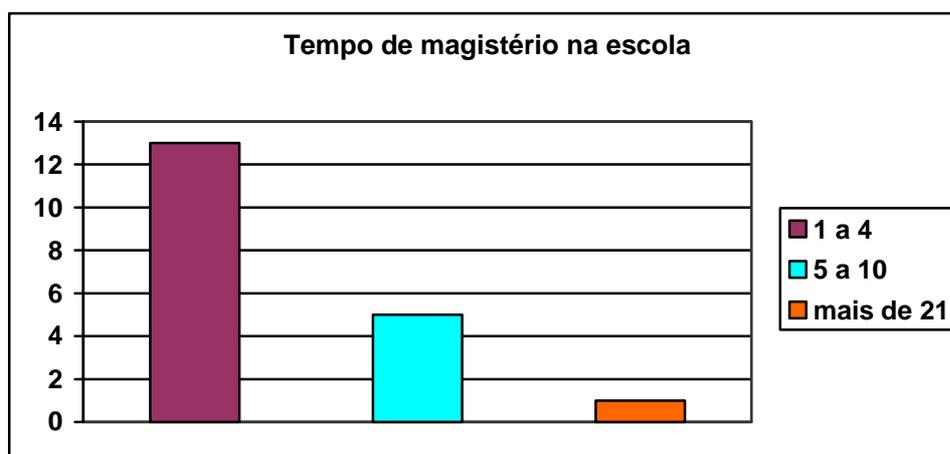


GRAFICO 6



ANEXO

Algumas leis para nossa reflexão

Anexo A – Lei nº 3.335 declara extinta a escravidão no Brasil.

Anexo B – Lei Afonso Arinos inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

Anexo C – Lei que altera a Lei de Diretrizes e Base da Educação nacional e tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas de ensino fundamental e médio.

Anexo D – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Anexo A – Lei nº 3.335 declara extinta a escravidão no Brasil.

A lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, dizia:

Declara extinta a escravidão no Brasil:

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de Sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º da Independência e do Império.

Princesa Imperial Regente.

Rodrigo Augusto da Silva

Carta de lei, pela qual Vossa Alteza Imperial manda executar o Decreto da Assembleia Geral, que houve por bem sancionar, declarando extinta a escravidão no Brasil, como nela se declara. Para Vossa Alteza Imperial ver. Chancelaria-mor do Império - Antônio Ferreira Viana.

Transitou em 13 de maio de 1888.- José Júlio de Albuquerque.

Aprovado com 85 votos favoráveis e 8 contrários na Câmara Geral (Câmara dos Deputados), e um contrário no Senado do Império, foi à sanção da Regente Princesa Isabel em 13 de maio.

A única alteração do projeto de lei do governo, feita pela Câmara Geral, (Câmara dos Deputados), foi introduzir, no texto, a expressão "desde a data desta lei", para que a lei entrasse em vigor imediatamente, antes de ser publicada nas províncias, o que costumava levar um mês, no mínimo.

Anexo B – Lei Afonso Arinos inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

Lei nº 1.390, de julho de 1951

(Revogada pela Lei nº 7.437, de 20 de dezembro de 1995 abaixo)

Art 1º Constitui contravenção penal, punida nos termos desta Lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor.

Parágrafo único. Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art 2º Recusar alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art 3º Recusar a venda de mercadorias e em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art 4º Recusar entrada em estabelecimento público, de diversões ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleireiros por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art 5º Recusar inscrição de aluno em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano ou multa de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Parágrafo único. Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Art 6º Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de cor. Pena: perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente de repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Art 7º Negar emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros), no caso de empresa privada; perda do cargo para o responsável pela recusa, no caso de

autarquia, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público.

Art 8º Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz determinar a pena adicional de suspensão do funcionamento por prazo não superior a três meses.

Art 9º Esta Lei entrará em vigor quinze dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

GETÚLIO VARGAS
Francisco Negrão de Lima

Anexo C – Lei que altera a Lei de Diretrizes e Base da Educação nacional e tornou obrigatório e ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas de ensino fundamental e médio.

Lei nº 10.639/2003

História e Cultura Afro – Brasileira e Africana

• Art. 1º A Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

• Art. 26 – A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo de

História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira

e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro

nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no

âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§3º VETADO

• Art. 79-A VETADO

• Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Art.2º esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Anexo D – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Lei nº 11.645/2008
História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad